

ISSN 1414-6304

Revista

MÚTIPLA

NÚMERO 23 – ANO XIII – DEZEMBRO 2007

EDITORA

Mercedes G. Kothe

CONSELHO

Alcides Costa Vaz

José Flávio Sombra Saraiva

João Alfredo Leite Miranda

Manoel Moacir C. Macêdo

Michitoshi Oishi



Faculdades Integradas

Diretor-Presidente

Diretor Administrativo

Diretor Financeiro

Diretor de Relações Públicas

Diretor de Ensino

Diretor de Pós-Graduação

Diretora de Avaliação

Diretor de Ensino a Distância

Vicente Nogueira Filho

Ruy Montenegro

José Rodolpho Montenegro Assenço

Ivonel Krebs Montenegro

Benito Nino Bisio

Sebastião Fontineli França

Ana Cristina Morado Nascimento

José Ronaldo Montalvão Monte Santo

A **Revista Múltipla** é uma publicação semestral das Faculdades Integradas da União Pioneira de Integração Social – UPIS.

SEP/Sul - EQ. 712/912 - Conjunto “A”

CEP 70390-125 - Brasília - DF

As informações e opiniões expressas nos artigos assinados são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.

Revista Múltipla – Ano XII - vol. 17 - nº 23, dezembro de 2007.

ISSN 1414-6304

Brasília, DF, Brasil

Publicação semestral

128 p.

1 - Ciências Sociais – Periódico

União Pioneira de Integração Social – UPIS

CDU

301(05)

Internet: <http://www.upis.br>

Revisão dos Originais

Antônio Carlos Simões e

Geraldo Ananias Pinheiro

Capa

Ton Vieira

Diagramação, editoração eletrônica e impressão

Gráfica e Editora Inconfidência Ltda.

SUMÁRIO

5 Apresentação

ENSAIOS

9 Em cores negras: as representações dos africanos na “Formação do Brasil Contemporâneo”

Anderson Ribeiro Oliva

29 As perspectivas democráticas da luta armada ao voto na América Latina: os casos dos “partidos guerrilheiros” do M-19, na Colômbia, da FMLN, em El Salvador e da URNG na Guatemala

Ricardo dos Santos Poletto

OPINIÃO

47 A interlíngua no processo de aquisição de uma segunda língua.

Ana Paula Barbosa de Miranda

67 O Tribunal de Nuremberg no contexto do processo de internacionalização dos direitos humanos

Edson Damas da Silveira

85 Raízes do movimento ecológico brasileiro: a contribuição de José Lutzenberger

Jairo Brasil Vieira

INFORMAÇÃO

105 Paradiplomacia no contexto da Amazônia brasileira: considerações teórico-empíricas

Francisco Gomes Filho

121 Relações públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações (resenha)

Luiz Carlos Assis Iasbeck

125 Normas para colaboradores

SUMMARY

5 Foreword

ESSAYS

9 In black collors: the representations of the african people on “Brazilian’s Contemporary Fornation”

Anderson Ribeiro Oliva

29 Democratic perspectives from armed struggle to vote in Latin America: the cases of the “guerilla parties” of M-19 in Colombia, FMLN in El Salvador and URNG in Guatemala.

Ricardo dos Santos Poletto

OPINION

47 The “interlanguage” in the process of achievement of a second language

Ana Paula Barbosa de Miranda

67 The Tribunal of Nuremberg in the context of human rights internationalization’s process

Edson Damas da Silveira

85 The roots of brazilian ecologigal movement: the contribution of José Lutzenberger

Jairo Brasil Vieira

INFORMATION

105 Paradiplomacy in the brazilian’s Amazonic context: theoretical and empirical considerations

Francisco Gomes Filho

121 Public relations inthe construction of historic responsibility to recover institucional organization’s memory (book review)

Luiz Carlos Assis Iasbeck

125 Norms for contributors

APRESENTAÇÃO

A edição da **Revista Múltipla** que estamos entregando contempla variada gama de temas acadêmicos; alguns, na atualidade aparecem em debates na mídia, são assuntos de pesquisas e de discussão em salas de aula. Assim, esperamos que despertem também o interesse do público leitor que tem nos acompanhado por mais de uma década.

No período em que se tornou obrigatório o ensino de história da África, nas escolas brasileiras, sempre é oportuno tratar de temas que até o momento têm pouca pesquisa no País. Por isso, apresentamos estudo que abrange a representação e o imaginário construído sobre a África e os africanos.

Da mesma forma, a América Latina tem despertado cada vez mais interesse entre pesquisadores. Desse modo publicamos uma abordagem do processo de transição de grupos guerrilheiros para a formação de partidos democráticos. Outro artigo, discorre sobre o processo de inserção dos governos subnacionais da Amazônia brasileira no cenário internacional, com vistas a promover o desenvolvimento econômico, social e cultural. Assunto que igualmente merece destaque é a questão da ecologia. Assim, apresentamos uma descrição sobre o início do movimento ecológico brasileiro e o momento político que possibilitou a articulação de pessoas com interesse na preservação dos recursos naturais no Brasil.

Considerações sobre o desencadeamento dos processos de internacionalização dos direitos humanos após a instalação do Tribunal de Nuremberg e seus efeitos para a sustentabilidade do Tribunal Penal Internacional são também apresentadas nesta edição.

Também a relevância da aprendizagem de línguas estrangeiras é aqui abordada. A resenha da obra de Paulo Nassar que trata das relações públicas complementa a edição.

Esperamos ter oferecido contribuições de agrado dos leitores.

A Editora.

ENSAIOS

Anderson Ribeiro Oliva

Doutor em História Social pela Universidade de Brasília (UnB). Professor de História da África na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Em cores negras: as representações dos africanos na “Formação do Brasil Contemporâneo”

Introdução

O presente ensaio tem como objetivo identificar as interpretações formuladas sobre os africanos em uma das obras seminais da historiografia brasileira: *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior. Mais do que estabelecer um diálogo entre as representações circulantes nos universos acadêmico e escolar brasileiros sobre a história da África – no decorrer da segunda metade do século XX – nossa proposta se constitui em diálogo de única direção, concedendo voz e lançando olhares específicos sobre o livro de Caio Prado. Sendo assim, abordaremos apenas de forma secundária o fecundo e complexo debate envolvendo a questão das representações e do imaginário construído sobre a África e os africanos. Esse monólogo, ou visão parcial, se justifica pelo papel central que a citada obra desempenhou entre os autores de livros didáticos de história e na própria produção historiográfica no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980.

Porém, antes de fornecermos mais detalhes de nossas incursões sobre a *Formação do Brasil Contemporâneo*, voltemos a algumas experiências vividas nos tempos da escola. Elas nos auxiliarão a entender melhor os sentidos desse trabalho.

Lembranças estudantis e minhas primeiras leituras sobre os africanos

Quando ainda era um jovem estudante acompanhei, de forma quase inconsciente, a reestruturação do ensino de história no Brasil. De fato, naqueles anos, as matérias da escola se apresentavam em tom meio misterioso, meio dogmático. Sem argumentos melhor fundamentados, não tínhamos como questionar o que nos era ensinado. Mesmo assim, não posso esconder que desde os primeiros encontros com a História nutri admiração e interesse especial pelo que escutava e lia sobre a trajetória da humanidade.

Talvez por isso, olhando para trás, tenho a impressão de que percebi, *in loco*, algumas das mudanças que ocorriam nas aulas e nos livros. Da narrativa carregada de nomes e fatos políticos passamos a estudar versão mais crítica e inquieta da História. Porém, se os professores falavam com uma paixão maior, que às vezes beirava a inquietude, sobre as origens de nossos problemas – quase sempre a exploração insensível de potências estrangeiras, de elites exploradoras e de governos incompetentes – alguns conteúdos não passavam por inversões significativas. Resultado da fusão entre as reminiscências de uma versão tradicional de história com os imaginários sociais impregnados pelo chamado racismo à brasileira¹, ou simplesmente anestesiados para as questões raciais, somados às limitações das formações teóricas dos docentes, uma temática passou despercebida às transformações vivenciadas pelo ensino: a forma como os africanos e a história da África eram retratados pelos livros didáticos.

Freqüentando as salas de aula desde os cinco anos de idade tive contato com a “disciplina” história por volta de 1985, momento, no qual, calorosos debates ocorriam em Minas Gerais, São Paulo e em pontos isolados do País propondo a revisão dos currículos e das abordagens conceituais acerca da História ensinada². Obviamente, sem ter conhecimento e interesse por isso, não pude deixar de perceber as transformações na forma como os livros didáticos e professores encaminhavam suas aulas e davam suas explicações.

Apesar das falhas da memória me recordo especialmente de uma aula de História do Brasil, na 5ª série (1987) do hoje Ensino Fundamental. O assunto tratado não era tão estranho a mim. Na época, já havia escutado algumas informações sobre ele e a minha própria origem, pelo menos da família de meu pai – subúrbio carioca – já tinha me apresentado o tema de outra forma. Sem maiores delongas escutávamos o professor falar sobre as contribuições das “raças” que formaram o País. Conteúdo essencial argumentava o mestre, para entendermos nossa sociedade e o período da História chamado de Colonial. As palavras do professor seguiam, em certa medida, as linhas escritas no texto do livro didático.

Com relação à dominância e às grandes contribuições dos portugueses e outros europeus muitos fatos e informações foram citados. Da religião à língua dominante, dos hábitos cotidianos à política, do modelo de civilização ou de música à literatura, a Europa aparecia como referência.

Como conquistador e colonizador, o português construiu a sociedade brasileira, transportando para o Brasil os elementos básicos da cultura

de Portugal. Assim, recebemos dos portugueses a maior parte das influências que formam a cultura brasileira. ³

Revelador pensar hoje que tais idéias soavam de forma natural para nós, alunos brancos de uma boa escola de Brasília. Em nossas mentes infantis, e já preconceituosas, fazia-se justiça à grande relevância da ação de nossos mais importantes formadores: os brancos europeus. Enfim, não éramos uma sociedade branca com contribuições indígenas e africanas? Não é assim que a mídia reproduzia o Brasil por meio das telenovelas e comerciais?⁴

Já acerca das influências indígenas, tratadas mais como folclore – ou nos já conhecidos exemplos dos empréstimos do banho diário, da rede de dormir, da pamonha e de alguns nomes de lugares e pessoas, como Tietê, Itaipu, Jacira e Maíra – as informações cessavam não muito além dos estigmas e estereótipos.

O que herdamos do índio? No contato com o índio, os colonizadores aprenderam muita coisa, e desse convívio resultou uma série de influências:

- *na lavoura - o sistema de derrubar e queimar a mata;*
- *na higiene - o banho diário;*
- *na alimentação - o uso de produtos tropicais (mandioca, milho);*
(...)
- *na linguagem - a introdução de muitas palavras no nosso vocabulário, como as que começam com ita, as que terminam por tuba - açu - mirim...⁵*

Da própria história indígena ensinada na escola, se lá isso ocorreu, pouco me lembro, a não ser dos pajés e caciques, dos tapuias e tupis-guaranis, das ocas, da caça e da pesca, que todos os índios, “iguais por viverem na mata”, praticavam. Notícias distantes de nós, meninos e meninas da cidade, que apenas de tempos em tempos viam das janelas de seus carros os representantes de etnias indígenas que circulavam por algumas avenidas de Brasília, como no início da W3 Sul, onde se hospedavam, para tentar conversar ou reivindicar direitos na FUNAI ou no Congresso Nacional. Diga-se de passagem, que nosso olhar, um pouco medroso, um pouco curioso, era sobre o exótico, o diferente, o que não nos pertencia ou não fazia parte de nós em nenhuma dimensão.

Por fim, faltava esclarecer a “influência” africana. O samba, o carnaval, o berimbau, a feijoada, a capoeira, o acarajé e os orixás eram citados como os principais empréstimos dos africanos para nossa formação.

As marcas africanas em nossa cultura são inúmeras, desde instrumentos musicais, como atabaque, agogô, berimbau e cuíca, ritmos como o samba, o batuque e o maracatu, até heranças culinárias, como acarajé, feijoada e caruru. Outra das fortes marcas dos africanos no Brasil são os ritos religiosos: candomblé, umbanda e macumba. ⁶

E, na formação cultural da sociedade brasileira, foi marcante a contribuição do negro. Observe:

- *vocabulário: moleque, quitanda, senzala;*
- *folclore: maracatu, batuque, samba;*
- *instrumentos musicais: atabaque, agogô, berimbau, cuíca;*
- *alimentação: vatapá, abará, acarajé, feijoada;*
- *religião: candomblé, umbanda, quimbanda, macumba.* ⁷

Interessante perceber que a forma como nos apresentavam a configuração social, étnica e cultural dos brasileiros evidenciava que éramos frutos de um grande tronco europeu branco que recebia alguns empréstimos indígenas e africanos. Neste caso seria preciso enfatizar o estudo da história européia e apenas dar breves e fragmentadas notícias da história indígena e da África. Com relação a esta última ela aparecia apenas como um apêndice passivo da história comercial européia. Nem o Egito parecia ser africano, era muito mais Mediterrâneo ou do Médio Oriente do que propriamente dito africano. Tínhamos então uma certeza: os reis europeus ou os feudos medievais eram muito mais brasileiros do que os reinos iorubás ou do Ndongo e as práticas comerciais, agrícolas ou de metalurgia de suas etnias que, aliás, nunca nos foram apresentadas na escola.

Esse enfoque em nada auxiliava a (des)construção de um imaginário preconceituoso e deturpado que circulava na mídia e em nossas referências há um tempo considerável sobre a história da África. Outro dado inquestionável para professores e alunos era que as histórias da escravidão, dos africanos e dos afro-descendentes se confundiam. Ou seja, os “africanos” chegavam até os bancos escolares brasileiros como escravos e impregnados pelos estereótipos e pelas leituras acadêmicas – limitadas pelo olhar “estruturalizante” – que até então eram realizadas sobre a escravidão no País. Mesmo reconhecendo as contribuições das pesquisas tuteladas pelo marxismo⁸ e pela escola sociológica da USP⁹, não podemos ignorar os efeitos das interpretações realizadas pelas pesquisas nos anos 1960 e 1970.

Nesses estudos dava-se ênfase aos efeitos desagregadores e destrutivos da escravidão, que era pintada de forma tão poderosa pelos intelectuais a ponto de

tirar dos escravos suas melhores qualidades e quase impedir qualquer tipo de relação familiar ou de solidariedade social entre eles. Os negros pareciam estar imersos em um estado de apatia quase total. Recebiam papel ativo apenas quando pensados em grupo, ou classe, quando conseguiam algum tipo de organização para se rebelar ou resistir à dominação dos proprietários brancos, ou nos momentos de alguma explosão de rebeldia. De resto, as figuras dos africanos brutalizados e os textos explicativos dos manuais que apenas revelavam que somente os quilombolas, as escravas que matavam seus filhos ou aqueles que faziam “corpo mole” resistiram à escravidão¹⁰.

O professor continuava sua explicação revelando que a religião africana se submeteu à europeia, quando os orixás viraram santos, que os costumes africanos viraram brasileiros, quando a musicalidade africana foi adaptada aos nossos gostos musicais, ou a feijoada – mais portuguesa que africana – virou prato nacional. Enfim a África que chegava até aos alunos e mestres era uma África inventada aqui dentro, e lida e contada nos livros pela ótica do branco, do senhor, ou limitada pelos modelos estruturais de análise aplicados na Academia.

A aula chegava ao fim. Algumas perguntas do questionário para responder, imaginário segregador e falseado preservado e histórias silenciadas foram os principais resultados daqueles momentos. Por que as mudanças que varriam os estudos históricos e o ensino da história não varriam também os falseamentos e desequilíbrios nos conteúdos sobre os africanos? Quais seriam as possíveis motivações, descuidos intelectuais e reflexões que não levavam a um outro panorama acerca da temática? Apesar de o presente artigo não se propor a responder tais questões buscaremos contribuir para o debate de outra forma. Nosso objetivo maior é analisar como os africanos foram representados ou interpretados em uma das principais obras acadêmicas¹¹ utilizadas por autores de manuais didáticos e professores na abordagem dos conteúdos ensinados entre as décadas de 1980 e 1990.

Vejamos, inicialmente, o que ocorria no ensino da história na década de 1980 e quais eram as principais referências bibliográficas usadas pelos autores para construírem seus materiais e, conseqüentemente, manterem suas limitações.

Entre mudanças e continuidades: o ensino da história nos anos 1980

Naqueles anos parecia lógico, para intelectuais e professores, que a abordagem escolar da história, até então, marcadamente política e acrítica dos acontecimentos históricos, deveria ceder passagem para as aguçadas e, muitas vezes, pon-

tuais reflexões e análises marxistas¹². O momento político e social vivido exigia isso, parte da historiografia marxista brasileira exigia isso, os professores empenhados em formar alunos “críticos” exigiam isso, e talvez, os estudantes, cansados de decorar datas e nomes também o quisessem.

Entre alguns tropeços e avanços, os currículos foram alterados. Editoras e autores de livros didáticos se esforçaram para incorporar as perspectivas explicativas econômicas estruturais do marxismo às páginas de seus textos, tentando, sem muito sucesso, simplificar o vocabulário ou ajustar o referencial teórico do materialismo dialético às condições de entendimento de alunos de 10 a 17 anos. A própria Academia começou a demonstrar maior preocupação com o que se ensinava nas escolas¹³. Era certo também que os ventos marxistas em nossa historiografia, soprados desde os anos 1940 e com pesquisas cada vez mais freqüentes a partir dos anos setenta, devido à expansão dos cursos de pós-graduação, tinham grande contribuição a prestar às novas gerações de brasileiros.

Em Minas Gerais, o marxismo passou a figurar como principal concepção historiográfica a referenciar a construção dos livros e aulas. Não devemos pensar, no entanto, que a transição ocorreu da noite para o dia. Seria preciso produzir um novo material e qualificar os docentes que, mesmo em alguns casos tendo formação marxista nas faculdades, ensinavam quase sempre abordagem historicizante e positivista da história:

*(...) a linguagem disponível à época, embora não a única, era a da vertente estruturalista, althusseriana, de marxismo, com todo o seu viés teoricista de construir a história (...).*¹⁴

Algumas iniciativas foram realizadas em outra direção. Em São Paulo, a partir de um núcleo oriundo da Unicamp, propôs-se a implementação do ensino da história temática, apoiado nas influências da historiografia francesa¹⁵. Porém, a ausência desses debates, pelo menos até meados dos anos 1980, em boa parte das universidades brasileiras minimizou os efeitos e a abrangência dessa proposta. Enfim, o que se viu foi, em período de transição, nossas escolas, livros e alunos serem inundados por vários conceitos e explicações marxistas que, se por um lado, de fato inovavam no ensino, por outro, repetiam algumas falhas, imprecisões ou contribuíam para a continuidade de lacunas e estereótipos ainda propagados pelo tradicional ensino positivista.

Com relação à literatura didática podemos constatar lenta transição dos textos ditos tradicionais, carregados de história política, nacionalista e factual, para

textos marcados pelas análises estruturais marxistas. Nesse caso, talvez como ressonância da postura de parte da historiografia, algumas obras foram seminais, servindo de referência para as explicações da economia e funcionamento da sociedade brasileira. A presença nas citações ou na bibliografia das obras de Caio Prado Júnior são praticamente obrigatórias na maioria dos manuais didáticos consultados¹⁶. Assim, quanto mais marxista se tornava o livro, mais trechos ou teorias de Caio Prado e outros autores de influências marxistas – Nélson Werneck Sodré, Emília Viotti da Costa, Florestan Fernandes, Celso Furtado – ou que se filiavam à chamada corrente revisionista – como Eduardo Galeano e Júlio Chiavenatto – eram incorporados.

Seria estimulante e necessária, portanto, uma reflexão mais apurada acerca dos usos e abusos desses autores nos manuais didáticos, tarefa essa que vem sendo realizada parcialmente por alguns pesquisadores que se debruçam sobre a temática. Porém, nossa intenção neste artigo gira para outra direção. Deixemos os manuais um pouco de lado e voltemos nossas atenções sobre a matéria prima usada em suas construções. No caso, como nosso objetivo é observar as distorções ou estereótipos nas leituras realizadas acerca dos africanos e de sua história, nosso enfoque irá se concentrar na forma como os africanos aparecem na obra de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, presença obrigatória em grande parte dos manuais consultados e que foram utilizados naqueles anos.

Não esqueçamos que falamos de um clássico de nossa historiografia; por isso, alertamos para o misto de respeito e inquietação para tratar da questão. Nesse caso, adiantamos que o respeito se encontra associado à inegável contribuição e importância de Caio Prado à nossa historiografia. Somam-se a esse fato as características próprias do período da elaboração da obra – lançada em 1942 –, das idéias que circulavam, do conhecimento e do debate acerca da história da África e dos africanos naqueles anos. No período, podemos afirmar que as análises de Caio Prado sobre os africanos e negros escravos no Brasil estavam embasadas em literatura marcada tanto pelas teorias racistas dos séculos XIX e XX, como pelas pesquisas culturalistas¹⁷. Por isso, mesmo com certo temor, afirmo que suas falas sobre os africanos se encontravam referenciadas/influenciadas por uma historiografia ou postulados¹⁸ que classificavam a África e suas gentes como inferiores e incapazes, e pelos estudos da antropologia brasileira, que segundo sua opinião, deixaram registrada parte da cultura material dos africanos¹⁹. Porém, o incômodo se encontra nas conseqüências da obra e, nesse caso, o autor pouca responsabilidade tem nisso. Se ele foi preconceituoso em algumas passagens de seu texto e de suas análises, ele o fez no seu contexto, no qual, tais práticas – do racismo e

preconceito abertos – ainda eram muito recentes. Mesmo que isso não justifique a postura assumida é um dado para ser levado em consideração.

Mas a incontestável influência da obra de Caio Prado na literatura didática de história brasileira²⁰ nos força a evidenciar as distorções que o uso de suas interpretações causou, ou causa até nossos dias, pela difusão de suas leituras no imaginário de milhões de alunos. Não é o caso de apontar culpados e inocentes, até por que as relações humanas não se limitam a esse esquema maniqueísta, mas sim de refletir sobre o pensamento do autor usado como referência – direta ou indiretamente – por algumas gerações de brasileiros. Dessa forma, o presente artigo tem como proposta central, e espero que cumprida a seguir, de analisar as leituras de Caio Prado sobre os africanos. Adiantemos que, de fato, são “negras” leituras.

Os africanos em *Formação do Brasil Contemporâneo*

Algumas linhas atrás comentávamos a indiscutível importância da obra de Caio Prado Júnior para a historiografia brasileira. Suas teses ou idéias serviram de referência para dezenas de dissertações e teses realizadas posteriormente. Sua interpretação do Brasil, percebida como um marco da reflexão histórica no País, não só quebrou com a trajetória positivista e política de análises, como deixou rastros bem visíveis até os dias de hoje.

Apesar de reconhecer – o contrário seria um atestado de infantilidade intelectual – toda a relevância de sua obra, não podemos deixar de sentir um certo incômodo ao perceber a forma como os africanos foram representados nas páginas escritas em alguns de seus livros. Para além da fusão da tinta com o papel, que o tempo acaba por apagar, o que atraiu minha atenção foi justamente a incontestável presença de Caio Prado no meio dos principais pensadores brasileiros. Os méritos para isso não estão em julgamento; ele os teve. Nossa reflexão aqui segue uma outra trilha: a influência do seu trabalho nas gerações de historiadores, professores e alunos que foram impregnados pelas inovadoras (na época e nos anos que se seguiram) e, há algum tempo, questionáveis formulações do autor. Para ser mais claro e direto, o que vamos aqui pensar não é o contexto da criação da obra, nem as idéias que circulavam no momento – mesmo que não desconsideremos suas ações –, mas sim a ressonância de parte de seus escritos nas gerações que se seguiram. Para isso destacaremos da obra do autor suas reflexões sobre o objeto em questão, tentando evidenciar, muito mais, uma crítica ao uso de tais idéias de forma indiscriminada por elaboradores de manuais didáticos dos anos 1980 e 1990. Nesse caso, é preciso que fique registrado que Caio Prado e *Formação do Brasil Contemporâneo*

neo se separaram em 1942. Os usos e apropriações que fizeram do livro e de suas teses é também de responsabilidade dos leitores, que muitas vezes, em períodos distantes da criação da obra, a utilizaram de forma inadequada.

De forma geral, o que se percebe sobre a temática em foco, quando abordada pela historiografia, é uma referência direta ao tempo do qual falou o autor, ou seja, suas posturas se justificavam pelos tempos vividos e pelo conhecimento circulante naqueles anos. No primeiro aspecto, o mais importante e único aqui observado, ressalta-se que, nas análises de Caio Prado, o que causa a (sub)valorização e depreciação do africano ou do negro, são os efeitos da escravidão moderna sobre esses indivíduos. Ou seja, afirma-se com convicção, mais ou menos inquebrantável, que o autor não foi preconceituoso em suas arguições. A forma como a escravidão foi utilizada na América, sua violência, mecanismos de dominação e utilização (somente como trabalho braçal e mecânico), teriam anulado qualquer aspecto positivo do negro e do africano. O historiador José Roberto do Amaral Lapa foi um desses analistas de Caio Prado, que procurou contextualizar suas afirmações. Um primeiro aspecto destacado por Lapa seria a tentativa de Caio Prado em diferenciar o “negro do escravo”, apesar de algumas passagens preconceituosas encontradas em *Formação do Brasil Contemporâneo*:

Sobre os escravos negros e o seu trabalho, embora ao longo do livro haja mais de uma passagem aparentemente preconceituosa, procura distinguir o negro do escravo, pois a seu ver a escravidão conseguiu anular, esterilizar o que havia de positivo no negro (...). ²¹

Ainda nessa direção, o analista/historiador afirma que a maior crítica de Caio Prado recai sobre a instituição da escravidão e não sobre os indivíduos submetidos a ela:

São algumas páginas candentes que escreve nessa crítica rigorosa ao instituto escravista, capaz de corromper e degradar, sem oferecer sequer um mínimo para a formação moral e intelectual de suas vítimas. Essa crítica de certa maneira redime os escorregões semânticos preconceituosos, detectados em alguns momentos do livro, pois procura demonstrar que a potencialidade econômica, social e cultural, sob o ponto de vista da dignificação, que os índios e os negros ofereciam aos colonos portugueses, foi desprezada em favor de uma instituição à qual só interessavam o esforço e o exercício físico dos homens e mulheres escravos, tanto no trabalho quanto na cama. ²²

Devemos discordar da análise de Lapa e de outros interpretes de Caio Prado. Por mais que relativizemos o contexto do qual escreve, emerge das idéias de Caio Prado um preconceito não apenas aparente, não apenas em escorregões semânticos e não apenas relacionado à escravidão, ou ao negro/africano submetido à escravidão. No que se refere à aparência preconceituosa, nas palavras de Lapa, parece ocorrer o esquecimento de que nos anos 1940 ainda eram fortíssimas as presenças preconceituosas, racistas ou não, da historiografia européia, inclusive a marxista, acerca dos africanos. Só para ilustrar o que afirmamos, em termo de um grupo de historiadores europeus voltados para os estudos africanos, tinha grande força nesse momento, o que alguns analistas denominaram, a *Corrente da Inferioridade Africana* que apontava para o caráter primitivo, bárbaro, simplista e inferior da África e de suas gentes²³. Já nas perspectivas marxistas, os africanos não se encaixavam em nenhum modo de produção estipulado por Marx, e se encontravam em estado de barbárie²⁴. Ou seja, a perspectiva teórica de Caio Prado, somada às referências de trabalhos acadêmicos, feitos no Brasil sobre o negro e o africano, não apontam para outro caminho se não de uma leitura preconceituosa, aos nossos olhares, no momento em que escreveu sua obra.

Para além do contexto conceitual e intelectual em que se encontrava o autor, não podemos concordar que as críticas ou representações de Caio Prado se limitem aos africanos e negros submetidos à escravidão. Existe, de forma consciente e evidente, uma desconsideração com a cultura dos africanos e dos negros, mesmo fora da influência da citada instituição. Vejamos algumas passagens em que isso se traduz nas palavras do autor.

Um primeiro ponto a destacar é a forma como a África aparece em sua obra. É claro que temos a noção de que tratar a África não era objetivo de seu trabalho, mas o simbolismo ou significado dessa apresentação revelam o tom que vai caracterizar toda a análise do autor acerca dos africanos: a passividade imposta pela escravidão ou pelas relações econômicas estabelecidas entre europeus e africanos. Em tal sentido, o continente africano é representado como ponto de passagem para os europeus ou fonte de extração, passiva, de riquezas. Como se não houvesse ação africana nos séculos que se seguiram aos contatos mais intensos do Ocidente com a África, como se os europeus fossem a única força agente naquelas terras ou como se África não tivesse nada mais a oferecer do que escravos e marfim:

(...) buscarão a costa ocidental da África, traficando aí com os mouros que dominavam as populações indígenas. Nesta avançada pelo Oceano

*descobrirão ilhas (Cabo Verde, Madeira, Açores), e continuarão perlongando o continente negro para o sul. Tudo isto se passa ainda na primeira metade do século XV. Lá por meados dele começa a se desenhar um plano mais amplo: atingir o Oriente contornando a África. (...) Os portugueses traficarão na costa africana com marfim, ouro, escravos (...).*²⁵

No que se refere à já citada influência da escravidão na incapacidade dos africanos e dos negros, o autor se trai em algumas passagens, onde evidencia que a escravidão não foi o único elemento explicativo para a dominação tão esmagadora do branco sobre os negros e indígenas. Em um desses trechos, Caio Prado, refletia sobre a diferença entre a escravidão na antiguidade clássica e a escravidão moderna. Para além das diferenças do uso econômico do escravo, o autor reforçava a diferença do elemento escravizado. Se na Roma Antiga, o Império se construiu com a escravização de povos de igual ou superior capacidade cultural dos romanos²⁶, na América, o mesmo não teria ocorrido. Inferiores culturalmente, os africanos e indígenas, poucas contribuições teriam a dar na formação do Novo Mundo:

*Mas há outra circunstância que vem caracterizar ainda mais desfavoravelmente a escravidão moderna: é o elemento de que se teve de lançar mão para alimentá-la. Foram eles os indígenas da América e o negro africano, povos de nível cultural ínfimo, comparado ao de seus dominadores. (...) Na América, pelo contrário, a que assistimos? Ao recrutamento de povos bárbaros e semibárbaros, arrancados do seu habitat natural e incluídos, sem transição, numa civilização inteiramente estranha.*²⁷

Nesse caso, Caio Prado, apenas reforça a idéia de que as diferenças culturais entre os três grandes conjuntos étnicos que teriam formado o povo brasileiro seriam causadas pela superioridade de algumas culturas sobre as outras, e não pela diversidade, propriamente dita. Em sua “fala” fica evidente que existe uma distância abismal entre a civilização européia, de onde vinham os portugueses, e o estado de barbárie e semi-barbárie em que se encontravam os africanos. A própria diversidade de povos africanos e indígenas seria um sinal de problema:

Das três raças que entraram na constituição do Brasil duas pelo menos, os indígenas e africanos, trazem à baila problemas étnicos muito complexos. Se para os brancos ainda há uma certa homogeneidade, que no terreno puramente histórico pode ser dada como completa, o mesmo não ocorre

*com os demais. Os povos que os colonizadores aqui encontraram, e mais ainda os que foram buscar na África, apresentam entre si tamanha diversidade que exigem discriminação. (...) Incorporou à colônia, ainda em seus primeiros instantes, e em proporções esmagadoras, um contingente estranho e heterogêneo de raças que beiravam ainda o estado de barbárie, e que no contacto com a cultura superior de seus dominadores, se abastardaram por completo.*²⁸

A superioridade cultural européia, ou a inferioridade africana, se preferirem, teria sido o elemento explicativo, fora a escravidão, que teria causado tão rápida e efetiva dominação cultural de um grupo humano reduzido, em termos de contingente, sobre outros, numericamente maiores. A passividade das culturas africanas e indígenas era também apontada como elemento de entendimento da supremacia branca em nossa história:

*É a esta passividade aliás das culturas negras e indígenas, no Brasil que se deve o vigor com que a do branco se impôs e predominou incontestemente, embora fosse muito reduzido, relativamente à das outras raças, a sua contribuição demográfica.*²⁹

Apesar de não ignorar que as culturas africanas e indígenas contribuíram de alguma forma em nossa formação, essa influência teria sido minimizada pela sua principal característica: a já citada passividade. Interessante notar que em alguns trechos ele cita a escravidão como elemento que anula a cultura africana, e, em outros, a passividade aparece como forma intrínseca a essa cultura:

*A contribuição do escravo preto ou índio para a formação brasileira, é além daquela energia motriz quase nula. Não que deixasse de concorrer, e muito, para a nossa 'cultura', no sentido amplo em que a antropologia emprega a expressão; mas é antes uma contribuição passiva, resultante do simples fato da presença dele e da considerável difusão do seu sangue, que uma intervenção ativa e construtora.*³⁰

Existiriam também diferenças entre os africanos para cá traficados, sendo alguns mais evoluídos culturalmente do que outros, no que transparece uma clara influência, na obra de Caio Prado, da escola baiana de Antropologia, que ressaltava a proeminência dos nagôs (iorubás) na cultura africana existente na Bahia: *Alguns*

povos, de nível cultural mais elevado, concentrando-se em certas regiões do país, trouxeram contribuição cultural de alguma importância (...).³¹

Outra forma de ressaltar a superioridade branca está presente na mais evidente influência na obra de Caio Prado, que é de *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre. No que se refere à questão da mestiçagem do povo brasileiro, Caio Prado reforça o estigma do sexualismo desenfreado que teria grassado por aqui em tempos coloniais, enfatizando a dominação e apetite sexual do português e de sua grande capacidade em se “cruzar com outras raças”. Capacidade distintiva, diga-se de passagem:

*É este aliás o caráter mais saliente da formação étnica do Brasil: a mestiçagem profunda das três raças que entram na sua composição. Separei-as na análise que fiz acima para poder acompanhar com mais facilidade a evolução particular de cada uma. Mas são juntas que devem figurar; juntas e mesclando-se sem limites, numa orgia de sexualismo desenfreado que faria da população brasileira um dos mais variados conjuntos étnicos que a Humanidade jamais conheceu. (...) A mestiçagem, signo sob o qual se formou a etnia brasileira, resulta da excepcional capacidade do português em se cruzar com outras raças. É a uma tal aptidão que o Brasil deveu a sua unidade, a sua própria existência com os característicos que são os seus. Graças a ela, o número relativamente pequeno de colonos brancos que veio povoar o território pôde absorver as massas consideráveis de negros e índios que para ele afluíram ou nele já se encontravam; pôde impor seus padrões e cultura à colônia, que mais tarde, embora separada da mãe-pátria, conservará os caracteres da sua civilização.*³²

A sexualidade do branco pode ser positiva, mas a dos negros e africanos é apontada como sinal que evidencia a submissão e dominação destes pelos portugueses:

*(...) este subproduto da escravidão largamente aproveitado: as fáceis carícias da escrava para a satisfação das necessidades sexuais do colono privado de mulheres de sua raça e categoria.*³³

No que tange aos aspectos da economia colonial, novamente os argumentos sobre a escravidão e a incapacidade dos africanos se confundem. Ora é a escravidão apresentada como causadora de tal limitação, ora era o próprio estágio

em que se encontravam africanos a explicação para a baixa produtividade da economia colonial:

*Estes índices da agricultura brasileira, sobre que me estendi propositadamente porque o assunto é de grande interesse e de conseqüências da maior monta, revelam sem margem para dúvidas o seu ínfimo nível técnico. A rotina e a ignorância. O principal responsável por tal estado de coisas é naturalmente o sistema geral da colonização fundada no trabalho ineficiente e quase sempre semibárbaro do escravo africano. Seria difícil realizar qualquer coisa de muito melhor com trabalhadores desta natureza (...) A ignorância, a incapacidade, a falta de atenção e cuidado com que se maneja a fabricação do açúcar, são de pasmar. Nada falta para completar as cores negras do quadro. (...) Bem como o baixo nível e ineficiência do trabalho e da produção, entretanto como estavam a pretos boçais e índios apáticos. O ritmo retardado da economia colonial tem aí uma de suas principais causas.*³⁴

E por fim, dando sua sentença acerca da formação do brasileiro e das contribuições dos grupos humanos aqui postos em contato, Caio Prado afirmava:

*O que pesou muito mais na formação brasileira é o baixo nível destas massas escravizadas que constituirão a imensa maioria da população do país. (...) se conclui é que se o negro traz algo de positivo, isto se anulou na maior parte dos casos, deturpou-se em quase tudo mais.*³⁵

Reflexões finais

À guisa de conclusão, voltemos aos momentos citados anteriormente, vividos em um certo dia de aula. Percorridos os caminhos propostos pelo artigo, algumas possíveis explicações para as semelhanças das falas do professor, dos livros didáticos e do renomado historiador.

Naqueles tempos, tumultuados e apaixonados, a retórica marxista inundava nosso ensino de história, ao mesmo tempo em que, apesar das referências frequentes aos quilombos e rebeliões escravas, o papel concedido aos africanos em nossa formação permanecia secundário e à história da África praticamente inexistente. Consolidavam-se em nossas mentes os estereótipos do negro anulado pela escravidão e do africano passivo ao que ocorria em águas atlânticas. As análises marxistas pareciam também serem cegas à questão. Não que elas não

alertassem para os preconceitos ou discriminações raciais em nossa sociedade, já que o faziam. Mas ao simplificar ou legitimar algumas das análises de Caio Prado, acerca da história econômica e social da colônia, em momento no qual novos estudos historiográficos alertavam para nova visão acerca da escravidão, os livros e professores reforçavam as leituras distorcidas sobre os africanos, tratando as configurações econômicas, culturais e sociais do continente de forma inadequada.

Nesse caso, precisamos separar o joio do trigo, ou a manilha do libambo. A obra de Caio Prado Júnior será ainda por muito tempo uma referência importante sobre a história do Brasil, porém, isso não significa utilizar suas referências de forma (a)crítica. Seu valor como um clássico deve ser preservado, mas seu uso deve ser balizado pelos novos estudos históricos e equilibrado por contribuições menos desequilibradas na análise acerca da história da África e dos africanos.

Notas

¹ Não pretendemos aqui revisitar todos os relevantes trabalhos escritos sobre a questão, muito menos simplificar o debate acerca do tema. Mesmo assim cabe explicar que essa modalidade de racismo se caracteriza pela crença de que as diferenças raciais no Brasil foram minimizadas pela miscigenação e que os casos de discriminação e preconceito seriam decorrentes da desigualdade social. Outro elemento importante desse pensamento é a introjeção de uma série de estereótipos acerca das populações afro-descendentes, associando-as à vagabundagem, marginalidade, incapacidade, serviços braçais e outros critérios depreciativos. Ao mesmo tempo em que as pessoas representam com tais substâncias aos negros, elas afirmam não possuir nenhuma forma de racismo ou pensamento preconceituoso ligado à questão da cor da pele. Para tratar com melhor propriedade a temática ver os seguintes trabalhos: DaMATTA, Roberto. “Notas sobre o racismo à brasileira” In SOUZA, Jessé (org.). *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, 1997, pp. 69-76; SILVA, Martiniano. *Racismo à brasileira: raízes históricas*. Brasília: Thesaurus, 1987; e FONSECA, Maria Nazareth Soares. “Visibilidade e ocultação da diferença: imagens de negro na cultura brasileira”. In: *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 87-116.

² Ver FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995, pp. 85-109.

³ COTRIM, Gilberto. *História & consciência do Brasil I*. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 81.

⁴ Sobre a análise do racismo nos meios de comunicação ver o importante trabalho de ARAÚJO, Joel Zito. “Estratégias e políticas de combate à discriminação racial na mídia”, In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: EDUSP; Estação Ciência, 1996, pp.243-252.

⁵ BONI, Agostinho. *História do Brasil: colônia, 5ª série*. São Paulo: FTD, 1993, p. 23.

⁶ VICENTINO, Cláudio. *História integrada: o mundo da Idade Moderna*. São Paulo: Scipione, 1995, p. 128.

⁷ SILVA, Francisco de Assis. *História do Brasil: Colônia*. São Paulo: Moderna, 1982, p. 36.

⁸ Destacamos os estudos de Clóvis Moura e Emília Viotti da Costa.

⁹ Na qual figuravam intelectuais como Florestan Fernandes, Otavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso.

¹⁰ Ver MACHADO, Maria Helena. “Em torno da autonomia escrava: Uma nova direção para a história social da escravidão.” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 8, n° 16, março de 1988/agosto de 1988.

¹¹ Como já havia afirmado anteriormente, para o presente estudo elegemos a obra de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil contemporâneo*.

¹² Acerca das modificações ocorridas no Ensino de história a partir da falência da Ditadura Militar ver o Trabalho de FONSECA, Selva Guimarães: Em busca de outras histórias: duas propostas dos anos 80. In: *Caminhos da história ensinada*, pp. 85-110.

¹³ Não desconsideramos os esforços anteriores, principalmente durante a Ditadura Militar, de professores universitários, secundários e primários, pesquisadores e suas organizações que buscaram impor significativa resistência contra as iniciativas nocivas feitas pelos legisladores dos governos militares. Um dos principais pontos criticados era a tentativa de desqualificar o ensino da história e a formação de professores para a disciplina escola, ver FONSECA, Selva Guimarães. Em busca de outras histórias: duas propostas dos anos 80. In: *Caminhos da história ensinada*, pp. 17-84.

¹⁴ MUNAKATA, Kazumi. História que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 281.

¹⁵ Ver CRUZ, Marília Beatriz Azevedo. “O ensino de história no contexto das transições paradigmáticas da História e da Educação”. In: NIKITIUK, Sônia (org.) *Repensando o ensino de história*. São Paulo: Cortez, 1996, pp. 67-76; e FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino da história*. São Paulo: Papyrus, 2003, pp. 39-48.

¹⁶ Ver lista na bibliografia.

¹⁷ Caio Prado Júnior cita, por exemplo, os textos de Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, e Arthur Ramos, *Culturas negras do novo mundo*.

¹⁸ Sobre a temática ver DIFUILA, Manuel Maria. *Historiografia da História de África*. In: *Actas do colóquio ‘Construção e ensino da história de África’*. Lisboa: Linopazas, 1995, p. 51-56; e LOPES, Carlos. “A Pirâmide invertida – historiografia africana feita por africanos”. In: *Actas do colóquio construção e ensino da história da África*. Lisboa: Linopazas, 1995, 21-29.

¹⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 272.

²⁰ Principalmente entre 1983 e 1995.

²¹ LAPA, José Roberto do Amaral. Caio Prado Júnior. “Formação do Brasil contemporâneo”. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. São Paulo: Editora SENAC, 1999, p. 264.

²² Idem, *ibidem*, p. 268.

²³ Sobre a temática consultar LOPES, Carlos. “A Pirâmide invertida – historiografia africana feita por africanos; DIFUILA, Manuel Maria. Historiografia da história de África”; e CURTIN, P.D. “Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral”. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). *História geral da África*, vol. I. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982.

²⁴ Sobre a perspectiva da análise marxista da história africana ver, entre outros: KLEIN, Martin A. “African social history”. In: *Africa studies review*, vol. 15, nº 1, abril de 1972, pp. 97-112.

²⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*, pp. 22-23.

²⁶ Idem, ibidem, p. 271-272.

²⁷ Idem, p. 272.

²⁸ Idem, p. 85 e p. 275.

²⁹ Idem, p. 273.

³⁰ Idem, p. 272.

³¹ Idem, p. 86.

³² Idem, p. 107.

³³ Idem, p. 273.

³⁴ Idem, p. 139 e p. 277.

³⁵ Idem, p. 276 e p. 343.

Referências

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003.

ARAÚJO, Joel Zito. “Estratégias e políticas de combate à discriminação racial na mídia”. In: MUNANGA, Kabenguele (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: EDUSP; Estação Ciência, 1996, pp.243-252.

BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

CRUZ, Marília Beatriz Azevedo. “O ensino de história no contexto das transições paradigmáticas da história e da educação”. In: NIKITIUK, Sônia (org.) *Repensando o ensino de história*. São Paulo: Cortez, 1996, pp. 67-76.

CURTIN, P.D. “Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral”. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). *História geral da África*, vol. I. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982.

- DaMATTA, Roberto. “Notas sobre o racismo à brasileira”. In: SOUZA, Jessé (org.). *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, 1997, pp. 69-76.
- DIEHL, Astor Antônio, Caimi, Flávia Eloísa e Machado, Ironita (orgs.). *O livro didático e o currículo de história em transição*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- DIFUILA, Manuel Maria. “Historiografia da história de África”. In: *Actas do colóquio ‘construção e ensino da história de África’*. Lisboa: Linopazas, 1995, p. 51-56.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares. “Visibilidade e ocultação da diferença: imagens de negro na cultura brasileira”. In: *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 87-116.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.
- _____. *Didática e prática de ensino da história*. São Paulo: Papirus, 2003.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima. *História e ensino da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- HORTA, José da Silva. “Entre história europeia e história africana, um objecto de charneira: as representações”. In: *Actas do colóquio construção e ensino da história da África*. Lisboa: Linopazas, 1995, pp. 189-200.
- KARNAL, Leandro (org.) *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. Campinas, SP: Papirus, 2003, pp. 17-36.
- LAPA, José Roberto do Amaral. Caio Prado Júnior. “Formação do Brasil contemporâneo”. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. São Paulo: Editora SENAC, 1999, pp. 259-272.
- LOPES, Carlos. “A pirâmide invertida – historiografia africana feita por africanos”. In: *Actas do colóquio construção e ensino da história da África*. Lisboa: Linopazas, 1995, 21-29.
- MANOEL, Ivan A. “Ensina-se história no Brasil?” In: *História*, UNESP, São Paulo, v.7, pp. 37-46, 1988.
- MATTOS, Hebe Maria. “O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil”. In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (org.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FA- PERJ, 2003, pp. 127-136.
- MUNAKATA, Kazumi. “História que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, pp. 271-298.
- NADAI, Elza. “A escola pública contemporânea: os currículos oficiais de história e

- o ensino temático”. In: *Sociedade e trabalho na história*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v. 6, nº11, pp. 99-116, set. 1985/fev. 1986.
- NADAI, Elza. “O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectivas”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 13, nº 25/26, pp. 143-162, 1992.
- NIKITIUK, Sônia (org.) *Repensando o ensino de história*. São Paulo: Cortez, 1996.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. “Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Contexto/ANPUH, vol. 15, nº 29, 1995.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- RIBEIRO, Ronilda. “Ação educacional na construção do novo imaginário infantil sobre a África”. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: EDUSP; Estação Ciência, 1996, pp. 167-176.
- SILVA, Ana Célia da. “Ideologia do embranquecimento na educação brasileira e proposta de revisão”. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: EDUSP; Estação Ciência, 1996, pp. 141-146.
- SILVA, Martiniano J. *Racismo à brasileira: raízes históricas*. Brasília: Thesaurus, 1987.
- VILLALTA, Luiz Carlos. “O livro didático de história no Brasil: perspectivas de abordagem”. In: *Pós-História: Revista de Pós-Graduação em História*. (Unesp), Assis: 2001, nº 9, pp. 39-59.
- ZAMBONI, Ernesta. “Representações e linguagens no ensino de história”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.18, nº 36, pp. 89-101, 1998.

Manuais Didáticos compulsados

- BONI, Agostinho. *História do Brasil: colônia, 5ª série*. São Paulo: FTD, 1993.
- COTRIM, Gilberto. *História & consciência do Brasil 1*. São Paulo: Saraiva, 1995.
- SILVA, Francisco de Assis. *História do Brasil: colônia*. São Paulo: Moderna, 1982.
- VICENTINO, Cláudio. *História integrada: o mundo da Idade Moderna*. São Paulo: Scipione, 1995.

Resumo

O presente ensaio tem como objetivo analisar as interpretações formuladas sobre os africanos em uma das obras seminais da historiografia brasileira: *Formação*

do Brasil contemporâneo (1942), de Caio Prado Júnior. Mais do que estabelecer um diálogo entre as representações circulantes nos universos acadêmico e escolar brasileiros sobre a história da África – no decorrer da segunda metade do século XX –, nossa proposta se constitui em diálogo de única direção, concedendo voz e lançando olhares específicos sobre o livro de Caio Prado. Sendo assim, abordaremos apenas de forma secundária o fecundo e complexo debate envolvendo a questão das representações e do imaginário construído sobre a África e os africanos.

Palavras-chave: História da África; Representações; Formação do Brasil contemporâneo.

Abstract

The present essay aims at analysing the interpretations on africans in one of the seminal books of brazilian historiography: *Formação do Brasil Contemporâneo* (*The formation of Contemporary Brazil*) (1942), by Caio Prado Júnior. More than a dialogue between prevailing representations of the history of Africa in the Brazilian academy along the second half of the twentieth century, the essay is rather a monologue on some specific aspects of Caio Prado's text. Therefore, the deep and complex debate on representations and the imaginary forged around Africa and the Africans is of secondary concern.

Key words: History of Africa; Representations; Formation of contemporary Brazil.

Resumen

El presente ensayo tiene por objetivo analizar las interpretaciones formuladas sobre los africanos en una de las obras seminales de la historiografía brasileira: *Formación del Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Junior. Más que un diálogo con las representaciones principales em el universo académico brasileiro sobre la historia de África en la segunda mitad del siglo XX, la propuesta es de un monólogo acerca de aspectos específicos de la obra de Caio Prado. Por ende, el fecundo y complejo debate sobre las representaciones y del imaginario acerca de África y los africanos es de interesse secundário en el texto.

Palabras clave: Historia de África; Representaciones; Formación del Brasil contemporâneo.

Ricardo dos Santos Poletto
Mestrando do programa de pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília

As perspectivas democráticas da luta armada ao voto na América Latina: os casos dos “partidos guerrilheiros” do M-19, na Colômbia, da FMLN, em El Salvador e da URNG, na Guatemala

Introdução: o anacronismo da opção revolucionária

O fenômeno dos grupos revolucionários, crentes na possibilidade de reforma pela via armada, encontrou solo fértil na América Latina. A inspiração cubana conduziu a um florescimento ideológico, contrapondo movimentos de base operária, campesina, étnica e intelectual contra elites político-econômicas tradicionais e a linha-dura militar. O romantismo guerrilheiro, no entanto, tomou contornos dramáticos em diversos países da região, na medida em que se provaram incapazes de vencer o aparato de segurança que sustenta o Estado “burguês e opressor”. Os resultados essenciais foram a divisão da sociedade e uma tendência endêmica à militarização. Em perspectiva, os atrasos econômico e institucional resultantes de anos de conflito, revelam, aos poucos, a face anacrônica da guerrilha, uma vez superada a Guerra Fria. Cumpre entender que, via de regra, o fim das guerras internas apresentam-se mais complexas que o de guerras internacionais. É nesse espírito que se buscam alguns indicativos e respostas históricas de três movimentos dissidentes que lograram completar processo de paz com os governos de seus países em favor de uma inserção democrática no quadro político nacional: o M-19, na Colômbia, a FMLN, em El Salvador e a URNG, na Guatemala.

Nesse quadro, o processo que envolve a mudança da mentalidade governamental e insurgente, da arma em direção ao voto, merece observação mais contida. Não se propõe neste trabalho, contudo, discutir as circunstâncias socio-históricas nas quais os processos de transição política estiveram inseridos, nem dissertar exaustivamente sobre possíveis variáveis causais, explicativas para os processos

em estudo. Pretende-se, em projeto modesto, apresentar em linhas gerais três casos que possam iluminar a compreensão de fenômeno particular às democracias latino-americanas, que incorporaram ex-grupos guerrilheiros ao seu acervo de entes políticos legítimos.

Dessa forma, há que se compreender que grande parte das referências históricas são tratadas com fins de contextualização a bem da parcimônia da análise, tendo por efeito a exposição em primeiro plano dos atores que interessam à reflexão. Para tanto, a estrutura do trabalho reproduz modelo convencional: a) breve explicação sobre os movimentos guerrilheiros e suas circunstâncias fundacionais e operacionais; b) o processo de transição, no qual se encaminha o diálogo positivo entre insurgentes e governo; c) participação política dos novos partidos, em sucinta avaliação da efetividade da nova agência. Segue, por fim, conclusão que, longe de estabelecer respostas e parâmetros analíticos, explora os três casos conjuntamente, com o fim de sedimentar as bases de um pensamento indutivo, propiciador de novos debates.

Colômbia

Movimiento 19 de Abril (M-19): *Bolívar, tu espada vuelve a la lucha*¹

O Movimento Revolucionário 19 de abril – *el eme*, para os colombianos – tem suas raízes no início das tensões da crise política dos anos 1950 e 1960. O M-19 nasceu da vertente mais à esquerda da Aliança Nacional Popular (ANAPO), que perderia as eleições contra a coalizão hegemônica da Frente Nacional, resultado do concerto entre os partidos liberal e conservador.² As suspeitas de fraude eleitoral nas eleições de 1970 e o inconformismo com o projeto de perenidade das elites políticas tradicionais deram margem à radicalização do discurso de militantes da ANAPO. Com efeito, o M-19 surgiu em 1974, como dissidência da ANAPO, em descrédito ao jogo político colombiano, fundando suas atividades em estratégias de guerrilha urbana. Apesar da formação de seus quadros nas táticas de guerrilha cubana, o M-19 caracterizou-se apenas como grupo de apelo da classe-média estudantil, porém sem contornos ideológicos claramente discerníveis, em contraste a outras guerrilhas em atividade no país (Zackrisson: 116). Durante seus anos de operação, o M-19 alcançou atos de grande monta e visibilidade, destacando-se a tomada do Palácio da Justiça, em 1985.

Transição: a fórmula do cessar-fogo e da disposição ao diálogo

O governo de Virgilio Barco Vargas (1986-1990) enceta as primeiras negoci-

ações consistentes no sentido de iniciar um processo de paz com os diversos grupos guerrilheiros em atividade na Colômbia.³ Uma das exigências dos membros do M-19 para proceder negociações com o governo era a convocação de assembléia nacional, prevendo redação de nova constituição, cujo texto deveria prever facilidades para a criação de novos partidos políticos. Para dar cabo às negociações, o governo promoveu as *Mesas de Analisis y Concertación*, que colocavam frente a frente comandantes de guerrilha e membros da cúpula militar da reserva e, mais tarde, da ativa. Foi essencial, nesse processo, o papel desempenhado pela *Consejería de Paz*, que manteve em equilíbrio as relações civis-militares durante o processo, no qual o Executivo reconhecia que precisava do aval das Forças Armadas para encaminhar os planos de negociação. Outro instrumento importante foi a instituição das *Casas de La Paz*, que tinham a função de receber membros de guerrilha para encaminhar a transição destes para a vida civil.

A grande preocupação das autoridades oficiais residia no perigo de legitimar o que poderia vir a ser um braço político de grupos subversivos. Por outro lado, havia a expectativa de que o êxito das negociações com o M-19 servisse de exemplo a outros grupos de guerrilha, particularmente às FARC. Com efeito, o processo foi marcado pela transparência, sendo desnecessárias represálias abertas diante da disposição do M-19 em se reintegrar à vida civil colombiana. É bem verdade que membros do M-19 não podiam se considerar seguros, mesmo após os passos firmes em direção à desmobilização, haja vista o peso que a pecha de “traidores da revolução” costuma trazer a movimentos reclacitrantes, especialmente em contexto de dissidência pulverizada.

Destacam-se a sinceridade da guerrilha e o cumprimento fiel ao acordo de cessar-fogo como componentes fundamentais, sendo a convocação da Assembléia Nacional Constituinte de 1991 a culminância desse processo (Nasi: 385). Há que se reconhecer, portanto, a postura proativa do M-19 em afirmar reiteradamente sua disposição em aderir ao processo de pacificação por meio de contatos com outros partidos políticos, com a Igreja, empresariado e meios de comunicação (Nasi: 383). Em 8 de março de 1990, após dezesseis anos em atividade, o M-19 converteu-se em partido político ao passo em que abandonou a via armada. Em seus primeiros anos, o novo partido político, “Aliança Democrática M-19” (ADM-19), arregimentou sob sua bandeira diversos movimentos populares e mesmo guerrilheiros de outros grupos dissidentes (Bourdon: 75).

A participação política: em direção ao ostracismo

A rápida transição de uma estrutura militar hierarquizada para novo

partido agregador teve por efeito a significativa perda de coesão em termos práticos e discursivos. Havia, entretanto, ainda como base do movimento partidário, o ativismo de lideranças históricas do M-19. Assim, a Aliança Democrática M-19 lançou o nome de Carlos Pizarro, presidente do partido e figura de maior aceitação popular, para as eleições de 1990. Uma semana após o anúncio oficial da candidatura, Pizarro foi assassinado. Argumenta-se que morreu junto com ele o projeto democrático do M-19, o que confirma hipótese do alto grau de dependência de partidos dessa natureza a figuras carismáticas. Mesmo assim, o partido lançou Antonio Navarro, que terminou em terceiro lugar na corrida presidencial. Antes da disputa pelo Executivo, entretanto, ocorreram eleições para a Assembléia Constituinte, cujos resultados foram significativos e alentadores para a nova agremiação política: 19 cadeiras conquistadas (26,65% dos votos válidos), secundando apenas o Partido Liberal, que elegera 25 constituintes. Cabe notar, entretanto, que o índice de abstenções de 74% colocava em questão a legitimidade da reforma constitucional (Bourdon, 2001: 78).

Lawrence Bourdon defende que a ADM-19 foi absorvida em larga medida pelo debate constitucional acompanhada pela obsessão eleitoral de seu novo líder, Antonio Navarro (Bourdon, 2001: 79). Os resultados das primeiras eleições legislativas revelavam a hegemonia dos partidos dominantes e a eficiência eleitoral do clientelismo. Na medida em que ficava claro que a ADM-19 não tinha condições de competir com liberais e conservadores, suscitaram-se intensas discussões sobre a desintegração e desagregação do novo partido. A Tabela 1 demonstra a constância da face bipartidarista colombiana desde o período da Frente Nacional – que só vislumbrara real ameaça nas eleições de 1974 quando a ANAPO conquistou 10% da composição legislativa nacional – até os anos de reforma constitucional. Após um período de reformulação estratégica, nas eleições municipais de 1992, os resultados foram apenas modestos, à exceção da vitória na importante cidade de Barranquilla. Partidos não-tradicionais ganhariam corpo somente a partir das eleições de 1994 e 1998 por meio de vitórias de representantes de uma miríade de grupos políticos, coalizões e movimentos sociais, em decisiva demonstração de esgotamento de um ciclo político entendido como corrupto e incapaz de se isolar da lógica dos cartéis e do narcotráfico (Bourdon: 2000, 39). Naquele momento, entretanto, a ADM-19 já se encontrava à margem da renovação política.

Tabela 1: Composição da Câmara dos Deputados da República da Colômbia, 1974-1990 (%)

Ano	Liberais	Conservadores	Outros
1974	56,8	33,2	10,0
1978	55,8	41,7	2,5
1982	57,8	41,2	1,0
1986	54,3	41,7	2,0
1990	61,8	35,2	3,0

Fonte: Archer *apud* BOUDON, 2000: 37

Os herdeiros do M-19 vivenciaram momento decisivo em 1992, quando ele se tornou o primeiro partido fora do eixo liberal-conservador a assumir cargos no primeiro escalão do Executivo, ao indicar representantes para o Ministério da Saúde no governo de César Gaviria (1990-1994). O programa neoliberal de Gaviria e a política de combate às guerrilhas levaram o ADM-19 a optar por abandonar o governo, a bem de sua agenda política original. As atenções se voltaram, então, para a formação de um bloco de oposição capaz de vencer as eleições em 1994.⁴ O resultado seria desastroso e os últimos bastiões do partido ficariam concentrados em assembleias departamentais e conselhos municipais.

O desafio de fazer frente ao bipartidarismo visceral da Colômbia colocava a Aliança Democrática em situação delicada. A meta de se constituir como terceira força do cenário político provou-se inalcançável. Embora tenha desempenhado papel importante na convocação da Assembleia Nacional Constituinte, as eleições de 1994 foram um golpe fatal para as pretensões de seus partidários (Bourdon: 73). Isso se explica em parte pelo oportunismo característico de experimentos partidários dessa natureza: ao primeiro sinal de decadência eleitoral da ADM-19, verificou-se alto grau de deserção. A ADM-19 tornou-se irrelevante na cena política nacional e pode ser considerado um experimento fracassado. Antigos membros do grupo se filiaram à coalizão de esquerda *Polo Democrático Alternativo* que, embora não seja herdeira direta da agenda do M-19, incorporou alguns princípios do movimento original.

El Salvador

Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN): *Diós, Libertad, Unión*⁵

De 1931 a 1979, El Salvador esteve sob controle direto dos militares, com o apoio das elites agrárias locais; porém ostentava uma fachada democrática (Stah-

ler-Sholk: 4). Em outubro de 1979, em consonância com projeto contra-revolucionário de formação de grupos paramilitares e esquadrões da morte, tomou o poder uma junta militar, imbuída do objetivo de erradicar os movimentos de orientação comunista, que haviam intensificado sua atuação na década de 1970. Entre aqueles grupos, destacaram-se as Forças Populares de Libertação Farabundo Martí (FPL), ao lado de outros grupos armados de grande apelo junto ao campesinato, sindicatos, congregações religiosas e comunidade universitária.⁶

A Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional constituiu-se, originalmente, como coalizão de grupos esquerdistas envolvidos na guerra civil detonada pela campanha de repressão da ditadura salvadorenha. A FMLN baseou-se então, na congregação de cinco grupos distintos, dispostos ao fortalecimento operacional de estratégias revolucionárias.⁷ Três meses após sua fundação, a FMLP lançou, em janeiro de 1981, uma *ofensiva general* contra o regime que, embora não resultasse exitosa, sinalizaria doze anos de guerra civil (1980-1992), sem aparente vantagem para qualquer dos contendores.

Transição: o impasse da guerra civil e o desenlace de Chapultepec

Ocorreram eleições em 1982 para substituir a junta militar, com o objetivo de recuperar a imagem do país, manchado pela violência contra civis. Cabia, ainda, encaminhar uma aliança com os Estados Unidos cujo governo, comandado por Ronald Reagan, implementaria uma agressiva política intervencionista na América Central e no Caribe. As manobras eleitorais não representaram, entretanto, transição para um governo legitimamente democrático (Stahler-Sholk: 5-7). Durante os anos iniciais de luta, a FMLN construiu verdadeira infraestrutura revolucionária, contando, inclusive, com duas estações de rádio. Contudo, o movimento também sofria com divisões internas, atinentes principalmente à estratégia de guerra e revolução: de um lado, os radicais insistiam em guerra prolongada até a vitória pela via armada, quando se instauraria um governo dos camponeses e operários; de outro, os moderados pregavam a necessidade de uma aliança com outras forças de esquerda para promover solução política ao conflito.

O complexo cenário centro-americano do final dos anos 1980 encaminhou o esgotamento estratégico das frentes ofensivas. A participação dos agentes externos foi, assim, decisivo para a maturação da fadiga da guerra civil. Observa-se, no caso salvadorenho, a variável externa com relevante peso para o desenlace do conflito. É possível tratar de duas modalidades de envolvimento no conflito: positiva, por parte de Estados Unidos e Nicarágua que, ao final dos anos 1980, tornou-

se negativa, com a suspensão de auxílio aos combatentes, visando ao término da guerra civil. Nesse sentido, acordo entre o governo sandinista da Nicarágua e o governo Reagan significou a perda da retaguarda estratégica da FMLN no país vizinho; entre as demandas do governo americano para dialogar com os sandinistas, estava a suspensão de ajuda logística e militar aos insurgentes da FMLN. Da mesma maneira, o Congresso norte-americano suspendera as fontes de ajuda militar ao governo de El Salvador, tendo em vista o impacto na opinião pública internacional do ataque à Universidade Centroamericana pelo regime de Alfredo Cristiani, quando foram assassinados seis padres jesuítas, em 1989.

As negociações, portanto, ao se darem em meio à guerra civil, experimentaram alto grau de volatilidade. A FMLN adotou estratégia tradicional de manter aberto o canal de diálogo, porém sem interromper a pressão militar necessária para garantir posição mais privilegiada à mesa de negociações. Incorporou essa lógica o contexto da terceira operação de guerra lançada em 1989, a *Todos Al Tope*, e a quarta e última operação geral em 1990, entremeadas por negociações mediadas e compromissos assumidos de ambos os lados do conflito.⁸ Finalmente, a mediação do enviado especial das Nações Unidas, Alvaro de Soto, foi fundamental para a consecução das negociações de paz, que trariam em seu bojo as reformas políticas pós-conflito e desmobilização de unidades guerrilheiras e de contra-insurgência.⁹ Os acordos de Paz de Chapultepec, de 16 de janeiro de 1992, selaram o fim da guerra civil, cobrindo, em seus termos, quatro grandes temas: direitos humanos, desmilitarização, reforma do aparato de segurança, reformas judiciária e agrária (Thompson: 457).

A participação política: da guerrilha à consolidação como partido de oposição

Em 1992, como parte das disposições de Chapultepec, a FMLN tornou-se partido político, apto a participar das eleições gerais agendadas para 1994, naquela que seria denominada a “eleição do século” para os salvadorenhos; não só em função das circunstâncias pacíficas, mas devido à extensão do pleito aos vários níveis de representação governamental: presidente, vice-presidente, assembléia legislativa e cargos municipais (Stahler-Sholk: 24). A disparidade em termos de fundos de campanha e tempo de propaganda eleitoral deu larga vantagem à ARENA (*Alianza Republicana Nacionalista*), partido hegemônico. A FMLN aliou-se à *Convergencia Democrática* (CD), de centro-esquerda, e ao *Movimiento Nacional Revolucionario* (MNR). Compunham ainda a cena política o *Partido Demócrata Cristiano* (PDC), o *Partido de Conciliación Nacional* (PCN), além de outros par-

tidos menores, compondo um largo espectro político. Problemas procedimentais, especialmente de registro de eleitores, além de doses de apatia política e descrença na nascente institucionalidade, explicam os altos índices de abstenção (Stahler-Sholk: 29-32).

Tabela 2: Resultado de eleições legislativas e presidenciais em El Salvador, 1982-1994 (%)

Ano	Tipo	Abstenção (%)	ARENA	PCN	PDC	CD	FMLN-CD-MRN
1982	L	21,5	29,5	19,2	40,1	-	-
1984	P1	51,1	29,8	19,3	43,4	-	-
	P2	44	46,4	-	53,6	-	-
1985	L	41	29,7	8,4	52,3	-	-
1988	L	55	48	8,5	35,2	-	-
1989	P	57	53,8	4,1	36	3,9	-
1991	L	52	44,3	9	28	12,2	-
1994	P1	47,7	49	5,4	16,4	-	24,9
	P2	53,8	68,3	-	-	-	31,7
	L	46,2	44,9	6,2	18,2	-	26,4

Fonte: Fundación Flor de Izote/ Spende, Dye & Vickers *apud* STAHLER-SHOLK, 1994: 27

A performance do partido atinge seu ápice com a conquista da prefeitura da capital, San Salvador, em 1997, embora tenha sido derrotado nas três eleições presidenciais que se seguiram (1994, 1998 e 2004). A ascensão do novo partido significou também a extinção de diversos pequenos partidos, em função da polarização eleitoral. A FMLN constitui hoje ator político consolidado no cenário salvadoreño e principal força de oposição do país.

Guatemala

Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG): *sin más no hay país*

O governo de Jacobo Arbenz (1951-1954) implementou uma agenda de reformas na Guatemala, destacando-se a reforma agrária, o que gerou grande preocupação sobre a instalação de um regime de orientação comunista na América Central. A CIA, com o auxílio de forças econômicas locais de capital americano, patrocinou o golpe que, anos mais tarde, desaguardaria na Guerra Civil (1960-1996). Mas a memória de um governo voltado para a classe trabalhadora e campesinato motivou

a formação de diversos grupos guerrilheiros, que se espalharam pelo interior da Guatemala. Seguiram-se grandes campanhas de “pacificação”, caracterizadas pela indiscriminada violência pelas forças oficiais. Com o golpe de estado de 1982, manejado dentro do próprio exército, assumiu o general Ríos Montt, anulando a constituição, dissolvendo o Congresso e suspendendo os partidos políticos. Observou-se, no período de seu governo, intensa militarização da Guatemala, com a formação de Patrulhas de Autodefesa Civil (PACs), tendo como resultado o retraimento do movimento guerrilheiro, à custa de muitas mortes e massacres.¹⁰

As diversas organizações insurgentes, combatidas por forças do exército guatemalteco treinadas e armadas pelos Estados Unidos, convergiram para a formação da URNG, coalizão em torno da qual orbitavam quatro grupos revolucionários.¹¹ Esses grupos formaram-se ao longo dos anos 1960 e 1970 e conquistaram popularidade nas regiões montanhosas, habitadas majoritariamente pelas comunidades indígenas. Por meio do acordo de 7 de fevereiro de 1982, esses grupos organizaram-se em torno de uma unidade estratégica comum. Poucos meses depois, sofreriam a violenta campanha de contra-insurgência. O movimento, enfraquecido, reconheceu a inviabilidade de chegar ao poder pelas armas, buscando solução política desde o retorno do regime democrático, em 1986.

Transição: o catalisador internacional

As negociações se deram no transcurso das hostilidades e foram necessários longos nove anos para dirimir as desconfianças mútuas. O breve regime de José Ríos Montt (1982-1983) incorporou a fase de atrocidades em que viveu a Guatemala durante a guerra civil. Na segunda metade dos anos 1980, criaram-se condições mais favoráveis à negociação: a queda de Ríos Montt e a eleição de um governo civil em 1986, liderado por Vinicio Cerezo (1986-1990), permitiu maior disposição ao diálogo por parte da URNG, embora os avanços fossem atravancados pela insistência do regime em sustentar uma retórica de que a guerra havia sido vencida (Jonas, 1988: 27). Uma comissão de reconciliação nacional promoveu o diálogo entre lideranças da URNG e partidos políticos, além de setores da sociedade, como empresariado e congregações religiosas. Série de ofensivas entre 1987 e 1991 demonstravam a volatilidade do processo, em que as partes buscavam controlar a agenda de negociações, sem suspender a guerra (Jonas apud Nasi: 391). Mesmo após a redemocratização, muitos líderes esquerdistas mantiveram-se no exílio; o *Foro de Guatemaltecos Democráticos*, sediado no México, concluiu que não havia condições para o retorno dos opositores ao país (Jonas, 1988: 31-32).

O governo seguinte de Jorge Serrano (1991-1993) foi mais ousado, ao propor negociações diretas entre governo e guerrilha. Entretanto, esse processo estagnou e entrou em colapso em 1993, ano em que ocorreu o episódio conhecido como “Serranazo”, no qual o presidente tentou um autogolpe para aumentar seus poderes. Apesar de contornada a crise institucional, o processo de paz não experimentou nenhum avanço substantivo (Jonas, 2000: 12). Somente com maior envolvimento da comunidade internacional ocorreram passos decisivos para a transição. Há que se relevar a ambiência benéfica do fim da Guerra Fria para o encaminhamento do fim do conflito: em função da longa espera, os governos guatemaltecos se tornaram cada vez mais suscetíveis à pressão internacional. A partir de 1994, ocorreram reuniões secretas entre o comando militar do exército e o comando da URNG, compreendendo onze acordos parciais de paz.

O acordo de paz foi firmado em 1996, nos termos fixados pelo comandante Rolando Morán e pelo presidente Álvaro Arzú, sob supervisão das Nações Unidas, que instalaram missão de verificação na Guatemala. Ocorreu, por meio desse acordo, a incorporação do URNG à legalidade, estabelecendo um calendário de desmobilização e de inserção de ex-guerrilheiros à vida civil, reconhecendo também o movimento como partido político devidamente acreditado frente às instituições democráticas guatemaltecas.

A participação política: desfecho sem reformas

O ano das reformas constitucionais de 1999, em face dos acordos costurados nos anos anteriores, determinou o período mais dramático de todo o processo de paz: a derrota do referendo. Os dispositivos sobre direitos indígenas e reformas do exército e do Judiciário caíram pelo voto popular, em referendo com alto grau de abstenção (81,5%). A vitória do “Não” às reformas por 55% foi patrocinada pelos grupos críticos à negociação com os grupos de esquerda, valendo-se de propagandas de cunho racista em relação à população de origem maia (Jonas, 2000: 30-31). Naquele mesmo ano, figuras reacionárias venceriam eleições para o Congresso, mas o recém-legalizado URNG, ao lado de outras forças políticas progressistas, elegeriam nove representantes, constituindo-se como terceira força política nacional. Porém, sem as reformas acordadas, o processo de verdadeira pacificação na Guatemala ficou incompleto.

O papel desempenhado pelas Nações Unidas foi mais simbólico que efetivo.¹² Finda a guerra civil após 36 anos, a URNG, já enfraquecida, tomou parte no jogo político, na perspectiva frustrada de promover uma nova agenda de reformas.

Nas eleições de 2003, o partido conquistou apenas duas das 158 cadeiras no Congresso. Quatro anos mais tarde, não houve evolução dos números, estabilizando-se em cerca de 3% do total de votos válidos para as campanhas presidenciais e legislativas. Com um programa voltado para a reforma agrária, a URNG também rejeitou o tratado de livre comércio com os Estados Unidos e propôs a adesão da Guatemala à Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA). A bancada do URNG-MAIZ é marginal e pouco representa no cenário político dominado pela *Unidad Nacional de la Esperanza*, *Gran Alianza Nacional*, *Partido Patriota* e *Frente Republicano Guatemalteco*, em cenário partidário pulverizado e instável.

Conclusão: as perspectivas da alternativa eleitoral para o conflito armado

Cabe ao analista questionar quais razões conduziram ao sucesso das negociações, capazes de levar grupos insurgentes a baixar armas para abraçar a via democrática e se o mesmo sucesso verifica-se do ponto de vista do incremento democrático. A lógica dos custos de resistência por parte de guerrilheiros e custos de tolerância, pelo governo, apontam para um raciocínio elusivo para a compreensão das experiências latino-americanas (Shugart: 124). A origem político-partidária do M-19, por exemplo, tornava os custos de resistência muito altos em face das possibilidades de retorno ao cenário democrático, motivo pelo qual prontificou-se ao diálogo com o governo que combatia. Na Guatemala, sobretudo, o grau de supressão elevou consideravelmente os custos de resistência da URNG, já enfraquecida após a violência contra-insurgente dos anos 1980. Da mesma maneira, por outro lado, as pressões internacionais e as perspectivas de término de conflitos prolongados reduziram os custos de tolerância pelas forças oficiais, geralmente contrabalançadas por núcleos militares contrários à negociação, que aumentaram os custos percebidos de integrar “inimigos do Estado” ao cenário legal.

Com o fim de encaminhar a transição guerrilha-partido, o primeiro passo foram os acertos institucionais que tornaram possível a participação competitiva das agremiações partidárias derivadas de entidades paramilitares. Entretanto, como notado nas experiências latino-americanas, o passo entre a proposta de agenda de reformas e sua efetiva implementação é bem distante. Nesse sentido, os diferentes grupos que se integraram à vida civil em seus respectivos países assumem altos riscos. A perspectiva da marginalização democrática (ADM-19) e da inexistência de reformas (URNG) faz-se presente e expõe a fragilidade da construção de alternativa democrática equilibrada para as partes envolvidas na negociação. Dentre as medidas de caráter legal-institucional, destaca-se, na maioria dos casos, a edição de leis

de anistia geral, contemplativas dos abusos de direitos humanos e das ações clandestinas de grupos insurgentes e de forças de segurança, em nome do entendimento mútuo. Em diversos casos, constituem-se Comissão de Verdade e Reconciliação (El Salvador, Guatemala, Peru), para expurgar os males do conflito pelo auto-exame e reflexão da experiência histórica. A decretação da anistia, em 1993, aos crimes cometidos durante o conflito, se, por um lado, implicou séria fissura penal e simbólica (Thompson: 460); por outro, buscou sustentar o equilíbrio de processos de paz ainda em consolidação. Impera o que Schirmer refere-se como “constitucionalismo contra-insurgente”, segundo o qual a lei se submete ao papel estratégico do exército e das necessidades operacionais, criando espaços jurídicos para legitimar a atuação repressora (Schirmer: 95). Prova disso é a doutrina do general Gramajo, que se notabilizou pela violência em nome da segurança nacional e retornou ao poder como liderança parlamentar na Guatemala após as negociações de paz.

É evidente que as estratégias adotadas e os movimentos no período de adaptação à nova realidade estratégico-eleitoral assumem importância na definição do sucesso ou fracasso desses grupos. A ADM-19 fracassou porque não desenvolveu um projeto de longo prazo e porque abarcou diferentes grupos sob sua sigla sem conseguir definir uma agenda coesa. Segundo analistas, o partido perdeu momento, ao adotar um foco primordialmente nacional e não local (Bourdon, 2001:85-88). Sobre a FMLN, Stahler-Sholk discute os critérios-base para uma transição democrática razoavelmente positiva em El Salvador. O resultado das eleições de 1994, em que imperou a competição multipartidária, e deu passe a um regime estável, por meio de uma cultura de participação democrática rapidamente assimilada, poderia indicar o relativo sucesso do experimento democrático salvadorenho e do ex-movimento guerrilheiro. No caso guatemalteco, Schirmer coloca em questão a fragilidade das estruturas que sustentam a democracia em face do projeto militar do alto comando; permanece em dúvida o controle exercido pelo governo civil, entronizado mais pela pressão exógena dos atores internacionais do que pela acomodação natural de forças políticas guatemaltecas (Schirmer: 104-106). A implementação precária e incompleta dos compromissos programáticos dos acordos de paz e a marginal participação da sociedade civil, levam à caracterização de “democracias de baixa intensidade” (Stahler-Sholk: 43-44; Thompson: 460-461). Isso ocorre quando os esforços para dar cabo à transição política dos grupos guerrilheiros não se refletem em medidas no sentido do cumprimento dos acordos assumidos (Jonas, 2000: 30). Com efeito, os modelos de reforma latino-americanos pela revolução prova-se frustrante, pela escassez de exemplos de sucesso e pela precariedade de sua concepção. Em todos os casos, verificam-se dividendos positivos pós-conflito

to, assimétricos, entretanto, em desfavor das comunidades marginalizadas e de projetos revolucionários. Afinal, em conclusão aberta, as narrativas de Colômbia, El Salvador e Guatemala demonstram que os caminhos latino-americanos são eivados de contradições.

Notas

¹ Em um dos primeiros atos do M-19, integrantes do grupo assaltam monumento nacional e tomam a espada que pertencera a Simón Bolívar para divulgar sua agenda revolucionária, resgatando a imagem da luta empreendida pelo libertador latino-americano no século XIX.

² A Frente Nacional foi um acordo político entre liberais e conservadores, no sentido de reorganizar a política colombiana após a ditadura de Rojas Pinilla. Por meio de uma coalizão político-eleitoral, os partidos hegemônicos se revezaram na indicação do presidente da república. Com isso, mantiveram estrito equilíbrio legislativo e burocrático, entre 1958 e 1974, com o intuito de encerrar um período de convulsão social alcunhada de “La Violencia”, resultado, em última instância, da entranhada rivalidade bipartidária.

³ Tomaram parte nas negociações o *Movimiento 19 de Abril* (M-19), o *Partido Revolucionario de los Trabajadores* (PRT), a *Corriente de Renovación Socialista* (CRS), o *Ejército Popular de Liberación* (EPL) e o *Movimiento Armado Quintín Lame*.

⁴ Em termos gerais, a nova plataforma do partido estava embasada em oito pontos: 1) fim da violência; 2) rejeição da corrupção e do clientelismo; 3) desenvolvimento constitucional; 4) política econômica baseada na produção; 5) programas de emprego; 6) pacto de proteção do meio ambiente; 7) prioridade aos programas sociais; 8) integração regional latino-americana (BOURDON, 2001: 82).

⁵ Farabundo Martí, nome que inspirou a Frente de Libertação Nacional de El Salvador, foi destacado revolucionário salvadorenho, fundador do Partido Comunista Centroamericano, dirigente do Partido Comunista Salvadorenho e líder da insurreição camponesa de 1932.

⁶ Outros grupos de relevante atuação foram a *Resistencia Nacional* (RN), composta majoritariamente por jovens universitários e tendo como braço armado as *Fuerzas Armadas de la Resistencia Nacional* (FARN), e o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP), que assumiu importância por suas estratégias de recrutamento e tática de guerrilha.

⁷ A FMLN foi composta, inicialmente, pelos seguintes grupamentos guerrilheiros: FPL, RN, ERP e *Partido Comunista Salvadoreño* (PCS), com a integração tardia do *Partido Revolucionario de los Trabajadores Centroamericanos* (PRTC).

⁸ Havia uma proposta da FMLN desde 1989 para avaliação do governo junto a Washington; destacam-se, em 1990, o Acordo de Genebra promovido pelas Nações Unidas, o Acordo de Caracas sobre compromissos com direitos humanos e o Acordo de San José, que definiu uma agenda de reformas e o estabelecimento de uma Comissão da Verdade, retomados, mais tarde, pelo Acordo do México, de abril de 1991. Para uma cronologia completa dos antecedentes de Chapultepec, vide referência na página eletrônica das Forças Armadas de El Salvador: <http://web.archive.org/web/20070109065058/www.fuerzaarmada.gob.sv/Acuerdos-Paz/cronologia-acuepaz.htm> (acesso em 23 de março de 2008).

⁹ Para informações sobre o papel desempenhado pelas Nações Unidas, por meio de missão observadora e de monitoramento dos acordos de paz, a ONUSAL, entre 1991 e 1995, vide: http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co_mission/onusal.htm. (acesso em 23 de março de 2008)

¹⁰ Os anos 1980 ficariam conhecidos como o período do “Genocídio guatemalteco”, em que foram vitimados indiscriminadamente população indígena, intelectuais e membros de movimentos populares, totalizando 200.000 mortos. Notabilizou-se, nessa lógica, o pronunciamento de Ríos Montt às comunidades indígenas: “Si están con nosotros, los alimentaremos; si no lo están, los mataremos”. No mesmo contexto, pela denúncia contra as atrocidades e pela defesa dos direitos dos povos indígenas, Rigoberta Manchú ganharia o Prêmio Nobel da Paz, em 1992.

¹¹ Compunham a coalizão revolucionária: o *Ejército Guerrillero de los Pobres* (EGP), composto por vários comandos espalhados pela Guatemala como forças paramilitares de orientação marxista-leninista, *Organización Revolucionario del Pueblo em Armas*, que possuía maior influência nas zonas cafeeiras e era comandada pela intelectualidade urbana, *Fuerzas Armadas Rebeldes* (FAR) e *Nucleo de Dirección Nacional del Partido Guatemalteco del Trabajo* (PGT-NDN).

¹² Sobre a missão de verificação das Nações Unidas, vide: http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co_mission/minugua.htm (acesso em 25 de março de 2008)

Referências

BOURDON, Lawrence. “Party System Deinstitutionalization: the 1997-1998 Colombian elections in historical perspective”. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Vol. 42, No. 3, (Autumn 2000), pp. 33-57.

_____. “Colombia’s M-19 democratic alliance: a case study in new-party self destruction”. *Latin American Perspectives*, Vol. 28, No. 1, Colombia: the forgotten war. (Jan., 2001), pp. 73-92.

JONAS, Susanne. “Democratization through Peace: The difficult case of Guatemala”. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*. Vol. 42, No. 4, Special Issue: Globalization and Democratization in Guatemala. (Winter, 2000), pp. 9-38.

_____. Contradictions of Guatemala’s ‘Political Opening’. *Latin American Perspectives*. Vol. 15, No. 3, “Democratization and Class Struggle”. (Summer, 1988), pp. 26-46.

NASI, Carlos. “El problema de la confianza en los procesos de paz: algunas lecciones de America Latina”. In: MASON, Ann & ORJUELA, Javier (eds.). *La crisis política colombiana: más que un conflicto armado y un proceso de paz*. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Ciencia Política, CESO, 2003.

SCHIRMER, Jennifer. “The guatemalan politico-military project: legacies for a violent peace?”. *Latin American Perspectives*. Vol. 26, No. 2, Reassessing Central America’s Revolutions. (Mar., 1999), pp. 92-107.

- SHUGART, Matthew Soberg. "Guerrillas and elections: an institutionalist perspective on the costs of conflict and competition". *International Studies Quarterly*, Vol. 36, No. 2. (Jun., 1992), pp. 121-151.
- STAHLER-SHOLK, Richard. "El Salvador's negotiated transition: from low-intensity conflict to low-intensity democracy". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Vol. 36, No. 4. (Winter, 1994), pp. 1-59.
- THOMPSON, Martha. "Transition in El Salvador: a multi-layered process". *Development in practice*, Vol. 7, No. 4, Special Double Issue. (Nov., 1997), pp. 456-463.
- ZACKRISON, James. Colombia. In: ALEXANDER, Yonah (ed.). *Combating terrorism: strategies of ten countries*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005.

Forças Armadas de El Salvador

<http://www.fuerzaarmada.gob.sv/home.asp>

United Nations Observer Mission in El Salvador (ONUSAL)

http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co_mission/onusal.htm

United Nations Verification Mission in Guatemala (MINUGUA)

http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co_mission/minugua.htm

Resumo

O presente trabalho pretende iluminar alguns aspectos do processo de transição estratégica de grupos guerrilheiros para a conformação de partidos democráticos, em transição legitimada pelos governos nacionais. O objetivo fundamental é compreender a lógica básica desse fenômeno e apontar as perspectivas de inserção democrática desses grupos com base nas experiências históricas do M-19, na Colômbia, da FMLN, em El Salvador e da URNG, na Guatemala.

Palavras-chave: Movimentos de guerrilha; Partidos políticos; Democracia.

Abstract

The present paper aims to illuminate some aspects of the process of strategic transition from guerrilla groups to the constitution of democratic parties, within

transitional process endorsed by national governments. The fundamental goal is to understand the basic logic of this phenomenon and to identify the perspectives of democratic insertion of these groups, based on the historical experiences of M-19, in Colombia, FMLN, in El Salvador, and URNG, in Guatemala.

Key words: Guerrilla movements; Political parties; Democracy.

Resumen

El presente estudio pretende aclarar algunos aspectos del proceso de transición estratégica de grupos guerrilleros para la conformación de partidos democráticos, em transición legitimada por los gobiernos nacionales. El objetivo fundamental es comprender la lógica básica de esse fenômeno y apuntar las perspectivas de inserción democrática de esos grupos com base a las experiencias históricas del M-19, em Colômbia, de la FMLN, em El Salvador e de la URNG, em Guatemala.

Palabras clave: Movimientos de guerrilla; Partidos políticos; Democracia.

OPINIÃO

Ana Paula Barbosa de Miranda

Mestre em Lingüística Aplicada pela Universidade de Brasília (Unb) e professora de Língua Espanhola das Faculdades UPIS (União Pioneira de Integração Social) e SEDF (Secretaria de Educação do Distrito Federal).

A interlíngua no processo de aquisição de uma segunda língua

Aunque parezca que el término lo sugiere, la interlengua no es una especie de lengua a caballo entre la primera lengua y la segunda con características estructurales de ambas, sino que es más bien un sistema intermedio caracterizado por los rasgos resultantes de las estrategias de aprendizaje lingüístico (APPEL, R. e MUYSKEN, P., 1996).

Introdução

A busca por encontrar metodologia certa, que permita ajudar os alunos a não cometer erros ao comunicar-se em outra língua, é preocupação constante dos professores.

A grande semelhança existente entre o português e o espanhol – 85% do léxico – é, sem dúvida, grande ajuda para o brasileiro que começa a aprender o espanhol como língua estrangeira. Porém, esse elemento facilitador torna-se motivo de muita confusão quando o objetivo é ter conhecimento mais profundo da língua, devido principalmente às constantes associações errôneas estabelecidas pelo aluno.

1. A aquisição de segunda língua

O estudo de como se adquire segunda língua tem se intensificado desde a segunda metade do século XX. A aquisição de uma L2 pode ser definida como o modo pelo qual se aprende outra língua dentro ou fora da sala de aula, respectivamente de modo instruído, formal ou natural.

Explicação abrangente da aquisição de uma L2 deve descrever as suas etapas, assim como explicar o modo pelo qual os aprendizes aprendem. Existem fatores externos e internos que contribuem para que essa aquisição aconteça com maior ou menor sucesso.

Um dos fatores externos é o ambiente social em que acontece o aprendizado. Condições sociais influenciam as oportunidades que os aprendizes têm para

ouvir ou usar o segundo idioma e também a atitude que o aprendiz desenvolve em relação à aprendizagem da L2.

Outro fator externo de grande importância para a aquisição da L2 é o insumo recebido pelo aprendiz, que pode ser oral ou escrito. Existe discordância sobre o tipo de insumo que facilita o aprendizado; se o da língua natural do falante nativo, ou o simplificado, que pode ser descrito como a fala do estrangeiro ou do professor. O papel do insumo na aquisição da L2 também é motivo de muita discordância.

Nesse sentido, teorias behavioristas enfatizam que o processo de aquisição pode ser controlado pelo insumo dado ao aluno. Essa posição foi enfaticamente rebatida por Chomsky (1998), que afirmou que a visão behaviorista desconsidera o processo mental do aluno durante a aprendizagem e que, por muitas vezes, não existe relação entre o insumo recebido e o tipo de linguagem produzida pelo aluno. Esse aspecto é explicado pelos mentalistas que afirmam existir um processo mental de armazenamento do insumo recebido pelo aprendiz e produzido mais tarde. Por sua vez, a visão mentalista foi também rebatida por vários pesquisadores que vêem o insumo juntamente com a interação como o único processo completo para que o aprendiz aprenda a se comunicar (Ellis, 1998, p.31-38).

Krashen (1985, p.16-17) investigou o papel do insumo compreensível, no qual o aprendiz deve compreender o insumo que contenha itens lingüísticos que estão acima de sua capacidade lingüística. Krashen propôs a Hipótese do Insumo que atesta que os aprendizes adquirem características morfológicas em ordem natural como resultado do insumo compreensível que é direcionado a eles.

Associados aos fatores externos, temos os internos. Os fatores internos correspondem aos mecanismos cognitivos que os aprendizes possuem e que os capacitam a extrair informações da L2 por meio do insumo disponível; formar o passado dos verbos regulares ou o plural de certas palavras podem ser citados como exemplo. Isso também acontece porque os alunos têm conhecimento prévio da aquisição da língua materna, usando-a como referência quando necessário, pois tal conhecimento pode ser transferido para a aquisição da L2, juntamente com o conhecimento que eles possuem do mundo e das estratégias de comunicação. Os aprendizes podem fazer analogias, parafrasear ou mesmo inventar novas palavras para se comunicar.

Outros fatores internos explicam porque os aprendizes aprendem a L2 em velocidades e modos diversos e, por muitas vezes, obtêm também, resultados distintos. Essas diferenças resultam de desigualdades individuais como a motivação e a aptidão bem como a capacidade de uso de estratégias de inferência e de automotivação.

Nessa perspectiva, segundo Ellis (1985), os fatores externos e internos ajudam a explicar porque alguns alunos param de aprender, ou aprendem em velocidades e modos diversos e não se mostram suficientemente motivados para aprender mais do que consideram adequado para atender suas necessidades comunicativas outros não querem se integrar à cultura da nova língua, além daqueles que começaram a aprender o novo idioma após a puberdade e, de algum modo, sentem que não conseguem ser totalmente proficientes.

2. Diferentes denominações para a interlíngua do aprendiz

A “língua” utilizada pelo falante não-nativo passa a ser objeto de estudo e recebe, concomitantemente, os nomes de “sistema aproximado” segundo Nemser (1971); “competência transitória” e “dialeto idiossincrásico”, segundo Corder (1992, *a e b*) e “interlíngua”, segundo Selinker (1992). Em meio a toda essa diversidade terminológica, identificam-se três paradigmas para:

- 1 - Idéia de sistema: competência, língua, dialeto, sistema.
- 2 - Idéia de evolução: transitório, aproximado, intermediário, inter-.
- 3 - Idéia de especificidade: idiossincrásico, aprendiz.

2.1 Sistema aproximado, de Nemser

O termo “sistema aproximado” foi utilizado por Nemser (1971) para referir-se a qualquer língua não-nativa em geral, e à língua segunda ou estrangeira de um adulto em particular. De acordo com Nemser, sistemas lingüísticos em contato classificam-se em: língua objeto (a língua que se está tentando aprender), língua origem (língua materna ou língua primeira que atua como fonte de interferência) e sistema aproximado (o sistema lingüístico desviante usado pelo aluno que tenta utilizar a língua objeto). O sistema aproximado tem estrutura gramatical e sons próprios, não corresponde à língua objeto nem à língua origem, muda de maneira rápida e atípica, passa por sucessivos níveis de domínio da língua objeto e pode identificar-se como característica de um grupo em concreto (por exemplo, os sotaques estrangeiros) ou comunidade (por exemplo, casos de *pidgin*¹). A regularidade dos erros de percepção e de produção de uma língua, objeto de estudo para alunos com o mesmo sistema de língua nativa proporciona, segundo Nemser, numerosas provas da existência de um sistema aproximado.

2.2 Competência transitória/dialeto idiossincrásico, de Corder

Com base em perspectiva sociolingüística, Corder (1992) defende, primeiramente, a existência da “competência transitória” e posteriormente, dos “dialetos idiossincrásicos”, que são sistemas cujas gramáticas compartilham regras com outras normas gramaticais, mas, além disso, têm regras próprias. Esses dialetos têm como característica a instabilidade e a difícil interpretação de parte de sua produção. A “variante” usada pelos aprendizes de línguas estrangeiras seria uma entre outros dialetos idiossincrásicos; nesse conjunto se encontram as linguagens: da poética, dos afásicos e da criança.

Uma das constatações feitas por Corder mostra que desvios “voluntários” e patológicos não podem ser equiparados a processos de aquisição/aprendizagem de crianças ou adultos que aprendem a segunda língua. A linguagem dos aprendizes de segunda língua apresenta característica muito peculiar: a sua estabilidade. As orações idiossincrásicas e as bem formuladas produzidas por esses aprendizes são manifestações da gramática do dialeto transicional e não devem ser consideradas simplesmente como erros, desvios ou orações agramaticais; ao contrário, devem ser objeto de estudo lingüístico longitudinal.

2.3 Interlíngua de Selinker

Interlíngua é a língua própria que o aprendiz adquire em estágios de apropriação do idioma a ser aprendido.

O termo “interlíngua” é o mais usado para designar a língua dos falantes não-nativos, talvez pelo fato de ser neutro em relação à direcionalidade de atitude, uma vez que os outros dois termos implicam perspectiva centrada na língua alvo. Esse nome foi consagrado por Selinker (1992), que tinha o objetivo de determinar quais seriam os dados importantes para elaborar uma teoria psicolingüística da aprendizagem de segundas línguas.

De acordo com Selinker, existe na mente uma estrutura psicológica latente, que é ativada, em grande parte dos casos em que o adulto tenta produzir ou entender uma L2, mas não chega a dominá-la como o nativo. O sistema independente é denominado interlíngua. Conforme Selinker, não há falantes nativos ideais de interlíngua; assim sendo, a sua análise deve ser feita por meio de locuções coletadas em situações de comunicação significativa na língua alvo e não em situação mediada por práticas pedagógicas. A análise da estrutura superficial das orações da interlíngua revela os processos da estrutura psi-

cológica latente, entre os quais se destacam as transferências: a) de linguagem, de instrução; b) de estratégias: de aprendizagem, de comunicação e, além disso, c) a hipergeneralização de regras da língua em estudo. Nesses processos centrais originam-se os “elementos fossilizáveis” que, por sua vez, denominam-se como os itens, regras e subsistemas lingüísticos que os falantes do idioma materno tendem a conservar em sua interlíngua em relação à língua objeto/meta dada.

Em suma, a interlíngua constitui etapa obrigatória no aprendizado e definir-se-ia como sendo “sistema lingüístico interiorizado”, que revoluciona tornando-se cada vez mais complexo, e sobre ele o aprendiz possui intuições. É conjunto de elementos diferente do que possui a língua materna, ainda que nele se encontrem marcas da língua a ser aprendida. Também não pode ser considerada mistura entre um e outro. Possui regras próprias; é, portanto, método intermediário entre a L1 e a L2, passível de reformulações, criado pelos aprendizes na tentativa de comunicação, resultante de cinco processos cognitivos centrais na aquisição de L2s. Cada um modela o material fossilizável no que se refere às produções superficiais da IL, controlando-as quase totalmente. Esses processos podem aparecer combinados. São eles: (Mclaughlin, 1992, p.61)

- 1 - “transferência: o aprendiz transfere as normas da L1 para a L2 o que resulta em manifestações incongruentes com a L2;
- 2- transferência de treinamento: certos elementos da interlíngua resultam do processo de treinamento dos aprendizes;
- 3- estratégias de aprendizagem da segunda língua: quando certos elementos da interlíngua resultam de uma abordagem específica do material a ser aprendido;
- 4- estratégias de comunicação da segunda língua: certas formas da interlíngua podem resultar das estratégias utilizadas pelos aprendizes para mentalizar certo conteúdo a ser aprendido;
- 5- supergeneralização do material lingüístico da L2: supergeneralização de regras e características semânticas da L2 podem ocasionar o aparecimento das formas interlinguais”.

O processo de desenvolvimento da interlíngua é visto por Selinker (1992) diferentemente do processo da L1, devido ao fenômeno denominado fossilização, que consiste na estabilização de estruturas errôneas na interlíngua dos aprendizes, independentemente da idade, da quantidade de explicação e da instrução que o indivíduo receba; ou seja, o indivíduo estabiliza a sua interlíngua, parando de desenvolvê-la antes de igualá-la à L2.

2.3.1 A transferência lingüística

A noção de interferência tem seu começo com a teoria behaviorista de aprendizagem lingüística, segundo a qual a associação de determinadas respostas a determinados estímulos ocorridas de forma regular constitui hábito, que é observável, previsível e automático. As respostas que fogem ao parâmetro são os erros, cuja ocorrência é considerada indesejável por evidenciar a não-aprendizagem.

Assim, do ponto de vista behaviorista, a aquisição de línguas, seja materna ou estrangeira, é questão de automatização de hábitos, com a diferença de que no caso de L2, aprendida depois da aquisição da L1, tratar-se-ia da substituição do sistema gramatical de L1 pelo da L2.

Considerar a substituição de hábitos lingüísticos como fator de aprendizagem significa que quanto mais distinta for a L2 da L1, maiores problemas terá o aprendiz em dominar a L2 e, que durante o período de aprendizagem, os hábitos lingüísticos da L1 influenciam inevitavelmente no processo de aquisição da L2.

Assim, a interferência se refere à forma como o conhecimento anterior previne ou inibe o domínio de novos hábitos. Como exemplifica Ellis (1998), a L1 e a L2 expressam o mesmo significado de formas distintas; o aprendiz tende a transferir a sua realização para a L2. Podemos exemplificar com a construção: “Eu gosto de café,” que o aluno brasileiro passaria para o espanhol com “*Yo gusto de café*” antes de assimilar a expressão correta “*Me gusta el café*”.

Não só ocorre transferência negativa; a positiva acontece em casos de semelhança, entre as duas línguas. Como no caso de “Somos bonitos” forma correta tanto em L1 como em L2 é um ponto coincidente que favorece a aprendizagem.

2.3.2 Permeabilidade e variabilidade da língua e da interlíngua

Quando nos referimos à interlíngua, lembramos que uma de suas características é a variabilidade. Entretanto, nos esquecemos de que a língua do falante nativo é uma idealização e, quando a consideramos como realização, vemos que também é variável. Anteriormente, comentamos como pode ser a aquisição da língua não-nativa; agora vamos ver como ocorre a mudança lingüística na língua não-nativa.

No caso de línguas nativas, se retomarmos a dicotomia gramática/língua, vamos encontrar que, de acordo com os estudos chomskianos, a gramática está

relacionada a mecanismos neurológicos, à capacidade inata, aos princípios abstratos, ao passo que a língua abarca fatores relacionados com a *performance*, uso concreto de linguagem em situações de fala, quando entram em jogo aspectos pragmáticos e sociais.

Se estabelecermos um paralelo com a língua nativa e a gramática, é necessário diferenciar interlíngua da “gramática não-nativa”. Para Liceras (1992, p.51):

Si trazamos un paralelismo con el sistema lingüístico del que aprende una L2, podemos diferenciar la “IL” de la “gramática no nativa”, de tal forma que las estrategias de aprendizaje, los factores sociales y los mecanismos de producción entren en relación con la IL, pero no con la gramática no nativa.

A permeabilidade, segundo Adjémian (1982) e Selinker (1978), citados por Liceras (1996), é propriedade da língua relacionada à mudança, à variabilidade e à competência pragmática do falante. A variabilidade da interlíngua, assim como a variabilidade que existe nos sistemas nativos (estilo, classe social, variedade dialetal etc.), são reflexos da permeabilidade.

Liceras, por outro ângulo, defende que a permeabilidade afeta a gramática e que a variabilidade existe porque há diferentes falantes de uma língua:

Por lo tanto, si la permeabilidad se considera una propiedad de la gramática que da cuenta de la variabilidad de intuiciones de los hablantes, la competencia pragmática y la actuación (performance) no tiene una relación directa con dicha propiedad. Según este concepto de permeabilidad, lo que la determina es la existencia de unos parámetros que no se han fijado de forma unívoca o que no se fijan en absoluto. La variabilidad, tanto de la IL como de los sistemas nativos, puede ser un reflejo indirecto de la permeabilidad (1996, p. 52).

A mudança lingüística estaria relacionada à permeabilidade; a escolha de opção do parâmetro por um grupo de falantes pode fazer com que essa opção se transforme em uso optativo ou, com o passar do tempo, em uso obrigatório². O fato de que a opção por uma das duas possibilidades do parâmetro possa não ser definitiva abre caminho para a mudança lingüística. O valor de um item gramatical na gramática não-nativa pode ser diferente do valor na gramática nativa.

2.4 A aquisição do espanhol e a construção de sua gramática pelos adultos

Supõe-se que a dotação genética (a capacidade inata) e a exposição a uma língua fazem com que qualquer criança adquira sua língua materna (LM). A especificidade da aquisição de uma língua não-nativa faz com que consideremos que não se trata de processo igual ao da língua materna. Podemos apontar como características da aquisição de uma língua estrangeira ou uma segunda língua: a variabilidade, a instabilidade, a fossilização, a interferência de fatores afetivos e pessoais. Além dessas, é necessário lembrar que a língua materna é adquirida na infância e a língua estrangeira, no nosso caso, na idade adulta.

Como consideramos que a aquisição da LM por crianças é diferente da aquisição de línguas estrangeiras por adultos, precisamos rever o esquema sobre aquisição da linguagem de acordo com a teoria gerativista, apresentada no início deste capítulo, pois se trata de um esquema que contempla somente a aquisição de LM.

A criação de um modelo para a aquisição de LE ou L2 leva à reflexão sobre o que Liceras (1996) chama de “problema lógico da aquisição de língua estrangeira” que se refere ao acesso à Gramática Universal (GU). Temos três posições a respeito:

- O acesso à GU é mediado pela língua materna.
- A GU não está mais acessível após a aquisição de uma L1.
- O acesso à GU dar-se-ia por duas vias: direta e mediada pela L1.

A posição mais aceita é de que a GU não estaria mais disponível após a aquisição de uma L1, ou seja, que os parâmetros que definem a gramática nuclear de uma língua não poderão ser fixados novamente após a aquisição da L1. A redefinição desses parâmetros seria impossível de acordo com Liceras:

Si los adultos que adquieren una lengua segunda no refijan parámetros, ¿cómo construyen la gramática no nativa? (...) Partiendo del supuesto de que, efectivamente, una “Lengua - I” no puede crecer dos veces, vamos a proponer que la adquisición del lenguaje no nativo, en el caso de los adultos, se lleva a cabo a partir de un mecanismo de reestructuración que hemos denominado “tinkering” o “bricolage” (Liceras y Díaz, 1995b). El adulto, en contacto con los datos del input, pone en funcionamiento dicho mecanismo para reorganizar unidades específicas de las representaciones lingüísticas preexistentes (1996, p.30).

Para Bley-Vroman, *apud* Liceras (1996, p.31), a L1 substitui a GU e a aquisição de LM e L2 são completamente diferentes. Para esse autor, a língua adquirida

após uma LM não pode ser uma “Língua - I”, mesmo que sua produção seja muito parecida com a do falante nativo, porque não são os dados da produção, mas sim da representação gramatical e da aquisição que determinam a existência da “Língua-I”. O desenvolvimento da linguagem infantil se apóia na Gramática Universal e nos procedimentos de aprendizagem de domínio específico que um adulto não pode utilizar. A aprendizagem de língua estrangeira por adultos, de outro modo, apóia-se no conhecimento da Língua Materna e nos mecanismos de resolução de problemas. A proposta de Bley-Vroman foi ampliada por Liceras (1996). Segundo essa autora:

[...] los principios de la GU serán accesibles a través de la L1 y, si procede, de cualquier otra L2 que se haya adquirido. A los datos de la L2 se accederá a partir de los procedimientos secundarios de dominio específico que se habrán creado como consecuencia de la redescrición de las representaciones (Karmiloff-Smith, 1992 y 1994), lo cual supone que los hablantes de una interlengua (IL) tendrán “intuiciones” sobre dicha IL, algo que no era posible incluir en el modelo de Bley-Vroman (1996, p. 32-33).

Para Liceras (1996) os sistemas não-nativos não são “Língua-I”³, mas são línguas naturais idiossincrásicas⁴. A pesquisa de Liceras aponta que os falantes de uma interlíngua têm intuições sobre ela, algo que não estava previsto por aqueles que diferenciam a aquisição de LM/L1 da de LE/L2. No entanto diz a autora:

[...] esas intuiciones se diferenciarán de las de una L1 porque sólo serán accesibles a través de representaciones redescritas a nivel secundario. Es decir, los procedimientos de dominio específico que crean las representaciones de segundo nivel con que cuenta el adulto que adquiere una L2 no son sensibles a los desencadenantes del medio de la misma forma que lo son los procedimientos de primer nivel con que se abordan los datos en el caso de la adquisición de la lengua materna. Por consiguiente, los que adquieren una L1 y los que adquieren una L2 recurrirán a una información diferente a la hora de construir sus gramáticas respectivas. En el caso de la L1, es posible que sea la fijación de parámetros lo que guíe la adquisición, mientras que la adquisición de la L2 vendrá dada por un mecanismo diferente, mecanismo que, como hemos indicado arriba y como vamos a tratar de ilustrar [...], puede consistir en una especie de “tinkering” o “bricolage”. En concreto, lo que vamos a proponer es que los adultos que

aprendan una L2 reestructuran porciones o unidades específicas de las representaciones lingüísticas con que cuentan, dada su experiencia lingüística previa y que, en principio, ese tipo de reestructuración no se llevará a cabo por los mismos procedimientos por los que se produce la fijación de parámetros en el caso de la lengua materna (1996, p.33).

A possibilidade da existência de “procedimentos de domínio específico de segundo nível” nos ajuda a compreender a presença de estruturas não explicáveis pela hipótese da análise contrastiva (que se baseia na experiência lingüística prévia) e pelo procedimento de resolução de problemas; a intuição do falante não-nativo pode ser uma das razões para a mudança e para a evolução da interlíngua.⁵

A existência dos procedimentos específicos de segundo nível e da intuição do falante não-nativo nos ajuda a analisar os dados de que dispomos nos exercícios escritos dos alunos. O nosso estudo sobre a interlíngua de brasileiros que aprendem espanhol se baseia em explicações da análise contrastiva para estudar o erro.

2.5 “Erro” e aprendizagem de uma segunda língua

Os erros fornecem retro alimentação. Indicam ao professor a eficiência dos materiais e técnicas de ensino, demonstram se a parte do programa necessita de maior atenção. Eles permitem ao professor decidir se deve dedicar mais tempo a um item com o qual ele esteja trabalhando (...) os erros fornecem mais informações para o planejamento de um programa terapêutico ou de revisão (Corder 1992b, p.265).

O erro durante muito tempo foi considerado um problema para o processo de aprendizagem ou para o desenvolvimento de habilidades. Em termos gerais, considera-se “erro”⁶ toda transgressão involuntária da “norma” estabelecida por uma comunidade, um “desvio do bom caminho”. Desde os estudos de Corder (1992a), porém, o valor negativo atribuído ao erro na aquisição de uma L2 – um “mau hábito” que deveria ser evitado – foi matizado.

Para defender suas idéias, Corder adota a proposta chomskiana de que a linguagem é atividade criativa e defende que, tal qual uma criança ao adquirir a língua materna, o adulto passa por um processo de formulação e comprovação de hipótese ao aprender segunda língua. Apesar de conhecer que não se trata de processos idênticos, o autor defende a existência de um programa interno e inato que intervém na aquisição de L1 e L2. Corder distinguiu os erros sistemáticos dos

não-sistemáticos. Os primeiros seriam evidência de um sistema subjacente ao desempenho dos aprendizes. Desse modo, ele chamou de “erro” as ocorrências de origem sistemática. Os erros não-sistemáticos ele denominou “lapso”. Esses, então, ocorrem devido a lapsos de memória, estados físicos como cansaço e estados psicológicos como emoções fortes.

Para Corder (1992a), os erros têm significado triplo. Primeiro, para o professor, se ele empreender uma análise sistemática, os erros indicarão até onde chegou o estudante em relação ao objetivo proposto e o que falta conseguir. Segundo, os erros proporcionam indicações ao pesquisador sobre como se aprende ou se adquire uma língua, sobre as estratégias e processos utilizados pelo aprendiz na descoberta gradativa e progressiva da língua. E, por último (e, de certa forma esse é o aspecto mais importante), os erros são indispensáveis para o aprendiz, pois se pode considerá-los como procedimento utilizado para aprender, uma forma de verificar hipóteses sobre o funcionamento da língua que se aprende. Cometer erros é, portanto, uma etapa pela qual passam as crianças na aquisição de sua L1, e o mesmo acontece com os aprendizes de uma língua estrangeira.

Segundo Alwright (1991, p.84), “[...] definir o erro é uma tarefa árdua, pois a forma ‘padrão’ acaba por ser questionada”. Segundo ele, a maioria das definições existentes desconsidera o fato de que o modelo de língua utilizado para ensinar os aprendizes, quase sempre, é o de um não-nativo. Assim sendo, o modelo utilizado em sala de aula seria, na verdade, desvio da forma padrão nativa.

Como já foi dito antes, Corder (1992a) foi o primeiro a destacar a importância dos erros (tanto para os alunos como para os professores e pesquisadores) pela informação que proporcionam sobre o processo de aprendizagem de LE. Esse pesquisador considerava que a língua dos que aprendem uma LE é um dos tipos de “dialeto idiossincrásico”, com suas peculiaridades e diferente da LM e da língua meta usada por falantes nativos. Do ponto de vista metodológico, ele estabeleceu a necessidade de analisar e de identificar não só as expressões idiossincrásicas, mas também todas as estruturas produzidas pelo estudante. A análise de erros teria três etapas:

- 1 - reconhecimento da idiossincrasia: uma oração do aluno pode estar encoberta, na medida em que não se pode interpretar dentro de um contexto;
- 2 - descrição: o pesquisador deve dar conta do dialeto idiossincrásico do aluno comparando-o com sua LM e com a língua alvo;
- 3 - explicação: etapa em que deveriam ser encontrados os fundamentos psicolinguísticos do como e do porquê do dialeto idiossincrásico. É uma

etapa que não está totalmente desenvolvida e que muitos estudos não chegam a alcançar.

Segundo Baralo (1999, p.22), há importantes pesquisas sobre a aquisição de espanhol como língua estrangeira dentro do modelo de análise de erros. Três estudos são destacados pela autora: Vázquez (1999), Fernández (1991, 1997) e Gargallo (1993). No Brasil, as pesquisas nessa área estão em expansão; são poucas as publicações a respeito e grande parte delas está restrita às universidades em que foram desenvolvidas. Citamos como exemplo a tese de doutorado de González (1994) que aborda a questão da aprendizagem de espanhol como língua estrangeira, por adultos em contextos institucionalizados e oferece uma descrição científica e exaustiva dos processos que subjazem à construção da interlíngua espanhola. Além do inegável valor para os estudos lingüísticos, esse conhecimento pode ser de enorme significação para os que se dedicam a aspectos pedagógicos da aquisição/aprendizagem do espanhol.

Os estudos de Corder sobre os erros sistemáticos na produção não-nativa foram passo importante para a inauguração de nova etapa no estudo da aprendizagem de línguas estrangeiras e de L2.

2.5.1 Os erros e sua fossilização

Por que os falantes não-nativos de determinado idioma são identificados com relativa facilidade? Por que é freqüente a identificação de “erros” em suas produções? É normal que depois de crer que utilizamos corretamente determinadas estruturas de uma língua estrangeira, exaustivamente exercitadas e explicadas, voltemos a ter produções com os mesmos erros anteriores ao ensino sistematizado? O mecanismo da fossilização pode ser uma das respostas às perguntas que todos os que estudam ou ensinam línguas estrangeiras fazem: por que alguns erros persistem?

Segundo Selinker (1992, p.41), a fossilização é mecanismo pelo qual um falante tende a conservar na sua interlíngua certos elementos, regras e subsistemas lingüísticos de sua língua materna em relação a determinada língua objeto; ela seria uma das marcas da interlíngua. A fossilização seria mecanismo que supostamente existe na “estrutura psicológica latente” dos indivíduos, juntamente com os processos e com a transferência de instrução, estratégias de aprendizagem de L2, estratégias de comunicação na L2 e supergeneralização do material lingüístico da língua objeto.

Selinker (1992) esclarece que seu conceito de “estrutura psicológica latente” está relacionado com a “estrutura latente da linguagem” de Lenneberg (1967), que é uma organização já formulada no cérebro; na verdade uma contrapartida biológica da gramática universal, que a criança transforma em estrutura concreta de uma gramática particular por meio de uma série de etapas de maturação. Selinker ressalta que, apesar de assumir a existência da estrutura latente descrita por Lenneberg e da existência no cérebro de uma organização já formulada, não acredita que haja um programa genético na estrutura latente e muito menos que haja cópia de um conceito gramatical como o da gramática universal. O pressuposto de que parte Selinker é de que se o adulto consegue chegar a uma L2 com a competência de um falante nativo, isso se deve ao fato de ter reativado de alguma maneira a “estrutura latente da linguagem”, descrita por Lenneberg. A grande maioria dos estudantes, porém, não tem sucesso total na aprendizagem de L2. É “tentativa de aprendizagem” que ativa estrutura diferente, que também é geneticamente determinada, denominada “estrutura psicológica latente”.

As estruturas fossilizáveis tendem a permanecer como atuação potencial, ressurgindo na produção de uma interlíngua, inclusive quando já pareciam superadas. Os erros fossilizados voltam a surgir no sistema não-nativo, em circunstâncias diversas, mesmo depois de considerados erradicados: ao falar de temas novos, em situações de cansaço, em momentos de ansiedade, em situações relaxadas demais etc. Baralo (1999) lembra que a situação comunicativa na qual o falante não-nativo tem que fazer uso da língua alvo pode influenciar de diversas maneiras no aparecimento de estruturas fossilizadas.

O reaparecimento de erros, interpretado como a regressão dos alunos de línguas estrangeiras, fez com que Selinker (1992) postulasse que a fossilização e a interlíngua são realidades presentes no processo de aquisição/aprendizagem de segundas línguas.

Apesar da evolução dos estudos sobre aquisição de L2, as causas pelas quais a fossilização se produz não foram totalmente determinadas, uma vez que diversos são os fatores que intervêm nesse processo. A transferência e a permeabilidade são apontadas como causas principais, mas não devemos ignorar a importância de fatores afetivos e as características individuais dos estudantes.

2.5.2 Os erros e sua correção

Com as reformulações sobre o conceito de erro e a ocorrência da fossilização, passou-se a observar mais atentamente não só o erro, mas também as formas de tratamento e o papel do professor nesse processo.

Na abordagem behaviorista de ensino, preconizava-se que a prática levava à perfeição; acreditava-se, portanto, que o erro deveria ser evitado a qualquer custo no desempenho oral dos aprendizes. Para alcançar a perfeição, os professores deveriam fazer com que seus aprendizes praticassem a forma correta (com exercícios de repetição) inexoravelmente durante as aulas. Assim sendo, tratar um erro era sinônimo de repetição logo após a sua ocorrência.

À luz da visão behaviorista do erro, o movimento estruturalista da lingüística postulou que a maior fonte dos erros era a interferência do sistema lingüístico da L1 junto ao sistema lingüístico da L2. Surgiu a Análise Contrastiva — estudo comparativo e contrastivo entre pares de línguas, que tinha por objetivo maior prever as dificuldades que os aprendizes encontrariam.

Nessa perspectiva, os erros dos aprendizes adquirem extrema importância e sua análise forneceria maior compreensão e ilustraria os estágios de aprendizagem dos indivíduos — a análise de erros. Assim sendo, por meio dela, erros cometidos pelos aprendizes ajudariam a desenvolver estratégias e materiais pedagógicos que auxiliariam o ensino-aprendizagem dos itens problemáticos. Além disso, acreditava-se que se identificando as áreas de maiores problemas para os aprendizes, poder-se-ia de acordo com Shridar (1980, p.103):

Determinar a seqüência da apresentação dos itens da língua alvo no livro texto e na sala de aula, com os itens mais fáceis precedendo os mais difíceis; decidir o determinado grau de ênfase, explicação e prática requeridas na apresentação dos itens da língua alvo; desenvolver aulas e exercícios terapêuticos, e, finalmente, selecionar itens que testassem a proficiência dos aprendizes.

Segundo Ellis (1998, p.296), para analisar a interlíngua dos aprendizes, era necessário recorrer à análise de erros, que envolvia a coleta de amostras da língua do aprendiz, a descrição e a classificação dos erros de acordo com suas causas e a avaliação da sociedade dos mesmos.

De acordo com Ellis (1998, p.53), a relevância da análise de erros justificase, pois:

[...] este processo muda o status do erro de indesejável para útil, uma vez que esses agora são indicadores dos processos internos da aprendizagem, evidência da contribuição ativa do aprendiz para a aquisição de Segunda Língua/Língua Estrangeira.

Nesse contexto, conforme Richards e Rodgers (1998, p.65), os erros eram imbuídos de caráter totalmente negativo, desfavorável à aprendizagem, uma resposta indesejável, produção lingüística a ser evitada e erradicada do desempenho do aprendiz. Nessa perspectiva, o erro cometido pelo aprendiz de línguas não era de nenhum proveito para ele e o professor deveria ajudá-lo a evitar formas incoerentes com as normas da L2.

No final dos anos sessenta, influenciados pelas teorias da gramática gerativa e da psicologia cognitiva, que adotavam visão mais humanista e menos mecanicista, os erros e a sua correção passaram a ser vistos de forma mais positiva como analisa Hendricson *apud* Fernández (1997, p.51-52).

Chomsky (1965) contesta a visão behaviorista e apresenta uma visão cognitiva acerca da aquisição de línguas. Surge, então, a abordagem inatista, pela qual o indivíduo passa a ser considerado criativo, que reage por meio de estágios de aquisição sistemáticos e lógicos. A partir desse momento, teorias de aquisição de L2 foram elaboradas e o conceito de erro e o de correção, revistos.

Corder (1992) corrobora a idéia de que os erros não são apenas formas imperfeitas da língua; pelo contrário, são evidências de que os aprendizes estão testando hipóteses na tentativa de se comunicarem.

Nas últimas décadas, vários autores como Chaudron, *apud* Berché (1998, p.13) e Hendricson *apud* Fernández (1997, p.34); começam a se preocupar com as técnicas pedagógicas utilizadas na correção dos erros orais e escritos.

Chaudron acredita que a reação do falante da L1 aos erros do aprendiz pode desempenhar papel importante no desenvolvimento da consciência sobre acuidade. Assim, uma retroalimentação corretiva guia o aprendiz em direção ao desempenho almejado, postulando diferentes noções sobre correção. A primeira restringir-se-ia àqueles tratamentos que, depois da correção de um certo item, são bem-sucedidos em estabelecer norma para que o aprendiz se autocorrija. A segunda concepção é denominada “correção bem-sucedida” e envolve a habilidade do professor em provocar a resposta correta do próprio aprendiz que cometeu o erro ou de um de seus parceiros em sala de aula. O terceiro conceito relaciona-se às atitudes dos professores, qualquer reação que transforme, desaprove ou exija melhora na elocução dada pelo aprendiz. O quarto e último restringe o conceito de correção a reforços positivos e negativos.

James M. Hendricson, *apud* Fernández (1997, p.14), em seu artigo *Error Correction In The Foreign language Teaching*, faz uma revisão de literatura sobre a correção de erros escritos em que revela a não existência de parâmetros que orientem os profissionais. Assim, ele tenta responder a cinco perguntas fundamentais para a correção de erros:

- 1- *Os erros dos aprendizes devem ser corrigidos?*
- 2- *Se for o caso, quando estes erros devem ser corrigidos?*
- 3- *Quais erros devem ser corrigidos?*
- 4- *Como estes erros devem ser corrigidos?*
- 5- *Quem deve corrigir os erros dos aprendizes?*

Ao responder a primeira pergunta, se os erros devem ou não ser corrigidos, Hendrikson acredita que os professores devem considerar quais erros devem ser corrigidos e por que. Para Corder (1992b) e Alwright (1991), quando os aprendizes são incapazes de corrigir seus próprios erros, eles necessitam da assistência de alguém mais proficiente na língua. Além disso, a correção dos erros ajuda os alunos a identificar suas deficiências sintáticas e léxicas. Assim sendo, embasado nos resultados acima citados, Hendricson concluiu que os erros devem ser corrigidos.

Com relação ao melhor momento para a correção, Hendricson, *apud* Fernández (1997) esclarece que existem várias atitudes com relação a esse aspecto. Muitos educadores rejeitam a visão behaviorista de tratar o erro, sendo mais complacentes com a ocorrência de erros, pois acreditam que tolerar os erros ajuda os aprendizes a desenvolver uma certa confiança na tentativa de comunicação. Já Birckbichler, *apud* Hendricson (op. cit.), preconiza que a correção dos erros deve ser reservada para as práticas gramaticais manipulativas, ao invés de práticas comunicativas. Um outro ponto a ser considerado é que, na tentativa de comunicação, os aprendizes correm muitos riscos e, por isso, acabam errando. Os professores têm que ser cuidadosos com as técnicas de correção utilizadas para que não acabem por desmotivar os aprendizes.

No que diz respeito ao tipo de erro a ser corrigido, Hendricson (op.cit) afirma que um número cada vez maior de educadores corrige os erros que impedem a inteligibilidade de mensagem: os erros que possuem efeitos estigmatizantes no ouvinte ou leitor e os erros que ocorrem frequentemente no discurso e na escrita dos aprendizes.

Embora não exista trabalho que reverencie esta ou aquela técnica de correção de erros, Corder (1992a) opõe-se à técnica de fornecer ao aprendiz a resposta correta logo após a ocorrência do erro, alegando que uma abordagem de descoberta ajudaria mais o aprendiz a formular hipóteses acerca da língua. Já Cohen e Robbins *apud* Hendricson (op.cit.) postulam que a abordagem mais sistemática para a correção de erros é mais eficiente do que a abordagem aleatória.

Segundo Hendricson (op.cit.), a maioria dos professores responsabiliza-se pela retroalimentação de seus alunos. Sugere-se, entretanto, que ela não seja a única; a correção feita pelos outros membros do grupo também deve ser motivada nas salas de aula.

Allwright (1991) ressalta que, embora os professores forneçam a maior parte das retroalimentações corretivas, tal interferência é artificial, não possuindo precedentes na língua materna. Ao se desenvolver, a criança adquire a capacidade de se autocorriger enquanto os aprendizes de L2/LE ficam dependentes da retroalimentação de preceptores.

Krashen (1985), por sua vez, acredita que o tratamento dado pelo professor não ajuda a aquisição dos aprendizes, pois esses, por meio de seus monitores, editarão os seus desempenhos naturalmente, tornando o tratamento de erros desnecessário.

Conclusão

Este estudo teve como objetivo analisar como se constrói o conhecimento lingüístico não nativo – a interlíngua; suas diferentes denominações. Primeiramente traçamos a aquisição de uma segunda língua, suas etapas e seus fatores externos e internos. Paralelamente, apresentamos os erros, sua definição, importância, etapas e estratégias de correção; a fossilização, sua ocorrência e causas.

Notas

¹ A palavra *pidgin*, segundo Fonseca (1985, p.4-6) refere-se a um gênero especial de língua reduzida que se forma quando grupos de falantes de línguas diversas mantêm contato prolongado e precisam se comunicar dentro de domínio restrito, tal como: a escravidão, o comércio, as viagens de reconhecimento. A pidginização, a criação de uma língua pidgin, geralmente reduz ao mínimo as complicações gramaticais, tais como a flexão e as regras de concordância. O resultado é estrutura maximamente analítica desprovida de redundâncias e de ambigüidade. O léxico também é reduzido de forma drástica.

² Estudos sobre a evolução das línguas registram usos totalmente diferentes dos usos normais. O exemplo de Licerias (1996) refere-se aos críticos, que em espanhol arcaico ocupavam posição argumental e atualmente, não.

³ Uma interlíngua não pode ser “Língua-I” porque o dispositivo de aquisição da linguagem não pode se desenvolver duas vezes.

⁴ Uma interlíngua pode ser língua natural porque se realiza como representação mental cujo ponto de partida são os princípios e categorias estabelecidos a partir da experiência lingüística prévia. (Licerias: 1996,32)

⁵ Segundo reflexões de Moriondo Kulikowski & González (1999), a percepção do estudante nem sempre está relacionada com o que chamamos de “proximidade/distância entre L1 e L2”, a “distância construída” pelo aprendiz em função de diversos fatores constrói e destrói a imagem que ele tem das línguas e a forma de abordá-las.

⁶ Erro, falha, lapso: em termos gerais, “erro” é desvio sistemático; “falha” é desvio inconstante e eventual, e “lapso” é desvio causado por fatores extralingüísticos como falta de concentração, memória etc. (Fernández, 1991).

Referências

- ALLWRIGHT, D. “The death of the method”. In: *Plenary paper for the sgav conference Carleton University. The death of the method*. Ottawa, 1991.
- BARALO, M. *La adquisición del español como lengua extranjera*. Madrid: Arco Libros, 1999.
- BERCHÉ, M. P.; NUSSBAUM, L. *Adquisición de lenguas extranjeras*. Madrid: Edelsa, 1998.
- CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: Mit Press, 1965.
- _____. *Linguagem e mente*. Brasília: Editora UNB, 1998.
- CORDER, S. P. “La importancia de los errores del que aprende una lengua segunda”. In: LICERAS, J. M. (comp.) *La adquisición de las lenguas extranjeras*. Madrid: Visor, 1992.
- _____. “Dialectos idiosincrásicos y análisis de errores”. In: LICERAS, J. M. (comp.) *La adquisición de las lenguas extranjeras*. Madrid: Visor, 1992.
- ELLIS, R. *Second language acquisition*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- _____. *Understanding second language acquisition*, Oxford: Oxford University Press, 1985.
- FERNÁNDEZ, S. *Análisis de errores e interlengua en el aprendizaje del Español como L.E.* 1991. Tese de doutorado. Universidade Complutense de Madrid, Madrid, 1991.
- _____. *Interlengua y análisis de errores*. Madrid: Edelsa, 1997.
- GARGALLO, I. S. *Análisis contrastivo, análisis de errores e interlengua en el marco de la lingüística contrastiva*. Madrid: Síntesis, 1993.
- GONZÁLEZ, N. T. M. *Cadê o pronome? O gato comeu*. 1994. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- _____. “Las teorías del lenguaje implícitas en las metodologías”. In: ESTEVES DOS SANTOS, A. L.; MONTE ALTO, R. (org.) *Panorama hispánico*. Belo Horizonte: APMG Ed. 1999.

- KRASHEN, S. “El modelo del monitor y la actuación de los adultos en L2”. In: LICERAS, J. M. (comp.) *La adquisición de las lenguas extranjeras*. Madrid: Visor, 1992.
- KRASHEN, S. D. *Principles and practice in second language acquisition*. Oxford: Pergamon Press, 1985.
- LENNEBERG, E. *Biological foundations of language*. Nova York: John Wiley and Sons, 1967.
- LICERAS, J. M. (Comp.). *La adquisición de las lenguas extranjeras*. Madrid: Visor, 1992.
- _____. *La adquisición de las lenguas segundas y la gramática universal*. Madrid: Síntesis, 1996.
- McLAUGHLIN, B. “Algunas consideraciones metodológicas sobre el modelo del monitor”. In: LICERAS, J. M. (comp.) *La adquisición de las lenguas extranjeras*. Madrid: Visor, 1992.
- NEMSER, W. *Approximative systems of foreign language learners*. In: IRAL, IX, p.115-123, 1971.
- RICHARDS, J. C.; RODGERS, T. S. *Enfoques y métodos en la enseñanza de idiomas*. Madrid/Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- SELINKER, L. “La interlengua”. In: LICERAS, J. M. (comp.) *La adquisición de las lenguas extranjeras*. Madrid: Visor, 1992.
- VÁZQUEZ, G. *¿Errores? ¿Sin falta!*. Madrid: Edelsa, 1999.

Resumo

O artigo analisa os principais estudos sobre aquisição/aprendizagem de línguas estrangeiras: a interlíngua, erros e sua fossilização. Além disso, salienta a relevância do processo de aquisição de uma segunda língua.

Palavras-chave: Interlíngua; Segunda língua; Aquisição/aprendizagem.

Abstract

The present article aims at analyzing the main studies on acquisition/learning of foreign languages: interlanguage, its mistakes and fossilization. Furthermore, it stresses the importance of acquiring a second language.

Key words: Interlanguage; Second language; Acquisition/apprenticeship.

Resumen

El artículo analiza los principales estudios a respecto de la adquisición/aprendizaje de lenguas extranjeras: ínter lengua, sus errores y fosilización. Además destaca la relevancia del proceso de adquisición de una segunda lengua.

Palabras clave: Interlengua; Segunda lengua; Adquisición/aprendizaje.

Edson Damas da Silveira
Procurador de Justiça em Roraima.
Especialista em Desenvolvimento Regional
Sustentável e Políticas Públicas. Mestre e
Doutorando em Direito Econômico e Social
pela PUC/Pr.

O Tribunal de Nuremberg no contexto do processo de internacionalização dos direitos humanos

Introdução

Indiscutível se nos apresenta a relevância do Tribunal de Nuremberg, no processo de internacionalização dos direitos humanos, podendo inclusive falar-se na mudança de *paradigma*¹, tal a magnitude da sua importância histórica e jurídica no plano mundial.

Sobredita Corte despertou ódio e paixão na fenda aberta entre penalistas de um lado e humanistas de outro. Enquanto os primeiros denunciavam arbitrariedades e desrespeito aos mais comezinhos princípios de direito penal, os internacionalistas dos direitos humanos festejavam avanços jamais vistos, como a flexibilização da soberania estatal, prevalência do direito costumeiro e reconhecimento dos princípios gerais de justiça.

Em linhas gerais, e após a II Guerra Mundial, os países aliados resolveram formar um fórum internacional com o escopo de julgar os “crimes” cometidos pelos inimigos de guerra, o qual ficou conhecido como o Tribunal de Nuremberg, em cuja sede – localizada na Alemanha, entre 1945 e 1949 – se deu uma série de 13 (treze) julgamentos.

Esse mesmo Tribunal restou criado por um acordo assinado em Londres, no mês de agosto de 1945, pelos representantes dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da França e da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

E foi justamente desses quatro países que vieram os juízes e promotores públicos que tomaram parte do primeiro julgamento, tendo, como réus os seguintes funcionários e líderes da Alemanha nazista: Hermann Goering, Rudolf Hess, Joachim von Ribbentrop, Robert Ley, Wilhelm Keitel, Ernst Kaltenbrunner, Alfred Rosenberg, Hans Frank, Hjalmar Schacht, Gustav Krupp, Karl Donitz, Eric Raeder, Baldur Von Schirach, Fritz Saukel, Alfred Jodl, Martin Bormann, Franz Von Papen, Arthur Seyss-Inquart, Albert Speer, Constantin Von Neurath, Hans Fritzche, Walter Funk e Julius Streicher.

Somente em 1º de outubro de 1946, o Tribunal condenou 12 (doze) réus à morte, três à prisão perpétua, dois a 20 anos de prisão, um a 15 anos e um a 10 anos. Foram absolvidos: Schacht, Papen e Fritzche. Gustav Krupp foi considerado incapaz de responder por seus atos à época do julgamento. Hess, Funk e Raeder foram sentenciados à prisão perpétua. Schirach e Speer, condenados a 20 (vinte) anos de prisão. Neurath teve a condenação a 15 (quinze) anos e Donitz, a 10 (dez) anos de prisão. Bormann, Goering, von Ribbentrop, Keitel, Kaltenbrunner, Rosenberg, Frank, Streicher, Saukel, Jodl e Arthur Seyss-Inquart foram condenados à morte. Martin Bormann acabou sendo julgado *in absentia* e não foi encontrado. Os outros condenados foram enforcados em Nuremberg, exatamente no dia 16 de outubro de 1946, à exceção de Goering que se suicidou, um dia antes, na prisão.

Os sumários do Tribunal de Nuremberg totalizaram, no final, quatro bilhões de palavras e ocuparam 16 (dezesseis) mil páginas, sendo que só o libelo acusatório tinha 25 (vinte e cinco) mil páginas, cuja leitura consumiu todo o primeiro dia de julgamento. Foram ouvidas 240 (duzentas e quarenta) testemunhas e anotadas 300 (trezentas) mil declarações sob juramento. Os julgamentos em Nuremberg perduraram por exatos 285 (duzentos e oitenta e cinco) dias².

Em linha de continuidade, os quatro países que ocuparam a Alemanha decidiram ainda que os outros julgamentos de crimes de guerra deveriam ser realizados em cada uma das zonas de ocupação.

Assim sendo, na zona norte-americana – entre os anos de 1946 e 1949 – foram realizados 12 (doze) julgamentos em Nuremberg: três de chefes militares, três dos principais oficiais da S.S. (tropa de assalto de ação político-militar dos nazistas), três de industriais, um de funcionários do governo e diplomatas, um de juízes nazistas e um de médicos que haviam realizado experiências fatais em campos de concentração.

Estima-se que aproximadamente 200 (duzentos) líderes do regime comandado por Hitler acabaram sendo julgados em Nuremberg, onde muitos foram sentenciados à prisão, outros condenados à morte e enforcados, e alguns absolvidos.

Tendo-se em linha de conta o referencial “tempo”, o julgamento de Nuremberg só foi superado pelo de Tóquio, que começou em 03 de maio de 1946 e findou em 12 de novembro de 1948, com decisões muito parecidas às adotadas pelo Tribunal instalado na Alemanha.

Como visto, e não apenas pelas dimensões estatísticas rapidamente lembradas, mas sobretudo pela repercussão no cenário internacional dos direitos humanos, o Tribunal de Nuremberg merece de todos nós reflexões de ordens política e jurídica.

1. Controvérsias pontuais

Na fímbria do item anterior já foi consignado que o Tribunal de Nuremberg havia despertado intensas discussões entre operadores do direito penal e defensores do processo de internacionalização dos direitos humanos. Alguns promoveram críticas contundentes, apontaram malferimento a princípios seculares do direito e denunciaram retrocessos para a humanidade; outros festejaram a instalação daquela Corte como o surgimento de uma nova ordem internacional com vistas ao fortalecimento dos direitos humanos, doravante prevalentes sobre os poderes estatais.

Em razão dos debates, questionou-se desde a legitimidade e a imparcialidade dos “vencedores” em julgar os “vencidos” até o procedimento a ser adotado, vez que havia a necessidade de se conciliar sistemas jurídicos distintos (norte-americanos e ingleses filiados ao anglo-saxão; franceses e alemães ao romano-germânico; soviéticos com o seu novíssimo sistema).

Malgrado a adoção de uma alternativa mista, esbravejaram os advogados de defesa que os sistemas continentais eram para eles alienígenas, mormente as técnicas de contra-interrogatório então recepcionadas. E se não bastasse isso, estabeleceu-se nos Estatutos de Nuremberg que sob nenhuma hipótese se poderiam levantar questões de política internacional no processo.

Sem embargo dessas controvérsias e de tantas outras suscitadas, lançamos agora ao debate os pontos que entendemos mais relevantes e com direta repercussão na seara que nos é familiar, ou seja, com nuances eminentemente jurídicas.

1.1. Tribunal de exceção

Por “corte de exceção” devemos entender aquela *que se estabelece, ou se institui, em caráter especial, ou de exceção, para conhecer e julgar questões excepcionalmente ocorridas e suscitadas* ³.

Acerca do nosso tema, escreveu Celso D. de Albuquerque Mello, *litteris*:

No tocante à crítica de que Nuremberg foi um tribunal de exceção não há como negar. Os juízes foram escolhidos pelos vencedores sem qualquer critério prévio. O tribunal foi extinto após ter proferido o julgamento. As sentenças eram ‘negociadas’ entre os juízes. Os próprios alemães, em 1945 e 1946, diziam aos Aliados que eles deveriam ser eliminados, ou ainda, por que processá-los se eles já estão condenados (sic). O juiz-Presidente

*da Corte Suprema, Harlan F. Stone, que defendera, anteriormente, o julgamento dos criminosos alemães, afirmava que o Tribunal de Nuremberg era um ‘linchamento barulhento colocado em cena (dirigido) por Jackson’.*⁴

Interessa notar, a par do reconhecimento exarado por Albuquerque Mello, que efetivamente Nuremberg se reveste de uma corte de exceção, nos moldes daquelas inadmitidas pelas nações civilizadas.

Acontece, no entanto, que tribunais militares internacionais não se apresentam como novidades históricas, haja vista que “*a antiguidade hebraica, greco-romana oferece muitos exemplos desta prática, na qual o exercício de uma vingança coletiva toma lugar de uma justiça sancionadora*”⁵.

E à míngua justamente dessa “justiça sancionadora” – de caráter e reconhecimento internacional – é que se acaba justificando a excepcionalidade de julgamentos desse jaez, fartamente verificáveis na história humana.

Não mais se admite, em face do grau de civilidade alcançado pela humanidade, conferir tão-somente ao Estado nacional o poder de exclusivamente processar e julgar os cidadãos pátrios – como também aqueles que em seu território se encontrem – quando bem sabemos que não raras vezes parte do próprio ente soberano agressões contra os seus súditos.

Afigurava-se mister dar um basta às atrocidades “oficiais” praticadas contra nacionais e estrangeiros que, antes de tudo, são cidadãos de um planeta em constante caminhar para o respeito à dignidade e aos direitos da pessoa humana.

Ademais, e segundo observação de Brito Gonçalves, *Nuremberg revelava-se uma corte em moldes semelhantes aos tribunais do III Reich, onde as regras procedimentais eram confusas para a defesa e a dúvida não beneficiava o réu*⁶.

Com efeito, se é certo que o Tribunal em atenção se desenvolveu à margem de uma legitimidade questionada (...mas historicamente previsível, não se podendo falar em evolução e nem em retrocesso no processo de julgamento das seqüelas deixadas pela guerra), também é firme a convicção de que a simples notícia da sua existência encerra a esperança de que os direitos mais relevantes à condição do homem serão – quiçá num futuro muito próximo – inteiramente tutelados por uma corte supranacional.

Esse conforto também emerge do discurso de Cançado Trindade quando acredita que *no dia em que enfim se estabelecer, em base permanente, uma jurisdição penal internacional, consoante o Estatuto de Roma de 1998, já não mais se poderá formular a primeira das grandes críticas ao Tribunal de Nuremberg (en-*

quanto corte de exceção), porquanto as circunstâncias que a geraram estarão definitivamente superadas⁷.

2.2. Imparcialidade dos juízes

Explica J. E. Carreira Alvim que *do juiz, exige-se ainda imparcialidade, i.e., que seja imparcial, desinteressado daquilo que constitui objeto de disputa entre os litigantes*⁸. A importância dessa qualidade ressaí da lição de Liebman, para quem – mantendo-se o julgador imparcial no trato da lide – é assegurada a credibilidade da ordem judicial⁹.

Outrossim, e desde que constituído exclusivamente por juízes oriundos das nações que venceram a guerra, dúvidas pairavam acerca da imparcialidade dos magistrados para julgarem os “vencidos”.

De bom alvitre realmente seria que o Tribunal de Nuremberg fosse composto por juízes absolutamente neutros, provenientes de outros países e que preferencialmente não tiveram participação direta no II Conflito Mundial.

Não obstante a cautela que acabou não se consolidando, a parcialidade do julgador haverá de ser auferida em estreita simetria com determinados e objetivos requisitos (como sói acontecer com a nossa legislação, na inteligência do art. 254, CPP), levando-se em conta sempre a pessoa do magistrado, sua individualidade e comportamento, mas jamais a nacionalidade. Se assim não fosse, não seria admitido um juiz brasileiro processando e julgando um estrangeiro que eventualmente viesse a praticar homicídio contra o conterrâneo daquele magistrado.

E mesmo que se suscitassem as simpatias ideológicas, contaram os réus de Nuremberg, para conforto e contra-balanço, com a presença de juizes soviéticos na composição da Corte, oriundos esses últimos da totalitária URSS – tal qual a Alemanha nazista – e que foram ainda os primeiros aliados do III Reich no início da guerra.

Destarte, vê-se que em matéria de comprovação da parcialidade do juiz a discussão transcende as meras conjecturas políticas, ficando à mercê dos acusados demonstrarem cabalmente as razões do vício decisório. E não se diga ainda que o fato de serem indicados *sponte propria* pelos Governos Aliados seria motivo suficiente ao afastamento do processo, porquanto inaceitável se afiguraria – nessa frágil linha de pensamento – a participação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal indicados pelo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil em processos em que figurasse o Chefe do Executivo Federal como réu.

Mas como à época não se processaram as exceções de suspeição dos Ma-

gistrados de Nuremberg, exsurge como natural e até compreensível a suposição de parcialidade. Apenas não se pode tecnicamente sustentar que os julgamentos foram conduzidos e acabaram findos com um suposto vício de convencimento.

2.3. Irretroatividade da lei penal e princípio da legalidade

Esses dois primados representam as pilastras do sistema jurídico-penal contemporâneo desde Beccaria, não podendo ser tratados em tópicos diferentes porque o princípio da irretroatividade da lei – nos ensinou o Mestre de Gênova – é corolário direto do princípio da legalidade¹⁰.

Como vinga na maioria dos Estados a regra de que ninguém pode ser punido por conduta não prevista em lei (*nullum crimen nulla poena sine lege*), nem mesmo alcançado por leis incriminadoras criadas após o fato, manifestações contrárias à instalação do Tribunal de Exceção em questão ecoaram mundo afora.

Brito Gonçalves relembra que:

*... os crimes levantados em Nuremberg – à exceção dos crimes de guerra, em sentido estrito – não eram qualificados como tal no sistema internacional antes daquele julgamento. Crimes contra a paz e contra a humanidade são institutos criados com o Tribunal. Até então, não se havia sequer pensado nesses delitos. Pertenciam portanto, a um novo sistema onde, a partir do qual se passaria a considerar tais ações como criminosas*¹¹.

Notadamente à imputação dos delitos de guerra e contra a paz, soa-me razoável a legalidade da acusação, tendo-se-me linha de conta que a tipificação da conduta deu-se no bojo de compromissos internacionais assumidos anteriormente pela Alemanha, conforme sentença exarada pelo próprio Tribunal de Nuremberg. Confira-se:

*Deve-se recordar que a máxima **nullum crimen sine lege** não limita a soberania dos Estados; ela formula nada mais que uma regra geralmente seguida. É errado apresentar como injusto o apenamento infligido àqueles que, desconsiderando o ordenamento e os tratados solenes, tenham, sem aviso prévio, atacado em estado vizinho. Nesse caso, o agressor tem conhecimento do caráter odioso de sua conduta. A consciência do mundo, ao contrário de sentir-se ofendida por tal punição, estaria ofendida se*

o agressor não fosse punido. Em virtude dos postos ocupados no Governo do Reich, os acusados (ou ao menos alguns dentre eles) conheciam os tratados assinados pela Alemanha, que proscriviam o recurso à guerra para regular as diferenças internacionais. Sabiam (os réus) que a guerra de agressão foi posta fora da lei pela maioria dos Estados do mundo, aí incluída a Alemanha; é com pleno conhecimento de causa que eles violaram o direito internacional quando, deliberadamente, deram prosseguimento a suas intenções agressivas, a seus projetos de invasão ¹².

A dificuldade maior estaria no suporte jurídico de uma condenação por “crime contra a humanidade”, pois não havia à época qualquer alusão do tipo nas legislações nacionais e internacionais. Em que pese os argumentos da defesa, decidiu no ponto o Tribunal de Nuremberg que a punibilidade dos acusados com base em uma lei posterior a seus crimes seria válida, uma vez que no direito interno de várias nações havia tipificações que poderiam ser associadas aos “crimes contra a humanidade”. Gizamos:

De fato, todas as condutas que constituem os crimes contra a humanidade, não são mais que transposição para o plano internacional com um caráter de amplitude e de generalidade que vem a ser sublinhado, dos crimes de direito comum previstos e cunhados pela legislação penal interna de todos os países. É exato que o direito penal interno refere-se a agressões contra indivíduos ou contra grupos de indivíduos, ao passo que os crimes contra a humanidade tiveram por vítimas populações inteiras. Por esta análise, qualquer ato inserido na categoria dos crimes contra a humanidade não escapará à sanção dos Códigos Penais de qualquer nação civilizada, aí também compreendida a Alemanha. Existe um “patrimônio jurídico comum” no qual manifestam-se os delitos designados sob o título de ‘crimes contra a humanidade’.

...omissis...

Apesar de os crimes contra a humanidade estarem (formalmente) inseridos na legislação penal internacional somente a partir desta data, o acordo de 8 de agosto nada mais fez que traduzir no plano internacional as disposições estabelecidas nas legislações penais particulares a cada Estado ¹³.

Releva acrescentar que a sentença em questão ressuscitou antiga discussão quanto ao conteúdo do princípio da legalidade, atinente ao seu aspecto formal ou substancial, exigindo-se expressa disposição em lei ou mero reconhecimento de um direito costumeiro, desde que abalizado em princípios gerais de justiça e aplicados ao caso concreto.

Mesmo tendo a nossa atual Constituição Federal adotado o princípio da legalidade formal (art. 5º, III), Cernicchiaro não se faz de rogado e deixa transparecer certa simpatia pelo idealismo da legalidade substancial, não obstante registrar cautela sobre determinados efeitos. Veja-se:

O ideal seria que as relações jurídicas fossem reguladas de modo que melhor atendessem os interesses individuais e sociais, no momento de sua aplicação. A legalidade substancial, como é conhecida na doutrina, fornece solução para a justiça real; no entanto, a insegurança de prevalência de eventual norma posterior à ocorrência de fato gera perplexidade e constante ameaça à estabilidade das relações mesmas. No caso do Direito Penal, ao direito de liberdade. Daí a legalidade formal que predefine a legislação aplicável ¹⁴.

Cançado Trindade, bem mais convencido e se dizente:

... inteiramente contrário aos cânones do positivismo jurídico”, se valeu dos fundamentos da filosofia dos valores para revelar que “ao criticar a objeção positivista ao processo de Nuremberg estribada na irretroatividade da norma penal, Radbruch ponderou que, ainda que esta norma não estivesse em vigor à época do genocídio, dos crimes de guerra e dos crimes contra a humanidade perpetradas na II guerra mundial; seu conteúdo sim, estava, – e isto em razão da primazia do próprio Direito sobre qualquer lei, qualquer que fosse a concepção que cada um tivesse do Direito (direito da natureza ou da razão) ¹⁵.

Sob outro vértice, e também analisando especificamente o que se deu em Nuremberg, concluiu Hans Kelson que: *o princípio da irretroatividade da lei não é válido no plano do direito internacional, mas é válido apenas no plano do direito interno, com importantes exceções* ¹⁶.

À guisa de observação, se deduz tanto da decisão proferida em Nuremberg quanto na doutrina acima noticiada, a nítida opção pela vinheta do direito

natural, em detrimento a um vetusto positivismo que se revela ineficaz para resolver os grandes problemas que atormentam a sociedade contemporânea.

Urge, no descortinar deste século, não apenas revigorar o *princípio da humanidade* ¹⁷ como também atentar com uma profunda reflexão para o direito costumeiro, desatando assim as amarras da lei, vezes sem conta desatualizada e desassociada da real necessidade de justiça.

Não se está aqui a cometer desatinos ou defender absurdos jurídicos, posto que não se deve – no abalizado aviso de Assis Toledo:

...cometer o equívoco de supor que o direito costumeiro esteja totalmente abolido do âmbito penal. Tem ele grande importância para elucidação do conteúdo dos tipos. Além disso, quando opera como causa de exclusão da ilicitude (causa supralegal), de atenuação da pena ou da culpa, constitui verdadeira fonte do direito penal ¹⁸.

Essa necessária conjugação de esforços, não olvidemos, acaba prestigiando sobremaneira a legalidade substancial aplicada pelo Tribunal de Nuremberg, de cuja composição já se extrai discípulos da mais justa corrente. Ocorre que até o ano de 1958, mesmo pós-holocausto, imperava na União Soviética a possibilidade da retroatividade incondicionada da lei, autorizada pelo seu Código Penal desde 1922.

Como bem se vê, quer a questão da irretroatividade da lei quer o princípio da legalidade não encerram unanimidade de entendimentos, muito menos no seio da própria Corte, resultante ela de uma conjugação de sistemas jurídicos diversos. Em face dessas considerações, talvez a indignação com um suposto malferimento a princípios jurídicos devesse ser repensada.

2.4. Pena de morte

Cumprê destacar que os fundamentos acima alinhavados também valem para criticar a pena de morte adotada pelo Tribunal de Nuremberg, porquanto conseqüência última dos primados supostamente vilipendiados.

Assim, neste sub-item deixaremos de nos aprofundar no exame da legalidade do *supplicium extremum*, porque *a questão da pena de morte não é verdadeiramente jurídica. A disputa em torno da legitimidade da pena capital não tem sentido no plano jurídico e não pode ser resolvida nesse terreno. A questão da pena de morte é política e, sobretudo, cultura* ¹⁹.

E como estamos a tratar de direitos humanos, não consigo me colocar na

fileira daqueles que defendem a punição extrema, sob pena inclusive de se negar o próprio direito; aliás, direito esse a que se apegou Nuremberg para deliberar pela execução d'alguns líderes do III Reich.

Com efeito, e estando o direito apto à tutela – em última instância – do bem jurídico mais importante para o homem, advogar na espécie a tese da pena de morte seria lançar por terra o direito à própria vida, que no ver de Carmem Lúcia Antunes Rocha: *é a substância em torno da qual todos os direitos se conjugam, se desdobram, se somam para que o sistema fique mais e mais próximo da idéia concretizável de justiça social*".

Na mesma linha poética, prossegue a autora:

... a vida é o objeto do direito maior do homem: aquele do qual e para o qual todos os outros direitos se constróem, se somam e em torno do qual todos os cuidados jurídicos se somam.

A gente nasce, cresce, envelhece e morre. Às vezes nem chega a envelhecer. A mão parca toda a face do destino antes da chegada das rugas. O direito é o instrumento criado pelo homem para que o curso dessa jornada seja tão natural que a caminhada não pese como um gravoso encargo, mas se cumpra como um benfazejo milagre.

...omissis...

O direito à vida não é só a garantia da 'batida de um coração' ou uma 'doce ilusão'. É o direito a realizar o eterno projeto humano de ser dignamente feliz.

...omissis...

O direito é isto e só isto: um instrumento político criado pelo homem para assegurar-se uma vida digna e melhor com todos.

...omissis...

O sistema de direito é, assim, tão-somente um desdobramento do direito à vida; uma construção que se elabora para que o homem se projete no momento breve de uma existência e realize a sua vocação para a eternidade.

Nenhum direito é mais proximamente marcado pela temática da justiça concretamente realizável que o da vida. Até porque o direito é uma manifestação da vida. Não há direito para a morte, nem ou um ‘direito dos mortos’.

...omissis...

O direito à vida é uma construção permanente para a perpetuação do homem em busca da sua não-morte. Por isso, a vida não é um dado cultural que se converte em direito. Mas o conteúdo do direito à vida é fruto de cada cultura e de cada povo em cada momento histórico. Daí porque a Constituição deixa em aberto a dimensão desse direito fundamental e do qual e para o qual todos os outros se voltam. O conteúdo desse direito é, pois, dinamizado segundo o conceito de justiça havido em cada sociedade. E os conceitos mudam, como a vida muda ²⁰.

Esse direito à vida, como já observado pela digna jurista, acaba sendo “dinamizado segundo o conceito de justiça havido em cada sociedade”. E no caso do ordenamento constitucional brasileiro, há expressa disposição autorizando excepcionalmente a pena de morte, *ex vi* do art. 84, XIX, desde que em “tempo de guerra” e declarada pelo Presidente da República, no caso de agressão estrangeira e devidamente autorizada pelo Congresso Nacional.

A mais cruel das penas não pertence, de forma exclusiva, ao passado. Luiz Flávio Gomes, forte no escólio de Luigi Ferrajoli, traz à tona levantamento realizado em todo o mundo, onde se conclui que:

....somente 28 Estados a aboliram por completo; em 129 países – dentre os quais grande parte dos Estados Unidos, a União Soviética e quase todos os países africanos e asiáticos – é aplicada inclusive em tempo de paz; e em outros 18 países, entre os quais a Itália, Grã-Bretanha e Espanha, está prevista só para o tempo de guerra. Portanto, as vítimas da pena de morte contam-se, ainda hoje, aos milhares em cada ano ²¹.

Por ocasião do julgamento de Nuremberg, e considerado o estado de guerra, a pena de morte achava-se plenamente recepcionada na legislação interna de todos os Estados criadores daquela Corte, ficando muito difícil à época defender outra espécie de castigo.

Mas infelizmente se perdeu uma oportunidade impar na história para condenar definitivamente a pena de morte e dar um exemplo universal de respeito aos direitos humanos, vez que os agentes acusados de ceifar o bem jurídico mais relevante dos homens acabaram tendo a mesma sorte, agora sob a pecha de uma “morte legalizada”.

É de se indagar hoje: – Qual foi o avanço deixado por Nuremberg em termos de pena aplicada? – Será que a humanidade não teria novo e melhor destino se aos nazistas fosse imposta como medida punitiva máxima, p. ex., a prisão perpétua, numa clara demonstração de repugnância ao suplício extremo? – Autorizando a pena capital, não estaria o Tribunal de Nuremberg cometendo idênticos erros que julgou inaceitáveis?

O que mais assusta é que nem mesmo a violência da execução feita em Nuremberg, dada a público deliberadamente, foi capaz de comover os líderes políticos do mundo. Se a pena extrema era inevitável, ao menos se acreditava que a crueldade na sua aplicação fosse capaz de persuadir os “carrascos”, como acabou acontecendo com Leon Tolstói, em suas exatas palavras:

Quando vi a cabeça separar-se do tronco do condenado, caindo com um sinistro ruído no cesto, compreendi, e não apenas com a razão, mas com todo o meu ser, que nenhuma teoria pode justificar tal ato ²².

3. Nova ordem pós-Nuremberg

O legado deixado pelo Tribunal de Nuremberg no que diz respeito ao processo de internacionalização dos direitos humanos, como dito no primeiro parágrafo deste ensaio e sem embargo das controvérsias intestinas, beira a repercussão de uma autêntica mudança de paradigma ²³.

E isso se deve ao fato de que, *com o desfecho de Nuremberg, outras dezoito nações aderiram à Carta e ao julgamento do Tribunal Militar Internacional* ²⁴. Nos mesmos moldes, e tendo por base os Estatutos daquele Tribunal, os Aliados constituíram – em 19 de janeiro de 1946 – o Tribunal Internacional do Extremo Oriente, ou Tribunal de Tóquio, com o objetivo de também julgar os chamados “criminosos de guerra” japoneses.

Seguiram-se a partir *vinte e uma convenções internacionais, exclusivamente dedicadas à matéria* ²⁵, destacando-se na linha de frente a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, com o *valor da afirmação de uma ética universal*”, *conservando desde sempre “seu lugar de símbolo e de ideal* ²⁶. Não

menos importante, e logo em seguida (1949), organizou-se na Suíça uma conferência diplomática com o fim de adaptar as Convenções de Genebra de 1929 ao moderno direito humanitário e ao novo sistema jurídico internacional.

Como as décadas posteriores à II Guerra Mundial foram marcadas por conflitos que exigiam nova regulamentação, as experiências tidas no julgamento de Nuremberg fizeram mostrar que a Convenção de Genebra de 1949 estava novamente a merecer reparos, realizados esses últimos somente em 08 de junho de 1977, por intermédio dos Protocolos I e II Adicionais. Em razão dessas providências, acrescidos do “Direito de Nova York”, nasce para o mundo jurídico o Direito Internacional Humanitário, fulcrado em princípios expressos e universais ²⁷.

Dentre tantas outras iniciativas louváveis na seara dos direitos humanos pós-Nuremberg, impende ainda destacar a II Conferência Mundial de Direito Humanos das Nações Unidas, realizada em Viena no ano de 1993, posto que naquele conclave realizaram-se *as aproximações e convergências dos três sistemas de proteção da pessoa humana: o direito internacional dos direitos humanos, o direito internacional humanitário e o direito internacional dos refugiados* ²⁸.

Aduz Cançado Trindade que: *nesse amplo contexto – essencialmente de combate à impunidade pelas atrocidades e violações particularmente graves dos direitos humanos e do direito internacional humanitário – se insere a criação dos dois tribunais internacionais ad hoc (para a ex-Iugoslávia e Ruanda), seguida mais recentemente pela decisão de criação de um Tribunal Penal Internacional.*

E continua:

No que tange aos primeiros, o Conselho de Segurança das Nações Unidas decidiu criar o Tribunal Internacional para a ex-Iugoslávia, em 1993, e o Tribunal Internacional para Ruanda, em 1994, em uma época em que a Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas adotava – também em 1994 – a versão definitiva de seu Projeto de Estatuto de um (futuro) Tribunal Penal Internacional (de caráter permanente). O Tribunal ad hoc para a ex-Iugoslávia foi criado para julgar as pessoas responsáveis por violações graves do direito internacional humanitário cometidas na ex-Iugoslávia (a partir de 1991), e o Tribunal ad hoc para Ruanda foi instituído para julgar as pessoas responsáveis por graves crimes cometidos durante os conflitos armados internos em Ruanda (no decorrer de 1994), reafirmando assim o consagrado princípio da responsabilidade penal individual por tais violações ²⁹.

Rente à exposição e aos graves crimes cometidos entre 1993 e 1994 por aqueles Estado contra a sociedade civil, apressaram-se as vozes que já cogitavam da criação futura de um tribunal penal permanente em desencadear a Conferência das Nações Unidas, na cidade de Roma. Decidiu-se, assim, em 17 de julho de 1998, pelo estabelecimento de um Tribunal Penal Internacional permanente, com poderes para exercer jurisdição sobre pessoas *com competência para os mais sérios delitos de interesse internacional* ³⁰.

Os trabalhos da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas, responsável pelos projetos de Estatuto desse novo tribunal e segundo nos revela Cançado Trindade, *tiveram por guia os precedentes dos Tribunais de Nuremberg (1945) e de Tóquio (1946)* ³¹.

Está inequívoco, portanto, que a Corte objeto do nosso rápido e incompleto estudo – por amor à objetividade e aos limites impostos – continua servindo de parâmetro à consolidação de um processo de internacionalização dos direitos humanos em franco desenvolvimento e cada vez mais abrangente.

Conclusão

Mesmo que a vôo de pássaro, vimos neste trabalho que muitos foram os problemas enfrentados pela Corte de Nuremberg, desafios inclusive deveras naturais e típicos dos pioneiros.

Mas sopesando críticas e avanços, fácil é concluir que houve muito mais conquistas para a humanidade do que retrocessos em termos principiológicos. Para Cançado Trindade, a questão deve ser apreciada em perspectiva necessariamente histórica, sendo que nesse aspecto o Tribunal de Nuremberg consistiu *significativo salto qualitativo que certamente contribuiu, ao longos dos anos, à luta contra a impunidade de criminosos de guerra e de responsáveis por crimes contra a humanidade, e à superação de uma das carências do direito internacional clássico* ³².

Idêntico juízo de convicção restou expressado por Flávia Piovesan, para quem *o Tribunal de Nuremberg, em 1945-1946, significou um poderoso impulso ao movimento de internacionalização dos direitos humanos*”, tendo duplo significado: *“não apenas consolida a idéia da necessária limitação da soberania nacional, como também reconhece que os indivíduos têm direitos protegidos pelo direito internacional* ³³.

Os ideais de Nuremberg, fulcrados no processo de criminalização das mais graves violações dos direitos humanos, ainda remanescem. O seu exemplo, como

antes visto, acabou remontado pelo curso da história até desaguar em Roma, com a criação do Tribunal Penal Internacional. E sobre a instalação dessa Corte é que recai toda a esperança de uma justiça completamente afastada dos círculos de política interna, sem fronteiras e nitidamente humanitária. Renasce assim um “código de direitos humanos universal” e com a vocação da efetiva aplicabilidade.

Notas

¹ Um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que compartilham um paradigma. KUHN, Thomas S.. *A estrutura das revoluções científicas*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 219.

² Os números e nomes citados nesta introdução constam da obra de JOE J. HEYDECKER & J. LEEB, intitulada *O julgamento de Nuremberg*. 6ª ed. Lisboa: Íbis, 1967.

³ SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico*. Vol. IV. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1975, p. 1594.

⁴ *Direitos humanos e conflitos armados*. Rio de Janeiro: Renovar, 1997, p. 441.

⁵ Segundo levantamento de M. DONNEDIEU DE VABRES, citado por JOANISVAL BRITO GONÇALVES. *Tribunal de Nuremberg – A gênese de uma nova ordem no direito internacional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 151.

⁶ Op. cit., p. 151.

⁷ Prefaciando o livro de JOANISVAL BRITO GONÇALVES, ob. cit..

⁸ *Elementos de teoria geral do processo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 157.

⁹ *Apud* SILVA, Ovídio B. da. *Curso de processo civil*. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1991, p. 122.

¹⁰ *Dos delitos e das penas*. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Hemus, 1983, p. 14-15.

¹¹ Ob. cit., p. 158.

¹² Excerto traduzido e reproduzido por BRITO GONÇALVES, ob. cit., p. 166-167.

¹³ Excerto traduzido e reproduzido por BRITO GONÇALVES, ob. cit., p. 168.

¹⁴ *Direito penal na Constituição*. 3ª. ed. São Paulo: RT, 1995, p. 64.

¹⁵ Posicionamento firmado no Prefácio do livro de BRITO GONÇALVES, ob. cit..

¹⁶ As manifestações do jurista austríaco fazem parte do trabalho de FLÁVIA PIOVESAN. *Direitos humanos e o Direito constitucional internacional*. 5ª ed. São Paulo: Max Limonad, 2002, p. 138.

¹⁷ *O princípio de humanidade pode-se dizer que ele (sic) tem seu fundamento último na unidade do gênero humano e ainda no fato de que a guerra, pelo menos, a partir do século*

XVIII, é considerada como sendo entre as coletividades estatais e não entre indivíduos. O princípio da humanidade por ser teorização traçada até a Idade Média, quando Santo Tomas considera que uma das condições para a guerra ser justa é a intenção reta na hostilidade. A finalidade deste princípio é amenizar a necessidade que tende a predominar na guerra. MELLO, Celso de Albuquerque, ob. cit., p. 123.

¹⁸ *Princípios básicos de direito penal*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1991, p. 25.

¹⁹ FRAGOSO, José Carlos. <http://www.democraciadireta.com.br>

²⁰ *Direitos humanos: conquistas e desafios*. Brasília: Letraviva, 1999, p. 36-41.

²¹ *Direito e razão – teoria do garantismo penal*. São Paulo: RT, 2002, p. 311.

²² http://www.culturabrasil.pro.br/direitos_humanos1.htm

²³ Não discrepa desse entendimento FLÁVIA PIOVESAN, op. cit., p. 133.

²⁴ GONÇALVES, Joanisval Brito, ob. cit., p. 194.

²⁵ Número apresentado por COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: RT, 1999, p. 44.

²⁶ PIOVESAN, Flávia, op. cit., p. 145.

²⁷ MELLO, Celso Albuquerque, op. cit. p. 148.

²⁸ GONÇALVES, Joanisval Brito, op. cit., p. 229-230.

²⁹ *Tratado de direito internacional dos direitos humanos*. Vol. II. Porto Alegre: Fabris, 1999, p. 386-387.

³⁰ GONÇALVES, Joanisval Brito, op. cit., p. 252.

³¹ Op. cit., p. 393.

³² Op. cit., p. 391.

³³ Op. cit., p. 138.

Referências

ALVIM, J. E. Carreira. *Elementos de teoria geral do processo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Hemus, 1983.

CERNICCHIARO, Luiz Vicente. *Direito penal na Constituição*. 3ª ed. São Paulo: RT, 1995.

- COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: RT, 1999.
- FRAGOSO, José Carlos. <http://www.democraciadireta.com.br>.
- GOMES, Luiz Flávio. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. São Paulo: RT, 2002.
- GONÇALVES, Joanisval Brito. *Tribunal de Nuremberg: a gênese de uma nova ordem no direito internacional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- HEYDECKER, Joe J., LEEB, J. *O julgamento de Nuremberg*. 6ª ed. Lisboa: Íbis, 1967.
- KUHN, Thomas Samuel. *A estrutura das revoluções científicas*. 6ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- MELLO, Celso D. De Albuquerque. *Direitos humanos e conflitos armados*. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.
- PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 5ª ed. São Paulo: Max Limonad, 2002.
- ROCHA, Carmem Lúcia Antunes, CASTRO, Reginaldo Oscar de, (orgs). *Direitos humanos: conquistas e desafios*. Brasília: Letraviva, 1999.
- SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico*. Vol. IV. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1975.
- SILVA, Ovídio Batista da. *Curso de processo civil*. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1991.
- TOLEDO, Francisco de Assis. *Princípios básicos de direito penal*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1991.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Tratado de direito internacional dos direitos humanos*. Vol. II. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1999.

Resumo

A instalação do Tribunal de Nuremberg, bem como os efeitos de seus julgados pós-segunda guerra mundial, tiveram por mérito desencadear um processo irreversível de internacionalização dos direitos humanos. Ademais, também contribuiu para despertar intensa discussão entre os defensores desse último movimento e os operadores do direito penal, cujos fundamentos evoluíram para dar sustentabilidade à recente criação do Tribunal Penal Internacional, sobre o qual recai toda a esperança de uma justiça completamente afastada dos círculos de política interna, sem fronteiras e nitidamente humanitária.

Palavras-chave: Direito internacional; Tribunal de Nuremberg; Direitos humanos; Tribunal penal internacional.

Abstract

The Nuremberg Court as well as the effects of its post-World War II judgments had the merit of unleashing an irreversible process of internationalization of human rights. Besides, it contributed to start an intense debate between the defenders of this last movement and penal code operators. The evolving basis of such debate provided sustainability to the recent creation of the International Penal Court, upon which lies the prospect of a justice system which is completely independent from the influence of domestic politics, without borders and clearly humanitarian.

Key words: International law; Nuremberg Court; Human rights; International Penal Court.

Resumen

La instalación del Tribunal de Nuremberg y los efectos de sus juicios en el pos-guerra tuvieron como mérito el inicio de un proceso irreversible de internacionalización de los derechos humanos. Además, han contribuido para empezar un intenso debate entre los defensores de los derechos humanos y los que operan el código penal. Los fundamentos de este debate han sostenido la reciente creación de la Corte Penal Internacional, en la cual están las expectativas de un sistema de justicia que sea completamente independiente de la influencia de la política doméstica, sin fronteras y marcadamente humanitario.

Palabras clave: Derecho internacional; Tribunal de Nuremberg; Derechos humanos; Corte Penal Internacional.

Jairo Brasil Vieira

Mestre em Educação pela UNISINOS-RS. Graduado pela UPIS-DF. Professor de Cursos Técnicos de Porto Alegre-RS. Tutor de Cursos a Distância do Centro Nacional de Educação a Distância - CENED. Consultor do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Rio Grande do Sul - SENAI-RS.

Raízes do movimento ecológico brasileiro: a contribuição de Lutzenberger

Introdução

Política e economicamente, a década de 1970 no Brasil, caracterizou-se pelo chamado “Milagre Brasileiro”, termo alusivo à expansão econômica que o País viveu, e pelo período de exceção da ditadura militar. O crescimento do PIB, com média anual de 11,2%, de 1969 a 1973 e atingindo o pico de 13%, em 1973, revelou que o Brasil crescia indubitavelmente, mas favorecia somente as classes de renda alta e média. Os salários dos trabalhadores com baixa qualificação não acompanhavam o momento econômico favorável, resultando na injustiça social de grande monta, e significativa concentração de renda nas classes dominantes. O bom desempenho econômico, às custas de empréstimos externos, redundou também no aumento expressivo de nossa dívida externa, fustigada ainda mais pela crise do petróleo gerada pela Guerra do Yon Kippur, no mesmo ano.¹ Também, nesse período, iniciou-se a implementação de empreendimentos vultosos como a Hidrelétrica de Itaipu e a Transamazônica. Esses projetos iriam colocar o País dentro do seleto grupo de países do Terceiro Mundo, que detinham o honroso título de “país em desenvolvimento”. Entretanto, o avanço econômico não foi acompanhado, na mesma proporção, de investimentos em programas sociais. Os que estavam em curso ou foram esquecidos ou suspensos. Os problemas sociais e o descaso pelas conseqüências ambientais resultantes, características também dessa fase brasileira, são assim observados por Fausto (2002):

O Brasil iria se notabilizar, no contexto mundial, por uma posição relativamente destacada pelo seu potencial industrial e por indicadores muito baixos de saúde, educação e habitação, que medem a qualidade de vida de um povo.

O “capitalismo selvagem” caracterizou aqueles anos e os seguintes, com seus imensos projetos que não consideravam nem a natureza nem as populações locais. A palavra “ecologia” mal entrara nos dicionários e a po-

luição industrial e dos automóveis parecia uma bênção. No governo Médici, o projeto da Rodovia Transamazônica representou um bom exemplo desse espírito. Ela foi construída para assegurar o controle brasileiro da região – um eterno fantasma na ótica dos militares – e para assentar em agrovilas trabalhadores nordestinos. Após provocar muita destruição e engordar as empreiteiras, a obra resultou em fracasso (p. 487-488).

1. A ditadura militar como ponto de partida

A arrancada iniciada pelo governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) rumo ao “milagre brasileiro”, a partir de 1969, teve como principal agente o PND, Plano Nacional de Desenvolvimento. Sua grande relevância foi o crescimento industrial, com a expansão das montadoras de automóveis, a ampliação do crédito ao consumidor e crescimento das exportações de bens duráveis, além da expressiva exportação de produtos primários, com destaque para a soja. O momento era extremamente propício: o mercado internacional dispunha de recursos externos a serem investidos e o grau de reciprocidade era patente, pois havia um alto nível de confiança e enorme interesse do capital privado internacional no Brasil.

Na seqüência, outro general da ditadura, Ernesto Geisel (1908-1996), daria prosseguimento ao PND, estabelecendo agora nova versão, cuja prioridade seria o avanço na autonomia do País em relação aos insumos básicos como petróleo, aço, alumínio e fertilizantes². Também seria tema dominante a matriz energética, com somas consideráveis investidas em prospecção de petróleo, programas de energia nuclear, substituição de gasolina por álcool e construção de usinas hidrelétricas; projetos esses que não levariam em conta o impacto ambiental.

Os movimentos sociais se acanhavam frente ao governo militar, pois manifestações populares poderiam significar insatisfação com o regime em evidência. Mesmo assim, em 1968, a CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, agia com independência do governo, estimulada pelas federações de sindicatos rurais. Também a Igreja Católica demonstrava sua força mobilizando inúmeros fiéis no trabalho de implantação da Pastoral da Terra, grupo que ganharia destaque, juntamente com o MST, a partir da década de 1980.

A campanha eleitoral de 1978 demonstrou uma adesão cada vez mais veemente entre os dissímeis conjuntos da sociedade civil. Entidades antes amordaçadas diante da repressão, agora se expunham peremptoriamente, para demonstrar insatisfação com a situação vigente: estudantes, sindicalistas, juristas e membros ligados aos movimentos religiosos.

O crescimento da televisão como meio de divulgação dos propósitos do governo militar atinge seu auge na década de 1970. O estímulo mais significativo foi a Copa do Mundo de Futebol que ocorria no México³. Foram várias campanhas propagando lemas comprometidos com a consolidação de uma política de exaltação do ufanismo⁴ patriótico, sentimento que muitas vezes acobertava as torturas ocorridas nos DOI-CODI, siglas alinhadas com o conhecido órgão de repressão do regime. Entre as expressões mais utilizadas como forma de exaltar o momento destacaram-se: “Este é um país que vai pra frente!”, “Ninguém segura este país!” e “Brasil, ame-o ou deixe-o!”. Nesse papel de propagadora oficial da política ufanista estava a Rede Globo de Televisão, consórcio com a Time-Life⁵ liderado pelo jornalista brasileiro Roberto Marinho (1904-2003) e cuja concessão possuía o compromisso de divulgação caracteristicamente simpática aos atos do governo. Assim, além da timidez dos movimentos sociais diante da repressão, os meios de comunicação também tornariam órfão qualquer tipo de mobilização.

Um dos momentos mundiais dignos de importância para a ecologia foi o ano de 1972, quando se verificou em Estocolmo a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, com a consequente publicação do relatório denominado: *Limites do Crescimento*. Pádua (1985) destaca que:

(...) as décadas de 60 e 70 marcaram uma grande expansão no debate e na movimentação social em torno dos temas ecológicos. A dimensão da crise ambiental passou a ser percebida com mais intensidade tanto pela opinião pública quanto nos meios acadêmicos e agências governamentais. O ano de 1972 representou um marco neste sentido. Nesse ano realizou-se em Estocolmo a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, que oficializou o surgimento de uma preocupação internacional sobre esses problemas. Nesse mesmo ano um grupo de técnicos do Massachusetts Institute of Technology, sob o patrocínio do “Clube de Roma”, um grupo de empresários e intelectuais preocupados com o futuro da civilização, publicou o famoso relatório “Limites do Crescimento”, no qual se alinhavam inúmeros dados sobre esgotamento de reservas minerais, aumento da população etc., no sentido de demonstrar a inviabilidade da continuação futura do atual modelo de crescimento industrial.(p. 85-86).

Observando a relevância da década de 1970 para a questão ambiental, Viola (1987) analisa que ela:

...marca o despertar da consciência ecológica no mundo: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo (1972); Relatório Meadows (1972) sobre os limites do crescimento e relatórios subsequentes (Tinbergen, Laszlo, Bariloche); surgimento do paradigma teórico da ecologia política; proliferação de movimentos sociais ecologistas no mundo norocidental. Pela primeira vez, os problemas de degradação do meio ambiente provocados pelo crescimento econômico são percebidos como um problema global que supera amplamente diversas questões pontuais, que eram arroladas nas décadas de 50 e 60 pelas agências estatais de meio ambiente dos países do primeiro mundo (p. 68).

Historiadores contemporâneos também relatam na década de 1970 as preocupações do homem pela preservação do planeta e dos recursos naturais finitos, relacionando-os com o avanço tecnológico. Hobsbawm (1995), por exemplo, analisa as questões relacionadas com o equilíbrio na utilização dos recursos e ressalta as opiniões a respeito de frear o crescimento, enfatizando que:

(...), propostas como um mundo de crescimento zero, nas condições existentes plasmariam as atuais desigualdades entre os países do mundo, uma situação mais tolerável para o habitante médio da Suíça do que para o habitante médio da Índia. Não por acaso o principal apoio para as políticas ecológicas vem dos países ricos e das confortáveis classes rica e média em todos os países (com exceção dos homens de negócios, que esperam ganhar dinheiro com atividades poluentes). Os pobres, multiplicando-se e subempregados, queriam mais “desenvolvimento”, não menos. Contudo, ricos ou não, os defensores de políticas ecológicas tinham razão. A taxa de desenvolvimento devia ser reduzida ao “sustentável” a médio prazo – o termo era convenientemente sem sentido – e, a longo prazo, se chegaria a um equilíbrio entre a humanidade, os recursos (renováveis) que ela consumia e o efeito de suas atividades sobre o ambiente (p. 548).

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), sensível ao problema mundial da questão ambiental e de seus efeitos colaterais como a fome, o desemprego e a violência, promove em 1977 a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, sob a égide da Organização das Nações Unidas. Houve um reconhecimento em âmbito mundial da necessidade de se produzir programas ambientais e de se conscientizar todos os segmentos da sociedade para

que, agindo em conjunto, fosse possível a elaboração de planos de ação em busca de soluções globais para a problemática ambiental. Os representantes de diversos países concluíram que a Educação Ambiental deveria preparar o indivíduo para a compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe não apenas os conhecimentos técnicos como as competências e habilidades necessárias para desempenhar uma função produtiva, com a melhoria das condições de vida e, ao mesmo tempo, a proteção do meio ambiente.

2. Pioneiros que mobilizam a sociedade

Embora as inúmeras dificuldades e o momento desfavorável, o Brasil da década de 1970 mobilizou algumas parcelas da sociedade em torno da causa ambiental. Em 1971, Brasília sedia o I Simpósio sobre Poluição Ambiental, evento sob a coordenação da Comissão Especial sobre Poluição Ambiental da Câmara do Deputados. Pesquisadores e técnicos do País e do exterior reuniram-se com a finalidade de angariar subsídios para a elaboração de um estudo global da poluição ambiental no Brasil.

Ainda na mesma década, foi criada a SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente, pelo decreto-lei nº 73.030, de 30 de outubro de 1973, que se propôs a discutir junto à opinião pública a questão ambiental, e que as pessoas se preocupassem mais com o meio ambiente e evitassem atitudes predatórias. No entanto, o órgão não contava com qualquer poder policial para atuar na defesa do meio ambiente.

Pressionado pela crise do petróleo de 1973, o governo diligenciou esforços no sentido de propor alternativas para solucionar a tensão criada. É nesse momento que desponta a produção de álcool, a partir da cana-de-açúcar como possibilidade, decorrendo daí o incentivo ao plantio e a implementação das usinas de destilação. No ímpeto de solucionar o problema, o governo tratou a questão ambiental de maneira secundária, empenhando-se em tornar o País cada vez mais autônomo na prospecção e refino do petróleo e acenando para um projeto de energia nuclear. Foi a senha para a entrada em cena dos movimentos ecológicos que contestariam a viabilidade ambiental dos projetos. Todavia, isso não foi motivo para recuo dos militares na implantação dos objetivos. Os movimentos ecológicos não conseguiram reverter as decisões, até porque o poder legislativo em sua maioria estava comprometido com o governo, e a maioria das instituições públicas e a população eram reféns dos atos institucionais que manipulavam as leis ao sabor das necessidades do regime. Alguns desses acontecimentos e dos políticos que os referendaram estão registrados em obras escritas por pesquisadores e estudiosos externos, os chamados “brasilianistas”. É o caso de Dean (1996), que obteve um dos registros mais interessantes da época:

Que venha a poluição, desde que as fábricas venham com ela”, exultava José Sarney, um senador do Nordeste que se tornaria presidente uma década depois.” (...) Mas ao final de 1973, o “milagre” foi abalado pela quadruplicação dos preços do petróleo. (...) A resposta dos tecnocratas foi lançar projetos de desenvolvimento ainda mais agressivos ao ambiente e descuidados em relação a seus efeitos sociais (...) (p. 307-308).

Ainda sobre esses projetos, Dean faz referências à construção da maior hidrelétrica do mundo à época, a hidrelétrica de Itaipu. Segundo ele:

A construção se iniciou em 1973, como um projeto binacional com o Paraguai, para no final inundar 1.529 km² no lado brasileiro do rio e 2.260 km² no lado paraguaio. (...) Não é possível calcular a quantidade de floresta que desapareceu sob as águas de todas essas barragens e sob as torres das linhas de transmissão (p. 310-311).

O sul do País, mais especificamente o Rio Grande do Sul, por localizar-se em território historicamente envolvido em questões fronteiriças com vizinhos da Bacia do Prata, sempre demonstrou propensão forte para manifestações de caráter separatista⁶. Assim, não admira também o vicejar de movimentos ecológicos de contestação e resistência em caráter pioneiro no País.

Um precursor da luta ambiental no sul, Henrique Luiz Roessler (1896-1963), já trazia a público nos últimos anos da década de 1950, o descaso dos proprietários de curtumes da região do Vale do Rio dos Sinos, conhecida por seu potencial na fabricação de calçados. Instituiu a primeira entidade ambientalista do Rio Grande do Sul, em 1955: a União Protetora da Natureza, com sede em São Leopoldo. Seu esforço se tornou insigne com a publicação de crônicas semanais no periódico gaúcho, *Correio do Povo*. Foram mais de 300 textos publicados no período de 15 de fevereiro de 1957 a 8 de novembro de 1963, ano em que faleceu.

Outro pioneiro foi o padre Balduino Rambo (1906-1961), tornando-se conhecido por defender a criação de parques nacionais e estaduais de preservação. Também criticava a derrubada de edificações de estilo germânico para dar lugar às construções de material diferente.

Bones & Hasse (2002) destacam a atuação do padre Rambo:

Outro grande inspirador do movimento ambientalista gaúcho foi o botânico Balduino Rambo, um padre jesuíta de ascendência alemã, que em

1942 publicou “A Fisionomia do Rio Grande do Sul”, livro de 450 páginas, com a primeira descrição completa do meio físico em todo o território gaúcho. Além de identificar e classificar plantas, solos e acidentes geográficos, Rambo já defendia a criação de parques para preservação dos ricos e diversificados ambientes naturais do estado. Embora ainda não usasse a palavra, ele já tinha a concepção de “ ecossistema” (p. 28).

Nota-se assim, a existência de uma vertente tradicional histórica para o surgimento dos elementos estimuladores de ideais ecológicos em ambiente altamente politizado, característica da região nas décadas de 1960 e 1970. Leis (1999) analisa as idéias desse momento, demonstrando a dualidade do debate ambientalista nessas décadas, pois o mesmo:

...inclinava-se com facilidade para posições radicais. As idéias neomalthusianas e de crescimento zero da economia prosperavam ao amparo das ameaças à sobrevivência da espécie humana. Do outro lado, obviamente, não faltavam aqueles que achavam que tudo isso era puro alarmismo e que os problemas poderiam resolver-se facilmente sem sacrifícios para ninguém. Como é comum nesses casos, os extremos tocavam-se em um ponto. Naqueles anos, o ambientalismo radical tinha em comum com as posições mais cosméticas o fato de ambos serem apolíticos. A síndrome do apocalipse produzia severos obstáculos para uma verdadeira ação política, tanto quanto as soluções voluntaristas e individualistas de seus críticos. De fato, a questão ambiental ainda não tinha penetrado o tecido político das sociedades.(p. 116.).

É nesse contexto político, econômico e social da década de 1970 que um agrônomo nascido em Porto Alegre iria fundar, em meados de 1971, juntamente com outros ativistas, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, AGAPAN. José Antônio Lutzenberger (1926-2002), graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especializou-se em solos e agroquímica nos Estados Unidos. Iniciou sua vida profissional numa empresa gaúcha de Adubos e, em 1957, foi convidado a ingressar em renomada indústria química internacional, depois de acompanhar um alto executivo da empresa, na função de tradutor, por vários estados brasileiros. Como funcionário da multinacional, ocupou cargos de relevância, em países como Alemanha, Venezuela e Marrocos. Em 1971, por discordância das atitudes da empresa no tocante ao emprego de defensivos agrícolas em áreas que

julgava desnecessário seu uso, demitiu-se e retornou a Porto Alegre. Havia tomado uma decisão: trabalhar pela causa ecológica, na defesa do desperdício dos recursos naturais e no combate a atitudes de depredação da natureza.

Na data de fundação da AGAPAN proferiu a palestra “Por uma Ética Ecológica”, que se tornou um marco do movimento ambiental no sul do País. Escreveu artigos para inúmeros jornais. Na medida em que angariava inimigos no poder público, ampliava sua reputação junto à população, que aparentava carência de lideranças em virtude do silêncio imposto pela ditadura militar. Bonés & Hasse (2002) assim descrevem os primeiros passos do ambientalista:

Graças a artigos publicados aos domingos no “Correio do Povo”, passou a receber convites para falar em cidades do interior. Visitou mais de 50 cidades do Rio Grande do Sul. Também viajou por quase todo o Brasil, no princípio, para falar sobre agrotóxicos. Deu aulas sobre ecologia em cursos recém-implantados em São Leopoldo e Porto Alegre e ministrou cursos de formação técnica em agrotóxicos para agrônomos e veterinários. Em suas conferências, combinando ensinamentos práticos sobre a natureza e denúncias contra os destruidores do equilíbrio ecológico, muitas vezes era aplaudido de pé. Mais convincente, mais sincero e mais entusiasmado do que a maioria dos ecologistas brasileiros que também faziam conferências, Lutzenberger sensibilizou milhares de pessoas com suas mensagens sobre a delicada cadeia de vida que envolve a Terra, os crimes ambientais na Amazônia, o perigo dos agrotóxicos, os riscos da energia atômica, entre outros assuntos.(p. 98).

Reconhecidamente nesse período, o movimento ecológico marcou sua luta de maneira entusiástica e muitas vezes apocalíptica, como já observara Leis (1999), ocupando um vácuo de liderança existente por causa da ditadura militar. Assim, teve início um período de denúncias sobre a postura de empresas que se instalavam sob as bênçãos do governo, mas sem qualquer compromisso com o meio ambiente. Pádua (1998) destaca o surgimento da questão ambiental dentro do contexto dos movimentos sociais e reafirma a importância da Agapan como marco fundador do movimento ambientalista no País:

Esse fenômeno de fermentação político-cultural (...) pode ser também observado no movimento social mais explicitamente relacionado com a política verde: o movimento ecológico. Este movimento, no contexto brasileiro, é

razoavelmente antigo e bem sucedido. Seu marco fundador é de 1971, com a criação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan). Antes disso existia a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, de 1958, (...). A Agapan, (...), adotou uma postura agressiva que lhe trouxe notoriedade e problemas com o regime autoritário. Na criação desta entidade o fator exógeno também esteve presente. José Lutzenberger, seu fundador, despertou para o problema ecológico fora do Brasil, quando trabalhava para a empresa suíça Basf na venda de agroquímicos para países africanos. (...) Seu livro de 1976, Manifesto Ecológico Brasileiro, tornou-se o referencial teórico do movimento, estando centrado numa crítica filosófica e política radical, apesar de não-partidária.(p. 67).

Ainda na década de 1960, uma empresa norueguesa requeria autorização do governo gaúcho para se instalar no estado do Rio Grande do Sul, comprometendo-se com a geração de centenas de empregos. Não havia, por parte da população, muita informação a respeito do projeto.

Entretanto, em 1966 uma avaliação minuciosa feita pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul indicava que a fábrica iria produzir celulose bruta e precipitaria resíduos químicos sem tratamento no estuário do Guaíba. A população que se servia das águas do rio correria grande risco de vida. Tal seria o elemento predominante nas discussões e debates na imprensa, nos plenários e nas ruas das cidades. Pode-se dizer que, a Borregaard de Celulose e Papel foi um catalisador de opiniões a favor das idéias ambientalistas que surgiam na década de 1970 e, também, o elemento de propulsão do nome Lutzenberger no cenário ecológico que se desenhava no momento.

Para os planos do governo, a poluição estava em lugar secundário em relação ao crescimento do País. Por isso, sob as bênçãos do governo militar e indiferente aos protestos ambientalistas, em 16 de março de 1972, a empresa Borregaard iniciava suas atividades no município vizinho à capital gaúcha: Guaíba. O odor característico do processo produtivo tornou-se o maior inimigo da sobrevivência da empresa. Onde o odor fosse percebido, associava-se imediatamente o nome Borregaard ao seu potencial poluidor, não somente nas águas do rio como na atmosfera da capital e seus arredores. Sob caudal de reclamações e protestos, o empreendimento resistiu até dezembro de 1973, quando o secretário estadual de saúde, Jair Soares (Porto Alegre - 1933) e que, posteriormente, seria governador do Estado, entre 1983 e 1987, solicitou o encerramento das atividades dela. Após idas e vindas judiciais, a empresa reabriria em março de 1974, sob o compromisso de

enquadrar-se nas novas regras estabelecidas pelas autoridades governamentais. Por sugestão do próprio Lutzenberger, mais tarde a empresa foi encampada pelo Estado e os empresários noruegueses se retiraram do cenário conturbado. Um investimento de alto valor foi executado pelo BNDES para atender aos parâmetros necessários ao funcionamento em conformidade com as expectativas das autoridades estaduais. Nascia assim a Celulose Riograndense Ltda. – RIOCEL, cujo controle acionário ficaria com o Montepio da Família Militar (MFM) e que, posteriormente, seria adquirida pelo grupo Aracruz, que lhe empresta o nome até a atualidade. Na ocasião, influenciado pela polêmica que o assunto havia adquirido nos meios de comunicação e no seio da população, o nome Lutzenberger entrava para os anais da história do ambientalismo da capital e do Estado.

3. A marca deixada por Lutzenberger

O discurso ambientalista de Lutzenberger se destacou sempre pelo tom irônico com que desdenhava dos que se atreviam a contestar suas argumentações. Palestrante de grande poder de persuasão, recebia convites de várias entidades da sociedade civil, não só para emitir pareceres e críticas ácidas aos atos dos poderes públicos como para também propor alternativas e soluções para problemas ambientais.

Os temas que mereceram destaque nas críticas de José Lutzenberger são inúmeros. Porém, os mais significativos foram: a poda indiscriminada de árvores na capital gaúcha; o corte de árvores nas praças públicas para dar lugar aos canteiros de concreto e aos viadutos que o progresso exigia; a campanha contra o uso de agrotóxicos nas lavouras; o despejo dos efluentes da cidade (sem tratamento) por meio do denominado “emissário” nas águas do rio Guaíba; a religião do progresso com crescimento constante e o uso do PNB como índice de desenvolvimento (sem levar em consideração a destruição do meio ambiente); a explosão demográfica como fator de exaustão dos recursos naturais e a energia nuclear como fator de poluição e negócio lucrativo das grandes potências. Outros problemas estruturais e de âmbito político também foram dignos de críticas por parte de Lutzenberger, como por exemplo, a construção de Brasília, a perda da soberania pelo neocolonialismo e o poder exercido pelas empresas “transnacionais”. Nem o ex-presidente da república, Fernando Henrique Cardoso (Rio de Janeiro – 1931), quando ainda ocupava a pasta do Ministério da Fazenda, foi poupado pelo ambientalista:

A maioria não se dá nem conta da forma que o poder está sendo exercido. Veja o que está acontecendo agora com a Organização Mundial do Comércio

cio (OMC). Já está formado um governo mundial, que manda mais que os nossos governos. O Fernando Henrique, por exemplo, no caso dos transgênicos. Ele está seguindo as ordens da OMC. Nós temos já um governo mundial tecnoditatorial. E a OMC é o instrumento das transnacionais.(p. 128).

Em 1979 resolveu tornar-se empresário do ramo ecológico ao fundar a Vida Produtos Biológicos Ltda., produzindo soluções ambientais para necessidades específicas. Também prestou consultorias ambientais e proferiu palestras em inúmeros estados e municípios brasileiros a convite de autoridades governamentais. Atuou, ainda, como consultor na própria Riocel, sendo alvo de críticas severas tanto por parte de seus desafetos, quanto de seus aliados.

Em 1990, foi convocado pelo presidente Fernando Collor de Melo, por sugestão do ex-ministro e deputado federal Carlos Chiarelli, para assumir o cargo de Secretário Especial de Meio Ambiente, não resistindo às controvérsias corriqueiras que costumam ser geradas no ambiente político. Em depoimento a Bonés & Hasse (2002), contou, com grande naturalidade, de que maneira foi exonerado do cargo após uma viagem à Áustria, na qual fez parte da comitiva presidencial:

Um dia estávamos Collor e eu no gabinete do primeiro-ministro da Áustria. Naquela época era o Branitski. Aí, o Collor, naquele inglês todo enrolado dele, fez aquele discurso comum dos terceiro-mundistas: “Nós somos um país pobre. Estamos precisando da ajuda de vocês, países ricos”. Aí eu fiquei (sic) puto da vida, deixei eles falarem. Mas como ele sempre me dava a palavra depois, só olhei para trás para ver quem estava ali. Sempre tem uns caras do Itamarati junto. Tinham só dois deles que sabiam inglês, mas não sabiam alemão. Aí eu falei em alemão, e disse para o primeiro-ministro: “Olha, nós brasileiros temos um país incrivelmente rico. Vocês austríacos não podem nem imaginar como nós somos ricos. Vocês têm um território de 83 mil km². O nosso território é de 8,5 milhões de km², isto é, mais de 100 vezes maior que o de vocês. O território de vocês, (sic) metade é montanha gelada. Dá para fazer ski e ganhar um pouco com o turismo. Aqueles lindos vales verdes de vocês são lindos, frutíferos, mas têm oito meses de vegetação por ano. A maior parte do Brasil, com exceção daqueles desertozinhos lá do Nordeste, tem doze meses de vegetação por ano. Nós temos um clima maravilhoso. Temos tudo quanto é recurso”. E o Collor só perguntando, não estava entendendo nada. E no fim eu disse: “Mas nós somos um país muito pobre. Incrível-

mente pobre. Não se imagina como nós somos pobres em político decente”. Aí na saída, Collor me perguntou: “Lutz, por que o homem riu tanto?” Aí eu expliquei para ele o que tinha dito. O Collor deu uma risada amarela, e três semanas depois me mandou embora (p.129-130).

Depois de se decepcionar com a experiência política vivida no governo Collor e com a incapacidade do poder público frente aos problemas concretos da destruição ambiental, Lutzenberger refugiou-se em seu sítio distante alguns quilômetros da capital gaúcha, no município de Pântano Grande, evitando entrevistas e o envolvimento com o ativismo. Faleceu em 14 de maio de 2002, depois que várias crises de uma asma adquirida de maneira imprevisível abreviariam sua vida.

Na produção literária era desorganizado, pois não possuía o hábito de reunir escritos para posterior publicação. Se atualmente existem obras suas publicadas, muito disto se deve a admiradores e colegas de militância que se preocuparam com a preservação de suas idéias; exceção feita ao Manifesto Ecológico de 1976, com versão em espanhol pela universidade da Venezuela em 1978, e que, segundo o autor, serviria de grito de alerta aos ecólogos, cientistas e pessoas preocupadas com os (sic) “iminentes perigos que a humanidade está para enfrentar”.

Ao visitarmos as publicações do pensamento de Lutzenberger, além de *Manifesto Ecológico*, podemos destacar ainda : *Gaia – o planeta vivo* e *Ecologia – do jardim ao poder*. Essas duas últimas são coletâneas de artigos publicados em vários periódicos durante a vida do autor e compilados por amigos e simpatizantes.

Lutzenberger é autor de algumas frases impregnadas de sentido crítico e que ficaram tão famosas quanto seus discursos radicais:

Me interessa muito pouco pela minha pessoa. Olho sempre para a frente. Custa a entender que estou com 75 anos.

Na hora, digo o que penso, boto para fora. Uso a emoção. Se alguma coisa me excita, falo excitado. Se me agredem, passo a agredir. Mas não sinto raiva ou ressentimento.

Em Brasília, todos são cínicos e não entendem como você possa ser honesto. Sobre sua passagem como ministro do governo Collor.)

A Alemanha fez penitência pelo holocausto. Mas o Brasil ainda deve pelo que fez aos índios e aos negros.

Os aviários se transformaram em campo de concentração de galinhas. Vem aí a galinha louca.

Capitalismo e comunismo são, na verdade, duas seitas da mesma coisa, que é o industrialismo.

A sociedade de consumo é, no fundo, uma religião fanática, um fundamentalismo pior do que o do Bin Laden. Está arrasando o planeta.

Há um governo mundial tecnoditatorial dos grandes grupos. O governo mundial é privado.

Li Marx de ponta a ponta no original, em alemão. Ela é tão tecnocrata quanto os capitalistas.

Hitler e Mussolini também diziam ser socialistas, como Fidel. Essa palavra e ser de esquerda não significam mais nada.

O livre mercado não resolve tudo, até porque é manipulado. O mercado só vê demanda, não vê necessidades. Os mercados são cegos para as gerações futuras.

Os padres são mais safados que os comunistas. Oferecem o paraíso para depois da morte, quando já não é possível cobrar nada deles.⁷

Nos últimos anos, Lutzenberger se envolvera intensamente com a Fundação Gaia, criada por ele para auxiliar agricultores interessados em cooperativas dedicadas à agricultura ecológica. Atenuou sua presença na militância para dedicar-se mais ao trabalho pedagógico, transmitindo conhecimentos adquiridos para pessoas simples que se mostrassem sensíveis aos problemas ambientais.

Além da doença que consumiu-lhe a saúde nos últimos anos, tendo que se utilizar de uma cadeira de rodas para fazer passeios no sítio de Pântano Grande, culpava os dois anos no governo Collor pelo estado de saúde que agora lhe deixava debilitado. Certa vez declarou, em entrevista a um jornalista, que calculava chegar aos 95 anos de idade; todavia, é bem provável que a decepção com a vida pública tenha lhe abreviado a existência.

Notas

¹ Cabe lembrar que, nesse período, o Brasil importava cerca de 80% de todo o petróleo que consumia.

² Com relação a fertilizantes e defensivos agrícolas, nesse período, a indústria química multinacional deflagraria uma cruzada sem precedentes na agricultura brasileira e de países considerados do Terceiro Mundo. Esse momento ficou internacionalmente conhecido como Revolução Verde. Uma crítica à Revolução Verde pode ser conferida em Carson, Raquel. *Primavera silenciosa*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1962.

³ Nesse campeonato, a seleção brasileira de futebol sagrou-se tri-campeã mundial, instituindo um clima de festa em todo o País e resultando em comemorações por longo período, facilitando sobremaneira a permanência do regime militar por mais uma década e meia no poder.

⁴ Alusão ao livro *Por que me ufano do meu País*, do Conde Afonso Celso, historiador e político brasileiro do início do século XX, responsável pela introdução da expressão na língua portuguesa. Ufanismo significaria no caso a posição ou sentimento dos que, influenciados pelo potencial das riquezas brasileiras, pelas belezas naturais do País etc., dele se vangloriavam, desmedidamente.

⁵ Empresa americana de capital privado que se associou ao jornalista Roberto Marinho na formação do consórcio gerador da Rede Globo de Televisão.

⁶ Sobre os movimentos separatistas que sempre envolveram as populações de estados fronteiriços, com destaque para o sul do País, Vieira (2001) possui obra abordando a temática, denominada “As idéias separatistas no Brasil: passado e presente”.

⁷ Jornal *ZERO HORA*, Porto Alegre - 14 de abril de 2002.

Referências

BONES, Elmar; HASSE, Geraldo, *Pioneiros da ecologia: breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Já Editores, 2002.

DEAN, Warren, *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FAUSTO, Boris, *História do Brasil*. 10.Ed. São Paulo: Edusp, 2002.

HOBSBAWN, Eric, *Era dos extremos, o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAGO, Antonio; PÁDUA, José Augusto, *O que é ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LEIS, Hector R., *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes; Santa Catarina: UFSC, 1999.

PÁDUA, José Augusto, *O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos*, In: LEIS, Hector R. (Org.), *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998.

VIOLA, Eduardo, *O movimento ecológico no Brasil (1974-1986)*, IN: PÁDUA, José Augusto (Org.), *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.
Jornal *ZERO HORA*, Porto Alegre - 14 de abril de 2002.

Resumo

O objetivo deste artigo é evidenciar o surgimento do movimento ecológico brasileiro de contestação, suas raízes e o momento político que possibilitou a articulação de elementos preocupados com a preservação dos recursos naturais, considerados por muitos como abundantes e infinitos em nosso país. O contexto do regime de exceção, vivido pelo Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, formou o cenário adequado para esses elementos estabelecerem as formas de mobilização, num movimento que se tornou o embrião dos atuais projetos ambientais que conhecemos. Uma instituição se fortaleceria no sul do País, a Agapan, por combater de forma veemente as alternativas propostas pela ditadura para enfrentar a crise do petróleo detonada pela Guerra do Yon Kipur. À frente dessa instituição, um homem recém demissionário de renomada empresa multinacional química, disponibilizaria seus conhecimentos científicos em favor da causa ambiental, contestando projetos nucleares, megaprojetos hidrelétricos, o plantio da cana-de-açúcar em larga escala e a implementação das destilarias de álcool. Particularmente, no estado do Rio Grande do Sul, a poluição gerada por uma empresa norueguesa de celulose, cuja implantação teve o apoio do governo militar, serviria de catapulta para a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural; mas, principalmente para tornar conhecido o nome de Lutzenberger. Numa atuação destacada frente aos problemas ambientais e pelo reconhecimento de sua luta em favor da natureza, o ambientalista seria convidado na década de 1990 a assumir a pioneira Secretaria Especial do Meio Ambiente do governo Collor. Entretanto, sua breve passagem pela vida pública foi repleta de conflitos e decepções.

Palavras-chave: Meio ambiente; Movimento ecológico; Recursos naturais.

Abstract

The objective of this paper is to evidence the appearance of the Brazilian ecological movements of controversy, their origin and also the politic moment that made possible the connection of elements worried with the preservation of natural resources which are considered by many people as abundant and infinite in our

country. The context of the Regime of Exception, lived by the Brazilian people in the decades of 1960 and 1970, formed the adequate scenery to these elements in order to establish the mobilization ways in a movement that was considered the embryo of the current environmental projects we know. In the South of Brazil, an institution become strong – the AGAPAN – combating in a vehement form the alternatives proposed by the military dictatorship in order to face the petroleum crisis started by the Yon Kipur War. As leader of this institution, a man – who had just been fired from a famous chemical multinational company – offered his scientific knowledge in favor to the environmental cause. He contested nuclear projects, mega hydroelectric projects and the plantation of the sugarcane on a large scale and the implementation of alcohol distilleries. Particularly, in the state of Rio Grande do Sul, the pollution caused by a Norwegian company of cellulose – whose implantation had the support of the military government – would serve of catapult for AGAPAN – Natural Environment Protection Association – but especially to become known the name of Lutzenberger. The ambientalist was invited in the decade of 1990 to assume the pioneering Special Secretariat of the Environment of the Collor government because of his detachable performance while facing the environmental problems and because of the recognition of his fight in favor the nature. However, his brief passage in the public life was full of conflicts and disappointments.

Key words: Environment; Ecological movement; Natural resources.

Resumen

El objetivo de este artículo es evidenciar el surgimiento del movimiento ecológico brasileño de contestación, sus raíces e el momento político que he possibilitado la articulacion de los elementos preocupados con la preservacion de los recursos naturales, conocidos por muchos como abundantes e infinitos en nuestro país. El contexto del régimen de exceción, vivido por Brasil en las décadas de 1960 e 1970, hé formulado un escenario adecuado para que los elementos se há movilizados, en un movimiento que há se tornado el embrião de los actuales proyectos ambientales que nosotros conocemos. Una institución se há fortalecido en el sur del país, la Agapan, por combater vehemente las alternativas propuestas por la ditadura para enfrentar la crise del petróleo detonada por la Guerra del Yon Kipur. Frente esta institución, un hombre recién demissionário de una renomada multinacional química, disponibilizaria sus conocimientos científicos en favor de la causa ambiental, contestando los proyectos nucleares, mega proyectos hidrelétricos e el plantio de

la cana-de-açúcar em larga escala, además la implementación de las destilerías de álcool. Sin embargo, en el estado del Rio Grande del Sur, la poluição gerada por una empresa norueguesa de celulose, cuya implantación há tenido el apoyo del gobierno militar, há servido de catapulta para la fundación de la Associação Gaúcha de Proteção a el Ambiente Natural, pero, principalmente por he tornado conocido el nombre de Lutzenberger. En una atuação destacada frente a los problemas ambientales e por reconocimiento a su lucha en favor de la naturaleza, el ambientalista he invitado en la década de 1990 a asumir la pionera Secretaria Especial del Medio Ambiente del gobierno Collor. Todavía, su breve pasaje por la vida pública he sido rellena de conflictos e decepciones.

Palabras-clave: Medio ambiente; Movimiento ecológico; Recursos naturales.

OPINIÃO

Francisco Gomes Filho

Professor Assistente da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Mestre em Engenharia de Produção (UFAM) e Doutorando do Programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter) em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional promovido pela UNB/FLACSO/UFRR.

***Paradiplomacia
no contexto da
Amazônia
brasileira:
considerações
teórico-empíricas***

Introdução

No contexto atual, marcado pelo fenômeno da globalização econômica, política, social e cultural que afeta a soberania do Estado nacional, a investigação sobre a ascensão dos governos subnacionais passa a ter maior relevância na seara das relações internacionais.

Na medida em que os Estados nacionais vêm perdendo capacidade de atuar como agentes promotores do desenvolvimento nacional e regional, ocorre paralelamente um processo de transferência dessa responsabilidade para os níveis subnacionais, os quais se sentem impelidos a enfrentar o desafio de sua própria sobrevivência no plano político, econômico e cultural, desempenhando então, novas posturas e papéis.

Esse novo comportamento dos atores subnacionais não coloca em xeque a atuação do Estado nacional, uma vez que ele permanece como protagonista das relações internacionais. No entanto, a participação direta dos entes subnacionais na esfera internacional nem sempre é harmoniosa com a dos governos nacionais, podendo gerar conflitos de competência de ordem constitucional entre eles.

Diante desse novo contexto, o presente trabalho tem por objetivo central analisar a participação dos governos subnacionais, especialmente os entes estaduais do extremo Norte do Brasil, com ênfase no Estado de Roraima, como atores paradiplomáticos, no cenário internacional, fornecendo-se abordagem teórico-empírica com a qual será possível avaliar e compreender melhor as contradições e as novas oportunidades que se apresentam a esses atores frente a uma nova realidade.

Levando-se em consideração o objetivo proposto, o trabalho está dividido em cinco partes. Primeiramente, analisa-se como o processo de globalização modificou o cenário internacional, impondo novos desafios para os governos subnacionais. Em seguida, é feita breve explanação da horizontalização das relações internacionais, como consequência da globalização e do fim da Guerra Fria. Na terceira parte, mostram-se quais são as características assumidas pelo processo de integra-

ção regional dentro do contexto da globalização. Já na quarta parte, trata-se de como os governos subnacionais estão se comportando perante a nova realidade. Na quinta e última parte, evidencia-se a atuação dos Estados da Amazônia brasileira no plano internacional. E finalmente, nas conclusões, ressalta-se o grau de importância das iniciativas internacionais desenvolvidas pelos governos subnacionais amazônidas.

1. Os desafios da globalização e os atores subnacionais

Conforme explica Marcovitch, citado por Matias (2005, p. 103), no final da década de 1980 começou a delinear-se um novo mundo tripolar. O primeiro pólo seria constituído pelos Estados Unidos e pelo Canadá, com a associação do México. O segundo seria formado pelas principais economias européias. O terceiro pólo seria liderado pelo Japão com associação dos países do Sudeste Asiático. Afirma ainda que essa realidade se refletirá no predomínio da globalização de um mercado com as principais moedas desses blocos: o dólar, o euro e o iene.

Em atenção a isso, ressaltam Mariano Pasquariello & Mariano Passini (2005), que o termo globalização tem gerado intenso debate quanto a seu significado e quais seriam as suas características centrais. No entanto, em meio a essa acalorada discussão, foi possível chegar a alguns consensos; um deles se refere ao fato de que os impactos da globalização são cada vez mais locais e regionais, forçando portanto, os governos subnacionais a assumirem novas posturas, dentre as quais, desenvolverem ações estratégicas próprias para a sua inserção no plano internacional.

No que diz respeito à análise dos desafios provocados pelo fenômeno da globalização, duas correntes principais se contrapõem: a dos hiperglobalizantes e a dos céticos. Divisão essa proposta por Held e seus colegas (1999), na obra intitulada: *Transformações globais: políticas, econômicas e culturais*. Pela ótica dos hiperglobalizantes, estamos vivendo em mundo sem fronteiras e que o Estado-Nação como unidade econômica estaria próximo de seu fim. Em outras palavras, pode-se dizer que estamos vivendo época na qual os Estados soberanos teriam deixado de ocupar o posto de principais atores políticos e econômicos da sociedade mundial, devido ao surgimento de um mercado globalizado e à formação de redes transnacionais de produção, comércio, finanças, entre outras.

Em relação aos céticos, de acordo com Held & McGrew (2001), a globalização seria mito por diversos motivos. De início, os fluxos de comércio e investimento, atualmente registrados não seriam sem precedentes, já que o mundo vivera

situação semelhante no século XIX, durante a época do padrão-ouro. Ademais, para os céticos, as transnacionais são, na verdade, empresas que têm profundas ligações com seus países de origem e a economia internacional estaria cada vez mais segmentada em três blocos regionais principais, a chamada Tríade: América do Norte, Europa e Japão. Nesses blocos regionais, os governos se manteriam muito poderosos, sendo os Estados assim não-vítimas passivas da internacionalização da economia, mas seus principais arquitetos.

Por sua vez, entre essas duas grandes correntes, surge uma terceira visão que rejeita tanto a opinião dos hiperglobalizantes sobre o fim dos Estados-Nação quanto a idéia dos céticos de que nada mudou. Para os integrantes dessa nova escola, apelidados de *transformationalists*, o poder do Estado estaria sendo remodelado pelo processo de globalização. Os Estados não seriam mais os únicos centros de governança ou de autoridade no mundo, à medida que o surgimento de novas formas de organização, como as empresas transnacionais e as instituições internacionais, alterariam a distribuição do poder mundial. Essas transformações levariam a crer que a noção de Estado-Nação como unidade autogovernável e autônoma resulta ser mais uma exigência normativa que uma afirmação descritiva (Held *et al*, 1999).

Assim sendo, pode-se depreender: mesmo que o Estado-Nação não deixe de existir e mantenha grande importância no cenário internacional, a globalização acarretará profundas transformações sobre o seu poder soberano. Exigirá então, do Estado uma nova lógica para seu funcionamento, na qual ele não pode ser considerado como ente único de atuação internacional. De fato, trata-se da inserção de novos atores nesse âmbito; no caso, os governos subnacionais.

2. A horizontalização das relações internacionais

A horizontalidade das relações internacionais pode efetivamente despontar como alternativa democrática para o encaminhamento de inúmeras questões emergentes de maior integração entre os povos. Friedman (2005) assinala, em sua fascinante obra, *O mundo é plano: uma breve história do século XXI*, que as dez forças que achataram o mundo, entre elas, tem-se como a força número um, o fim da Guerra Fria ocorrida em 9 de novembro de 1989. Então, o Muro de Berlim ruiu e as janelas de oportunidades se abriram para o mundo ensejando, em tese, no seu momento inicial, a prevalência da democracia e a autonomia da sociedade civil.

Essa nova horizontalidade no mundo das relações internacionais tornou-se percebida como via de acesso na promoção de parcerias diversas e na descoberta

de novas oportunidades externas em todos níveis governamentais, até então não vislumbradas. A partir daí, aumenta a consciência dos governos subnacionais de que o alcance de seus interesses vai além dos espaços nacionais. Consolida-se então, a percepção de que as oportunidades de superação de suas vicissitudes e de contingências históricas específicas podem ser encontradas em contexto mais fértil, por meio da cooperação internacional. Afirma ainda o autor, que atuando os Estados nacionais, no sentido da diluição das fronteiras e da superação de espaços domésticos restritos, observa-se a emergência da criação de blocos regionais de integração (Lessa, 2002)..

Destarte, pode-se dizer que as fronteiras nacionais estariam se tornando cada dia mais permeáveis e a criação de instituições mundiais e regionais de cooperação internacional minaria a soberania e a autonomia dos Estados-Nação. Esses, por sua vez, assistiriam à diminuição de seu papel com relação a algumas de suas atribuições tradicionais.

Nesse contexto, Ohmae (1995) enfatiza que o Estado-Nação tornou-se ator de menor importância na economia global, tendo perdido suas antigas características de independência e eficiência na geração de riquezas. Isso se deu ao que esse autor denominou em inglês, os quatro “is”: *investment, industry, information technology e individual consumers* (investimento, indústria, tecnologia da informação e consumidores individuais). O investimento não é mais confinado geograficamente ou, nas palavras desse autor, o dinheiro irá aonde as boas oportunidades estiverem. Dentro do mesmo raciocínio, as indústrias implantam-se onde lhes for estrategicamente conveniente, procurando instalar-se próximas aos mercados que encontrarem atrativos. Já a tecnologia da informação é a que permite às empresas operar em várias partes do mundo sem ter de necessariamente montar unidades completas de produção em cada uma delas. E por fim, os consumidores individuais tendem a se tornar mais exigentes, à medida que descobrem produtos inovadores, melhores e mais baratos no exterior.

Assim, mesmo que se possa afirmar que todos esses fatores sempre existiram, a percepção é que, com a presença da revolução tecnológica, os processos de mudança se aceleraram, tornando seu controle pelo Estado cada vez menos eficiente.

Esse quadro fundamenta a tese de que se está processando uma crise dos Estados nacionais. Conforme Corsi (1997), a soberania dos Estados estaria ameaçada por serem crescentes os problemas enfrentados para controlar de forma eficaz suas políticas econômicas, em virtude da globalização da economia capitalista. Esse diagnóstico aparece de maneira cada vez mais freqüente nos meios de comu-

nicação e em publicações acadêmicas de autores das mais variadas posições teóricas e políticas. Afirma ainda que não tem mais sentido falar de projetos nacionais, que visem desenvolvimento com autonomia puramente nacional, pois todos os projetos com esse objetivo, de caráter capitalista ou socialista, fracassaram no século XX.

Como resposta a essa crise política e econômica imposta pelo processo de globalização, os Estados nacionais têm buscado fortalecer as articulações intergovernamentais. *Em vez de imaginar um governo mundial hierárquico, devemos conceber redes de governança que se entrecruzem e coexistam com o mundo formalmente dividido em Estados soberanos* (Nay, 2002, citado por Mariano Pasquariello & Mariano Passini, 2005, p. 137).

Pelo visto, percebe-se, então, que o fenômeno da globalização pressiona pela criação de duas tendências dentro do sistema internacional vigente: uma transnacional e outra subnacional. A primeira, permite entender o contexto da integração enquanto regional; a segunda serve para explicar o inusitado comportamento dos governos subnacionais dentro desse novo cenário internacional. A seguir, analisam-se essas duas tendências.

3. Integração regional

Ao analisar o termo integração, constata-se que ele provém de latim “*integrare*,” que significa tornar um todo e se refere aos processos pelos quais membros de diferentes grupos são incorporados numa sociedade, organização, instituição ou Estado. Integrar significa, como define Karl Deutsch (1968) citado por Matias (2005, p. 283), *constituir um todo com as partes, ou seja, transformar unidades previamente separadas em componentes de um sistema coerente*.

Nesse sentido, para Nye (1989) citado por Matias (2005, p. 284), o fenômeno da integração não se limita, no entanto, apenas a seu caráter econômico. Afirma ainda aquele autor que o conceito de integração, definido verbalmente como o que transforma partes em um todo ou o que cria interdependência, pode ser desmembrado em integração econômica, isto é, formação de uma economia transnacional, integração social ou formação de uma sociedade transnacional e integração política. Vale dizer: formação de interdependência política transnacional. No entanto, as linhas que separam essa diferenciação são muito tênues, concorrendo para explicar o fenômeno da integração.

Portanto, a integração que será aqui enfocada é a integração econômica regional, já que é ela o verdadeiro motor, a verdadeira “razão de ser” da integração.

E, entre os interesses que os Estados procuram promover e proteger com a integração, destacam-se os de caráter econômico, sobretudo na busca das vantagens econômicas que os motivará a participar de organizações de integração regional, nas quais se reúnem um número limitado de Estados, em tese próximos ou contíguos geograficamente em torno de determinado objetivo.

De acordo com Herz & Hoffmann (2004, p. 168), a integração regional é definida como *um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores levando à criação de novas formas de governança político-institucional de escopo regional*. Acrescentam ainda, as autoras, que os processos de integração de uma área podem ou não, gerar organizações. Pois uma organização regional é resultado institucional específico de um processo de integração que inclui documento básico constituinte e a criação de uma sede com secretariado permanente.

Por sua vez, enfatiza Matias (2005) que a integração regional é o melhor exemplo de como a cooperação internacional pode alcançar um grau de intensidade que altera algumas das premissas básicas do modelo do Estado soberano. Por isso, é importante, conhecer as especificidades desse processo que cria normas e instituições próprias, com vistas a alcançar seus objetivos. Ainda afirma o autor que a integração regional, é sem dúvida, forma de cooperação. A diferença entre esses dois fenômenos pode ser feita com base na intensidade que a colaboração alcança em cada um deles, critério esse que também pode servir para a classificação das organizações internacionais. Essa intensidade pode ser medida pela extensão das competências atribuídas aos órgãos da organização, o caráter mais ou menos obrigatório dos poderes a eles conferidos e seu grau de independência para com os Estados membros desse processo.

Observa-se, no caso, que as organizações em apreço diferem das similares internacionais de cooperação, uma vez que nelas a intensidade da ajuda é nitidamente superior. O processo integratório pode assim ser entendido como aprofundamento do movimento de cooperação internacional que, no cenário regional, se torna mais complexo, abrangendo várias áreas temáticas.

Dessa forma, percebe-se que a nova realidade modelada pela globalização e o fim Guerra Fria, estimulou a tendência de aumentar a densidade das redes de interdependência entre os Estados-Nação. Por um lado, ocasionou perda relevante no controle dos conflitos no cenário internacional; por outro, tornou cada vez mais fortes as questões de integração regional e de cooperação internacional; sobretudo nos campos econômico e comercial. Como se sabe, o aumento das redes de interdependência, muitas vezes, não é acompanhado no mesmo ritmo pelos gover-

nos centrais; há como consequência, em muitos casos, movimento de aproximação de atores subnacionais no intuito de tentar conquistar espaços não ocupados por aqueles governos, quer sejam por meio da estrutura institucional de integração regional ou não.

4. O fenômeno da paradiplomacia

As atividades internacionais desenvolvidas pelas unidades subnacionais têm sido estudadas a partir dos anos de 1980, por alguns teóricos: a) o canadense Ivo Duchacek, em sua obra pioneira nessa área: *Perforated sovereignties and international relations: trans-sovereign contacts of subnational governments* (Soberanias perfuradas e relações internacionais: contatos trans-soberanos de governos subnacionais), de 1988; b) o basco Panayotis Soldatos, com a obra: *Federalism and international relations: the role of subnational units* (Federalismo e relações internacionais: o papel das unidades subnacionais), de 1990 e seus seguidores: Francisco Aldecoa, Michael Keating, Brian Hocking, Noé Cornego Prieto, Tatiana Lacerda Prazeres, Deborah B. Farias Leal, entre outros.

Conforme enfatiza Fronzaglia (2005), a emergência das unidades subnacionais na seara das relações internacionais tornou-se possível pelas recentes transformações que ocorreram no plano internacional e na política doméstica de grande número de países. Algumas dessas transformações – como a globalização, os processos de integração regional e de redemocratização e, enfraquecimento do poder soberano dos Estados-Nação – são constantemente citados pela maioria dos estudiosos, sejam representantes das teorias das relações internacionais ou do federalismo.

Sob a ótica de Keating (2000), as motivações que levam os governos subnacionais a desenvolver um novo papel no cenário internacional, em tese, são de ordem econômica, política ou cultural.

Nessa direção, de acordo com Lessa (2002), os estímulos que levam os governos subnacionais a atuar internacionalmente são geralmente de ordem econômica, social, política e cultural. Por exemplo, no plano econômico, buscam esses governos captar investimentos, ampliar mercados, promover negócios entre empresas, transferir ou absorver tecnologias e estimular o turismo. Em regiões contíguas, buscam eles implementar programas mais duradouros de cooperação transfronteiriça, na promoção de obras de infra-estrutura e na resolução de problemas de interesse comum referentes à produção, ao comércio, à educação, à saúde, ao meio ambiente, entre outros. Buscam também a cooperação transfronteiriça por

julgar que os governos centrais não dedicam suficiente atenção a suas necessidades prementes ou não estão suficientemente planejados e equipados para tanto. Muito embora, há casos em que o estímulo às práticas paradiplomáticas constitui política planejada e executada pelas autoridades centrais, como ação estratégica, para garantir a estabilidade e a segurança dos países limítrofes.

Ressalta ainda o autor acima que as razões políticas que movem governos de regiões, províncias, estados, cantões, länders, entre outros, para relacionar-se com o meio exterior, são decorrentes de aspirações nacionalistas para alcançar a independência política ou para obter maior reconhecimento junto à comunidade internacional. Como exemplo, têm-se as Províncias da Catalunha, na Espanha e de Quebec, no Canadá, que embora sem apresentar projeto de separatismo, buscam afirmar-se como nação pelo seu ativismo no plano forâneo.

No contexto, à medida que aumentam os estudos sobre a participação das unidades subnacionais como atores paradiplomáticos na esfera das relações internacionais, aumentam também os conceitos utilizados para definir e caracterizar estas ações empreendidas. Para tanto, esse novo comportamento, também chamada de paradiplomacia, pode ser definido como:

o envolvimento de governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios (ad hoc), com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional (Prieto, 1999, p. 251).

Ainda nesse sentido, para Fronzaglia (2005, p. 49), paradiplomacia é: *o conjunto de atividades desenvolvidas pelas unidades subnacionais – de maneira isolada ou conjunta – conforme seu grau de autonomia e que visam a inserção internacional podendo ser complementares, paralelas ou conflitantes com a diplomacia conduzida pelo governo central.*

Por sua vez, na visão de Mariano Pasquariello & Mariano Passini (2005), a ampliação de atuação dos governos subnacionais no plano internacional ocorre com intensidade variável e de diferentes modos, podendo exercer funções de coordenação, articulação, negociação, mobilização e indução dos agentes envolvidos. Na verdade, não existe um padrão na forma de atuação desses atores para além das fronteiras nacionais, dependendo portanto, das características de cada governo e de seu posicionamento nacional e também internacional. Há, pois, diversidade

muito grande entre os casos existentes, nos quais as estratégias empregadas são gestadas com base na sua própria experiência.

Conforme ressaltam Mariano Passini & Barreto (2004), frente a essa nova realidade globalizada, os governos subnacionais são induzidos a desenvolver novo tipo de protagonismo, conjugando estratégias e iniciativas diferenciadas voltadas, de um lado, para atração de investimentos, renovação da base econômica e modernização da infra-estrutura e, de outro, para melhoria da qualidade de vida, integração social e governabilidade.

Atualmente, pode-se perceber então, que apesar das diferentes posturas e ações estratégicas utilizadas, o fenômeno da paradiplomacia pode ser verificado em diversas partes do mundo, de forma articulada ou não com os governos centrais.

5. A atuação internacional dos Estados da Amazônia brasileira

Conforme enfatiza Becker (2006), na sua obra, *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*, a integração da Amazônia brasileira é condição necessária para a complementaridade econômica, particularmente quanto à energia e ao alargamento do espaço econômico nacional, bem como para ganhar força política, sobretudo em articulações comerciais com o Grupo Andino – que, em sua maioria, se confunde com os países que compõem o Tratado de Cooperação Amazônico – que estão portanto, se ampliando. A autora cita como exemplo, o caso do gás natural na Bolívia e da produção de energia elétrica no Complexo de Guri, na Venezuela. Tais acordos de cooperação comercial são firmados entre países e os estados federados integrantes da região.

Nessa direção, o diplomata Pedro Motta Pinto Coelho (1992, p. 91ss) – em sua importante obra *Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado* – mostra o contexto das áreas de fronteiras da Amazônia brasileira. Ressalta a necessidade de cooperação internacional dos seus estados federados limítrofes com os países vizinhos, com vistas à promoção da paz e do desenvolvimento socioeconômico de espaços de confluência forâneos. Para ele: *as áreas de fronteira são provavelmente as áreas mais vazias deste imenso vazio que é a Amazônia*. Também mostra o autor que:

Na verdade, não existem elementos de infra-estrutura básica que promovam um desenvolvimento espontâneo significativo, e nem as cidades estão devidamente aparelhadas em termos de equipamentos e serviços urbanos

básicos para servir de apoio ao desenvolvimento rural/urbano e, o que é pior, a própria promoção social do homem. Via de regra, as fronteiras não estão integradas às de desenvolvimento ou aos eixos econômicos regionais mais importantes. Como consequência, sua economia fica restrita predominantemente às atividades comerciais com os países limítrofes, enquanto as relações forem vantajosas ao exterior [...].

Por sua vez, expõe Bogéa Filho (2001) que a Amazônia brasileira, mais especificamente os estados do extremo Norte do País, surpreende pelo posicionamento geográfico, pelas grandes extensões territoriais, pela pequena densidade populacional, pela modesta infra-estrutura viária, pelo pequeno número de fronteiras vivas, entre outros fatores. Quando os estados amazônicos são comparados com os do extremo Sul do País, com fronteira mais viva, observa-se que os estados sulistas sempre estiveram inseridos na formação e no desenvolvimento nacional. Isso lhes favoreceu também maior integração na vida externa da nação. Atualmente, com o processo de integração regional que vem se consolidando, a partir da formação do MERCOSUL, tornou-se então, mais efetiva a participação dessas unidades meridionais nos negócios externos do País. Já quanto ao estados nortistas, observa-se que eles se mantiveram, ao longo do tempo afastados da vida nacional e também do plano internacional. Registravam-se casos de aproximação, às vezes raros, de relações mantidas entre coletividades fronteiriças dos países vizinhos, nas quais as condições locais comuns os permitiam. Estabeleciam-se então, relações espontâneas, praticamente sem anuência do poder central e, por assim dizer, quase sem história.

Nos dias atuais, porém, já se pode observar que esse quadro tem mudado. Os estados do extremo Norte brasileiro com fronteiras vivas ou não, vêm fazendo articulações de inserção no plano internacional da nação, sobretudo com os países limítrofes. No entanto, parece oportuno assinalar que, por questão metodológica e para maior coordenação e compreensão da análise da atuação desses entes setentrionais, optou-se por abordá-los em conjunto ou, às vezes, individualmente, muito embora atuem isolados ou se reúnam para manter vínculos com determinado país com o qual compartilham a resolução de problemáticas de interesse comum.

Dentre as unidades infranacionais a serem analisadas, pretendeu-se ainda expender maiores considerações sobre um ente federativo, o Estado de Roraima que, por se encontrar na parte mais setentrional do Brasil somada ao seu isolamento do restante da nação brasileira, vem desenvolvendo modelar e dinâmica atuação no plano exterior, sobretudo com a Venezuela e a Guiana. Fazendo portanto, dessa

interação um instrumento eficaz para o progresso do processo de mudança e de desenvolvimento socioeconômico e cultural de sua população. Assim sendo, a seguir, apresentam-se os principais registros de ações internacionais dos estados aludidos.

Nessa perspectiva, os Estados do Amapá, do Amazonas e de Roraima têm intercedido junto ao governo central e autoridades das Repúblicas da Guiana, Suriname e Guiana Francesa para a implementação do projeto do Arco Norte, uma rodovia perimetral que interligará as capitais Boa Vista - Georgetown - Paramaribo - Caiena - Macapá, tendo em vista a importância dessa estrada para as respectivas unidades políticas. A estrada abrirá uma alternativa de novos mercados para produtos agrícolas e manufaturados, principalmente os últimos oriundos do Pólo Industrial de Manaus - PIM, e servirá de porta de saída dessas categorias de produtos para o Mercado Comum do Caribe - Caricom e mercado europeu, através dos portos marítimos de Georgetown e de Caiena. Ademais, propicia o acesso de aproximadamente 1,5 milhões de pessoas desses países vizinhos, permitindo o incremento do turismo para a região Norte do país por meio dos atrativos do ecoturismo amazônico, dos sítios arqueológicos pré-históricos, das cachoeiras, do artesanato e cultura indígenas, entre outros. Ao mesmo tempo, oferece aos brasileiros, sobretudo os da região nortista, o turismo aos países caribenhos e à Europa, como também ampliará o acesso de um conjunto diversificado de produtos importados a preços competitivos.

Em adendo a isso, por sua vez, o Estado de Roraima vem envidando esforços em estreitar o relacionamento com os seus países limítrofes, Venezuela e Guiana. Atualmente, registra-se que com a criação da sua Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com Países Fronteiriços – SERI, capitaneada pelo economista Sérgio Pillon, tem promovido um denso processo de integração com esses países, sobretudo a Venezuela, por já existir infra-estrutura básica, uma rodovia pavimentada que interliga a capital desse Estado ao território venezuelano.

Dentro desse intenso processo de integração com a República Bolivariana da Venezuela, porém, sob o amparo das relações amistosas entre os governos centrais, pode-se incluir a implementação de vários projetos nas áreas de energia, como: fornecimento de eletricidade pela interconexão da usina de Macagua II (Complexo de Guri), da região da Guaiana à cidade de Boa Vista; meio ambiente, zoneamento econômico e ecológico da região de fronteira e recuperação de áreas degradadas pela mineração. Na educação, incluem-se os cursos de formação superior nas áreas de comércio exterior e licenciatura em língua portuguesa realizada na cidade de Pacaraima, em que 50% das vagas são destinadas aos venezuelanos. Já na área de segurança, o gover-

no de Roraima promove treinamento de atualização para policiais civis venezuelanos, pelo Instituto Superior de Segurança Pública. E, por fim, na facilitação do comércio e de pessoas entre os dois países e, mais recentemente por parte do governo da Venezuela: a criação de um ponto de suprimento de combustível para veículos na cidade de Santa Elena de Uairen, destinado a brasileiros residentes na cidade de Pacaraima e também para turistas nacionais em visita àquela cidade venezuelana. Tudo com preços praticados no Brasil e na Venezuela, ou seja, preços mais acessíveis.

No que se refere à República Cooperativista da Guiana, o processo de integração ainda está tímido; mas, o Estado de Roraima tem como prioritária a implementação dos projetos de construção da ponte sobre o rio Tacutu, na fronteira de Bonfim – Lethen e a compactação e asfaltamento da rodovia Lethen-Georgetown, naquele país. O primeiro projeto já se encontra em estado bem adiantado de construção, com previsão de término no final deste ano; o segundo ainda está em processo de negociação pelos governos centrais e outras autoridades subnacionais integrantes do extremo Norte, interessadas na concretização do projeto, mormente os governos dos Estados do Amazonas e de Roraima.

Vale ressaltar que os municípios fronteiriços de Bonfim e Pacaraima são considerados áreas de livre comércio no Estado de Roraima, embora, ainda não implantadas pelo Governo Federal. Outro fato importante a ser destacado é a existência de consulado da Venezuela e da Guiana, em Boa Vista, fato que serve de canal de entendimento direto com as autoridades desses países, aumentando o processo de integração das regiões fronteiriças.

Fora do contexto sul-americano, o Estado de Roraima vem mantendo relacionamento com países da Europa e da Ásia e com os Estados Unidos. As relações são moderadas, com vistas à promoção de exportação de móveis, madeiras e derivados e de grãos, mais especificamente soja. Amplia-se a divulgação das potencialidades do Estado e dos grandes investimentos realizados recentemente em infraestrutura. Tudo visando à captação de investimentos estrangeiros para fomentar projetos de desenvolvimento socioeconômico.

Os registros apresentados no estudo, relativos aos Estados do extremo Norte brasileiro evidenciam que há inovações que não são conhecidas nem tratadas no escopo da *high politics* internacional do Brasil. O caso ora avaliado do governo roraimense denota o quanto novas oportunidades podem ser exploradas no cenário externo. Mesmo assim, não se pode dizer que os Estados do Norte do Brasil têm avançado nas relações externas quanto os Estados sulistas com seu entorno efetivamente mercosulino, uma vez que existe deficiência a ser suplantada imediatamente.

Dizia-se até pouco tempo que os Estados nortistas, como entes federados brasileiros, faziam parte do Mercosul apenas *de jure*, mas não *de facto*, devido à localização geográfica e à distância dos principais mercados dos países integrantes desse bloco de integração regional. No entanto, hoje, essa realidade começa a mudar e enche de esperança o povo nortista de participar de novo processo de desenvolvimento, capitaneado por iniciativas empreendidas para ampliar as relações econômicas, sociais e culturais com os países fronteiriços. Isso para que possa efetivamente despontar o portal de integração do eixo norte do Mercosul que se começa a delinear com a adesão da Venezuela e dos esforços envidados pelos governos subnacionais da Amazônia brasileira para a concretização da nova formatação do bloco regional.

Por último, faz-se mister destacar que mediação do Itamaraty tem sido crucial na interlocução das iniciativas desses governos na seara internacional.

Conclusões

A carência de infra-estrutura básica e a falta de recursos materiais adequados, como também de recursos humanos qualificados não têm impedidos os Estados da Amazônia brasileira de investir em iniciativas internacionais.

O Estado de Roraima, principal unidade de análise deste trabalho, tem procurado encontrar nos países amazônicos, parcerias que possam atender as suas expectativas de ordem econômica, social e cultural. O esforço é para identificar nos países amazônicos, sobretudo nos mais próximos, como Venezuela e Guiana, uma oportunidade alternativa a ser explorada em benefício das coletividades envolvidas. A distância física que separa Roraima de outros estados da federação brasileira, a precariedade das interconexões rodoviárias e também, muitas vezes, aéreas ou fluviais para o extremo mais setentrional do País, representa óbice para sua expansão e desenvolvimento.

Conclui-se, portanto, que de forma geral, os governos amazônidas vêm-se empenhando em intensificar a cooperação transfronteiriça com países da área mais próximas, como também na ampliação de relacionamentos cooperativos com outros países fora do contexto sul-americano. Tudo isso, visando encontrar alternativas para a resolução de problemas de ordem econômica e social de suas populações.

E finalmente, no que pese ao ensinamento colhido, pode-se inferir de forma geral, que há necessidade de atuação cada vez maior por parte dos governos subnacionais na seara internacional, para que ocorra desenvolvimento socioeconômico frente à nova realidade.

Referências

- BECKER, Bertha Koiffmann. *Amazônia: gopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BOGÉA FILHO, Antenor Américo Mourão. *A diplomacia federativa*. Brasília: MRE, Tese do XLII Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, jun. 2001.
- COELHO, Pedro Motta Pinto. *Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (Coleção Relações Internacionais), 1992.
- CORSI, Francisco Luiz. A globalização e a crise dos estados nacionais. In: DOWBOR, Ladislau et al. (orgs.). *Desafio da globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- Entrevista com o Sr. Sérgio Pillon Guedes, Secretário da Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com Países Fronteiriços – SERI, do Estado de Roraima, em 19 Jul 2007.
- FRIEDMAN, Thomas L. *O mundo é plano: uma breve história do século XXI*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- FRONZAGLIA, Mauricio Lobada. *Unidades subnacionais: um estudo de caso sobre a Cidade de São Paulo*. 2005. 232 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Curso de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- HELD, David, et al. *Global transformations: politics, economics and culture*. Stanford, California: Stanford University Press, 1999.
- _____. & MCGREW, Antony. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- HERZ, Mônica & HOFFMANN, Andrea Ribeiro. *Organizações internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- KEATING, Michael. Regiones y asuntos internacionales: motivos, oportunidades y estrategias. In: VIGEVANI, Tullo et al. (orgs.). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2004.
- LESSA, José Vicente da Silva. *A paradiplomacia e os aspectos legais dos compromissos internacionais celebrados por governos não centrais*. Brasília: MRE, Tese do XLIV Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, dez. 2002.
- MARIANO PASQUARIELLO, Karina L. & MARIANO PASSINI, Marcelo. Governos subnacionais e integração regional: considerações teóricas. In: WANDERLEY, Luiz Eduardo & VIGEVANI, Tullo (orgs.). *Governos subnacionais e sociedade civil: integração regional e Mercosul*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2005.

- MARIANO PASSINI, Marcelo & BARRETO, Maria Inês. Questões subnacionais e integração regional: o caso do Mercosul. In: VIGEVANI, Tullo et al. (orgs.). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2004.
- MATIAS, Eduardo Felipe Perez. *A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberano à sociedade global*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- OHMAE, Kenichi. *El fin del Estado-nación: el ascenso de las economías regionales*. Santiago de Chile: Andres Bello, 1995.
- PRIETO, Noé Cornago. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental. In: VIGEVANI, Tullo et al. (orgs.). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2004.

Resumo

O artigo examina o processo de inserção dos governos subnacionais da Amazônia brasileira, como atores paradiplomáticos, no cenário internacional. Para tanto, procede-se inicialmente, análise dos principais fatores que impelem essas unidades subnacionais a investir em iniciativas internacionais, com vistas a promover o seu desenvolvimento econômico, social e cultural. Em seguida, evidencia-se a atuação internacional desses governos, em especial o do Estado de Roraima perante a nova realidade globalizada. E, por fim, destaca-se, nas conclusões, o grau de relevância da participação internacional dos governos subnacionais dessa região brasileira.

Palavras-chave: Amazônia Brasileira; Governos subnacionais; Relações internacionais.

Abstract

This paper examines the introduction process of the subnational governments of the Brazilian Amazon, as paradiplomatic actors, on the international scenery. Thus, initially it is made an analysis of the main factors that impel these subnational units investing in the international initiatives, with the aim of promoting its economic, social and cultural development. Then, the international performance of these governments is cleared, mainly in the State of Roraima before this new globalized reality. And finally, in the conclusions, the degree of relevance of the international

participation of the subnational governments of this Brazilian region is highlighted.

Key words: Brazilian Amazon; Subnational governments; International relations.

Resumen

El artículo examina el proceso de inserción de los gobiernos subnacionales de la Amazônia brasileira, como actores paradiplomáticos en el escenario internacional. Para tanto, inicialmente se procederá al análisis de los principales factores que empujan esas unidades subnacionales a invertir en iniciativas internacionales, con vistas a promocionar su desarrollo económico, social y cultural. Em seguida, se evidenciará la actuación internacional de esos gobiernos, em especial el del Estado de Roraima frente a esta nueva realidad globalizada. Por fin, se destacará la importância de la participación internacional de los gobiernos subnacionales de esa región brasileira.

Palabras clave: Amazônia Brasileira; Gobiernos subnacionales; Relaciones internacionales.

Luiz Carlos Assis Iasbeck

Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP e professor de Comunicação Empresarial nos cursos de Administração e Turismo da UPIS.

Nassar, Paulo

São Caetano do Sul, São Paulo: Editora Difusão, 2ª. Edição, 2008.

***Relações Públicas na
construção da
responsabilidade
histórica e no resgate
da memória
institucional das
organizações.***

Paulo Nassar é antigo – mas nem por isso velho – conhecido dos profissionais de comunicação neste País. Ele é o presidente da ABERJE, Associação Brasileira de Comunicação Empresarial e editor da mais famosa e conceituada revista de comunicação empresarial. Autor de “A comunicação da pequena empresa”, “O que é comunicação empresarial” (da coleção Primeiros Passos, da Brasiliense) e “Tudo é Comunicação”, Nassar tornou-se há muito referência obrigatória para os estudiosos de comunicação Organizacional e Relações Públicas.

Hoje, Paulo Nassar divide as atividades de presidente da Aberje e Editor com as aulas regulares que leciona no curso de Relações Públicas da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP). Uma tarefa árdua, que lhe custa, com certeza, alto ônus em termos psicológicos: alunos e empresários não são facilmente compatíveis!

Mas não é de hoje que ele enfrenta esse problema/dilema de todos os demais estudiosos do assunto: é difícil reunir na mesma mesa acadêmicos e homens de mercado, conhecimento e prática, especulação e resultados.

Não é outra a luta que embreamos todos nós que fazemos parte da Associação Brasileira de Pesquisadores em Relações Públicas e Comunicação Organizacional, a ABRAPCORP, uma associação legal de estudo e pesquisa, comandada pela Professora Margarida Kunsch, orientadora da pesquisa que resultou neste novo livro de Paulo Nassar.

As discussões levadas a termo nos eventos científicos da ABRAPCORP estão presentes de certa forma nas preocupações epistemológicas de Nassar. O livro se inicia delineando as práticas das Relações Públicas na nova ordem organizacional, numa visão abrangente e multilateral, que pretende assegurar fronteiras e demarcar território no conturbado mundo pragmático das organizações públicas e privadas.

O autor não é partidário de sectarismos, e deixa isso muito claro desde o início de seus estudos, mas não foge à tentação de afastar do seu caminho aquelas

interferências que o desviam da meta configurada na hipótese inicial da tese-livro: deslindar o trabalho das RRPP na gestão da identidade e, sobretudo, da memória das organizações.

E tal empreendimento, ele o leva com primor a partir do capítulo 4, quando se dedica a estudar (e a orientar seus leitores) sobre a relevância da documentação para a afirmação identitária das organizações.

Comparecem, aí, como paradigmas, muitas das empresas que freqüentam a Aberje e, não coincidentemente, lhe dão sustentação mercadológica: Petrobrás, Vale, BNDES, Bunge, Pfizer, Belgo, Odebrecht, Pão de Açúcar, Votorantin, dentre outras. Ninguém duvida da competência do autor em reunir num só capítulo histórias do filé mignon do mundo empresarial brasileiro.

A memória é, como diz Richard Dawkins, o lugar privilegiado da lembrança e do esquecimento. Porém, precisamos ser criteriosos para eleger o que devemos descartar para o território da indiferença, sob pena de nos lamentarmos pela perda irreversível de memórias que poderão nos ser úteis no futuro. Esse é um dilema para a mitologia clássica resolver da melhor maneira. Na Roma antiga, o deus Jano vigiava as entradas, que também funcionavam como saídas. Para tanto, Jano tinha duas faces: uma olhava para a frente e a outra para trás. Representado como uma herma, o deus romano sintetiza muito bem as preocupações e ocupações atuais do autor: olhar para a frente, para trás e para os lados, sem se perder a si mesmo, sem os riscos de perder o passado e, sobretudo... perder para a concorrência.

Jano almejava a onisciência e a buscava pela quase onipresença do olhar. Nassar não tem tanta pretensão assim: ele organiza, prioriza, seleciona e cataloga os elementos-chaves da memória empresarial. O resto é para o descarte.

Não é outro o trabalho do comunicador que pretende administrar a comunicação nas empresas: cuidar da identidade empresarial, com um olho no discurso e o outro na imagem, com um pé na sala dos diretores e outro no balcão de atendimento, um olhar para si mesmo e outro olhar para os que o contemplam, sabe-se lá com que sentimentos e com que agouros.

A opção interdisciplinar do autor esbarra às vezes na compulsão disciplinada da pesquisa acadêmica, oscilando entre o rigor e a rigidez, entre a multiplicidade de estímulos semióticos e a objetividade das metas e finalidades. Sua hipótese, entretanto, resta sobejamente demonstrada. Trata-se de uma tese, no sentido didático do termo, um passeio pelos *insights*, um compromisso para com a demonstração da verdade e uma entrada triunfal – permitida por Jano – no futuro memorável da comunicação organizacional.

Paulo Nassar já se tornou referência em gestão da comunicação. Agora, torna-se também, o guardião da memória e o gestor da identidade. Resta ao autor – se é que já não está empreendendo novos vôos – desvendar os intrincados mistérios que regem os humores da opinião pública, a verdadeira dona da imagem das organizações, de onde emanam os atributos que as instituem e destituem, que as erigem e destróem, que as justificam e as tornam imprescindíveis ao cidadão/público da opinião.

Normas para os colaboradores

1. Os artigos devem conter em torno de 25 laudas com 30 linhas de 65 toques, aproximadamente 49.000 caracteres.
2. Os originais devem ser encaminhados ao Editor, em disquete, programa Word 7.0 (ou 97), com uma cópia impressa. *Usar apenas formatação padrão.*
3. Os artigos devem estar acompanhados de resumos em português, espanhol e inglês, contendo aproximadamente, cada um, 80 palavras.
4. Em seguida ao nome do autor, devem constar informações sobre a formação e a vinculação institucional, com o máximo de cinco linhas.
5. Notas, referências e bibliografia devem estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e colocadas ao final do artigo.
6. Resenhas devem ter cerca de 75 linhas de 65 toques, ou seja, aproximadamente 4.900 caracteres.

diagramação, arte-final, impressão e acabamento

 *gráfica e editora*
inconfidência

fores: (61) 3552.4024 3552.2510 fax: (61) 3386.2350
brasilía distrito federal

Site: www.graficainconfidencia.com.br
E-mail: graficainconfidencia@zaz.com.br

